

**A legitimação de campos de detenção *offshore*:
mudança na perceção australiana quanto aos
requerentes de asilo (1996-2007)**

Kamila Borges Aragão Pessoa

Orientadora: Prof. Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Lisboa
2019

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

A legitimação de campos de detenção *offshore*: mudança na perceção australiana quanto aos requerentes de asilo (1996-2007)

Kamila Borges Aragão Pessoa

Orientadora: Prof. Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Júri:

Presidente: Doutora Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e Silva, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais: Doutor Marcos Farias Ferreira, Professor Auxiliar com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

Doutora Mónica Alves Dias Tischler, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Lisboa
2019

Ao meu avô, Vicente Pessoa de Brito, *in memoriam*, que sempre teve o sonho de conhecer Portugal, para além das fotografias, mapas e palavras. Hoje eu tenho o privilégio de torná-lo realidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luciane e Vicente, que além de terem me inundado de amor, nunca mediram esforços para a minha educação e sempre investiram nos meus sonhos. Obrigada por tanto!

À minha irmã, Karolina, pelo seu sorriso, cumplicidade e desvelo. Sou grata por cada palavra que escreveu neste período em que estávamos fisicamente separadas.

Ao meu irmão, Vicente Neto, que com o seu coração gentil e generoso sempre foi simultaneamente o meu amuleto e porto seguro.

À minha família, com quem tive a sorte de dividir tantos bons momentos, sempre regados de carinho, cumplicidade, risadas e muito amor.

À Dona Leonarda, Dr. Ernani e Emerson, pela gentileza, suporte e amabilidade de todas as horas.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Francisca Saraiva, que gentilmente aceitou me ajudar na construção desta dissertação. Obrigada pelas tantas reuniões, e-mails, conselhos e perguntas que me ajudaram a crescer como pesquisadora e como pessoa.

Ao professor, Doutor Marcos Farias Ferreira, que no decorrer do Mestrado me ajudou a quebrar paradigmas e enxergar os problemas de segurança através de outras lentes.

Aos professores do Mestrado de Relações Internacionais do ISCSP, que gentilmente me acolheram durante estes quase dois anos e me encorajaram a voltar a pesquisar.

Ao meu amigo de sempre, Saul, com quem venho compartilhando momentos e histórias únicas, em uma vida sem itinerário e destino certo.

Aos bons amigos que fiz em Portugal: Adiana, Isabell, Naiane e Sandro, que entre boas conversas, almoços no meio do dia, músicas, vinhos e caipirinhas, tornaram este período em terras lusitanas único e memorável.

Aos amigos de longa data que deixei no Brasil e aos tantos outros que fiz percorrendo o mundo. Nossas histórias e momentos juntos são acalento para o meu coração.

Aos colegas portugueses que tive a oportunidade de fazer no Banco Montepio, o meu agradecimento especial a Ana, Cristina, Manuela, Rita, João, Joaquim, Luís e Mário. Obrigada por terem dedicado tempo e paciência para me ensinar. Eu me senti muito acolhida e querida por todos vocês.

Por fim, ao meu amado Ernani, com quem faço diariamente a sábia escolha de dividir a minha vida. Obrigada por vir desbravando e colorindo este mundo ao meu lado, e por preencher os meus dias com o seu amor e companheirismo. A você, meu amor, não tenho palavras.

*“You have to understand,
that no one puts their children in a boat
unless the water is safer than the land
no one burns their palms
under trains
beneath carriages
no one spends days and nights in the stomach of a truck
feeding on newspaper unless the miles travelled
means something more than journey”.*

(Warsan Shire)

*“I said to you,
“Hold my hand.
Nothing bad will happen.”
These are only words.
A father's tricks,
It slays your father,
your faith in him.
Because all I can think tonight is
how deep the sea,
and how vast, how indifferent.
How powerless I am to protect you from it.
All I can do is pray.”*

(Khaled Hosseini)

RESUMO

A realidade dos refugiados e dos requerentes de asilo nunca foi fácil. É muito complicado deixar as suas raízes e os seus entes queridos para trás, e ir em busca de horizontes que possibilitem novos recomeços. Nesta incerta empreitada, alguns destes indivíduos valem-se da utilização de barcos clandestinos para iniciar a sua arriscada jornada em busca de segurança e paz em terras australianas. Estes, no entanto, muitas vezes têm a sua história e individualidade ofuscadas em virtude de rótulos taxativos construídos e disseminados no imaginário australiano como “*boat people*”, “*queue jumpers*” e até mesmo “refugiados ilegais”. A partir do questionamento de qual a bagagem que a Austrália carregava que culminou com a securitização das migrações internacionais forçadas por vias marítimas pelo governo Howard, como a comunidade australiana percebeu esta atitude e quais são as suas implicações políticas e demográficas, a presente dissertação discorre a respeito do emblemático caso do MV Tampa durante a era Howard (1996-2007), que amplificou uma série de já questionáveis políticas de detenção mandatória dos anos noventa, introduziu de forma *ad hoc* mudanças legislativas para dicotomizar os requerentes de asilo por meio do seu modo de chegada, primou por campanhas de dissuasão para evitar que os requerentes de asilo oriundos do mar alcançassem à Austrália sem um visto prévio, ao passo que inaugurou problemáticos e controversos campos de detenção *offshore* em ilhas do Pacífico. O trabalho utiliza a análise crítica do discurso para compreender como a securitização dos fluxos migratórios internacionais por via marítima acabou por fomentar a adoção de um posicionamento político-estratégico, que ao tratar o problema dentro do espectro da segurança nacional (promovendo um discurso de enrijecimento das fronteiras do país), visava os ganhos políticos da reeleição. É destacado ainda como a naturalização histórica do racismo no país foi vital para possibilitar o desencadeamento destas decisões políticas e como curiosamente a resposta de Canberra à questão ia não apenas em desacordo com as obrigações internacionais australianas, mas também na contramão do problema demográfico que se refletia na pirâmide etária invertida da remota população australiana.

Palavras-chave: Austrália; John Howard; requerentes de asilo; securitização; análise crítica do discurso; inversão da pirâmide etária.

ABSTRACT

The reality of refugees and asylum seekers has never been easy. It is very complicated to leave your roots and your loved ones behind, and to search for horizons that enable new beginnings. In this uncertain endeavor, some of these individuals use clandestine boats to begin their risky journey to safety and peace on Australian land. They, however, often have their history and individuality overshadowed by derogatory labels constructed and disseminated in the Australian imagination, such as “boat people”, “queue jumpers” and even “illegal refugees”. Starting from the question of what baggage Australia carried that culminated in the securitization of international maritime forced migrations by the Howard administration, how the Australian community perceived this attitude and what are its political and demographic implications, this dissertation discusses the iconic case of MV Tampa during the Howard era (1996-2007), which amplified a series of already questionable mandatory detention policies of the 1990s, introduced ad hoc legislative changes to dichotomize asylum seekers regarding their arrival method, invested in deterrence campaigns to prevent seaborne asylum seekers from reaching Australia without a prior visa, while it also inaugurated problematic and controversial offshore detention camps on Pacific islands. The paper uses the critical discourse analysis to understand how the securitization of international migratory flows by sea eventually fostered the adoption of a political-strategic stance, which by addressing the problem within the spectrum of national security (promoting a discourse of hardening the country's borders), aimed at the political gains of reelection. It is also highlighted how the historical naturalization of racism in the country was vital to enable the triggering of these political decisions and how curiously was Canberra's answer to the situation, which was not only in disagreement with Australian international obligations, but also against the demographic problem showcased by the inverted age pyramid of the remote Australian population.

Keywords: Australia; John Howard; asylum seekers; securitization; critical analysis of discourse; inverted age pyramid.

Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrônimos

ABS – *Australian Bureau Statistics*

ACD – Análise Crítica do Discurso

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados

AD – Análise do Discurso

AI - Anistia Internacional

CCT - Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

DIAC – Departamento de Imigração e Cidadania

DIMIA – Departamento de Assuntos Multiculturais e Indígenas

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

HRW - *Human Rights Watch*

OMI – Organização Mundial de Migração

ONU – Organização das Nações Unidas

OPCAT - Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes

PIDCP – Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos

PM – Primeiro Ministro

PNG – Papua Nova Guiné

PPV – *Permanent Protection Visa*

RI – Relações Internacionais

SAR – *Search and Rescue*

SAS – Serviço Especial Australiano

SOLAS – Convenção Internacional de Salvaguarda da Vida Humana no Mar

TPV – *Temporary Protection Visa*

UE – União Europeia

UNCLOS – *United Nations Convention on the Law of the Sea*

ÍNDICE

1. Considerações Iniciais.....	1
1.1 Introdução	1
1.2 Objetivo Principal	5
1.3 Objetivos Específicos	6
1.4 Hipótese	6
1.5 Opções Metodológicas.....	7
2. Operacionalizando conceitos-chave: a Segurança Internacional sob as lentes do Construtivismo.....	11
2.1 Identificando e definindo refugiados e requerentes de asilo.....	11
2.2 Desmistificando mitos sobre os requerentes de asilo no imigético australiano	15
2.3 Exilar, separar e banir: entendendo o que é raça e racismo	18
2.4 Um desenvolvimento criativo: breve contorno sobre os estudos de segurança internacional	19
2.5 A teoria da securitização em perspectiva.....	22
2.6 Entre a securitização e criminalização das migrações	25
2.7 Análise Crítica do Discurso: aplicações da linguagem na prática de injustiças sociais.	28
3. Me liberte desse mundo desconhecido: a “Crise de Tampa” e os requerentes de asilo	33
3.1 Uma breve história da Austrália	33
3.2 Entre a Austrália Branca e o Multiculturalismo	35
3.3 Entre o mar e a ilha: a crise de Tampa e os campos de detenção <i>offshore</i>	39
3.4 Analisando até que ponto a Solução foi Pacífica.....	46
4. O poder das palavras: (re)interpretando uma crise por diferentes lentes.....	51
4.1 Entrando pela porta de trás: o que fomenta a rotulação dos requerentes de asilo como “ <i>queue jumpers</i> ”	51
4.2 Moldando percepções: as chegadas ilegais estão ganhando todas as manchetes	53
4.3 Crise de Tampa: Nós decidimos quem entra no nosso país.....	58
4.4 A escalada do discurso na década anterior à Crise de Tampa	68
4.5 Uma réplica à resposta australiana: uma pirâmide imponente, mas sem base.	80
5. Considerações Finais.....	87
6. Referências Bibliográficas	91
7. Apêndice.....	102

8. Anexos	120
------------------------	------------

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Características Fundamentais do Discurso.....	29
Tabela 2 - As três dimensões da ACD de acordo com Fairclough.....	31
Tabela 3 - Trechos do corpo discursivo atribuídos à mídia durante o governo Keating.55	
Tabela 4 - Trechos do corpo discursivo atribuídos à mídia durante o governo Howard.56	
Tabela 5 - Quadro comparativo com os discursos de Howard pós Crise de Tampa.	61
Tabela 6 - Mensagens que associam a Austrália a sentimentos como o de generosidade.	62
Tabela 7 - Mensagens que rotulam requerentes de asilo de forma depreciativa.	62
Tabela 8 - Discursos que enaltecem a ideia de fortalecimento das fronteiras nacionais.64	
Tabela 9 - Discursos responsáveis por instaurar o medo.....	65
Tabela 10 - Demonstração do apoio popular.....	66
Tabela 11 - Exaltação da Generosidade australiana – Parte 1.....	69
Tabela 12 - Exaltação da Generosidade australiana – Parte 2.....	70
Tabela 13 - Demonstração do Interesse Nacional.	70
Tabela 14 - Importância da Vigilância.	71
Tabela 15 - Críticas à Indonésia.	71
Tabela 16 – Críticas à oposição.....	71
Tabela 17 - Impossibilidade de assegurar de que não haverão chegadas indesejadas. ..	72
Tabela 18 - Rótulos taxativos dos requerentes de asilo – Parte 1.....	72
Tabela 19 - Rótulos taxativos dos requerentes de asilo – Parte 2.....	73
Tabela 20 – Associações feitas à (illegal) immigration.....	74
Tabela 21 - Demonstrações de apoio e auxílio à situação no Timor Leste.	76
Tabela 22 - Comentários sobre o Safe Haven Visa e o seu término.	76
Tabela 23 – Apoio ao preâmbulo.	77
Tabela 24 - Mensagens do governo Keating com tom similar ao governo Howard.	78
Tabela 25 - A imigração serve aos interesses da Austrália.	79
Tabela 26 - Evidências da securitização por meio do discurso.	80
Tabela 27 - Custos para a manutenção dos centros de detenção entre 2001-2006.....	102
Tabela 28 - Fluxo dos Requerentes de Asilo entre 1997-2007.....	102
Tabela 29 - Discurso 1.....	104
Tabela 30 - Discurso 2 – Parte 1.....	105
Tabela 31 - Discurso 2 – Parte 2.....	106
Tabela 32 - Discurso 3 – Parte 1.....	107
Tabela 33 - Discurso 3 – Parte 2.....	108
Tabela 34 - Discurso 4.....	109
Tabela 35 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 1.	111
Tabela 36 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 2.	112
Tabela 37 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 3.	113
Tabela 38 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 4.	114
Tabela 39 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 5.	115
Tabela 40 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 6.	116
Tabela 41 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 7.	117
Tabela 42 - Referências utilizadas nos Discursos retirados da Grande Mídia.	118
Tabela 43 - Referências utilizadas nos Discursos de Keating.....	119

Lista de Figuras

Figura 1 - Evolução da utilização dos termos “queue jumpers” e “terrorismo”.....	9
Figura 2 - Construtivismo no middle ground.....	20
Figura 3 - Concepção tridimensional do discurso.....	31
Figura 4 - Distância entre Christmas Island, Austrália Continental e Indonésia.....	41
Figura 5 - Zonas Marítimas reconhecidas pelo Direito Internacional.....	42
Figura 6 - Ilhas Extirpadas pela Solução do Pacífico.....	48
Figura 7 - Localização dos centros de detenção offshore no Pacífico.....	49
Figura 8 - Gráfico das eleições federais de 2001 na Austrália.....	66
Figura 9 - Comparativo da densidade populacional australiana com outros países de áreas semelhantes e com a União Europeia.....	81
Figura 10 - Mapa de densidade populacional.....	82
Figura 11 -Estatísticas referentes ao perfil de migrantes e refugiados jovens (até 24 anos) nascidos no exterior.....	83
Figura 12 - Responsabilidade das migrações no crescimento da população australiana.....	83
Figura 13 - Evolução da pirâmide etária australiana com migrantes e sem migrantes, respectivamente.....	86
Figura 14 - Decréscimo das chegadas por barco durante a Solução Pacífica.....	89
Figura 15 - Um mundo, várias teorias.....	120
Figura 16 - Grandes Debates nas Relações Internacionais.....	121
Figura 17 - Espectro da Securitização.....	122
Figura 18 - “KEEP OUT Boat People Not Our Problem”.....	123
Figura 19 - “Refugees Trapped at the Sea”.....	124
Figura 20 - “Boat children overboard”.....	125
Figura 21 - “UN demands deal from a desperate Howard: Let the refugees land”.....	126
Figura 22 – “Politics behind Tampa crisis, says Indonesia”.....	127
Figura 23 - Propaganda do Governo australiano.....	127
Figura 24 - Propaganda do Governo australiano contra boat people.....	127

1. Considerações Iniciais

“While every refugee’s story is different and their anguish personal, they all share a common thread of uncommon courage the courage not only to survive, but to persevere and rebuild their shattered lives”. Antonio Guterres

1.1 Introdução

Desde o início do século XXI, o amplo tema da migração, em particular do asilo, cresceu em importância e começou a apresentar desafios geopolíticos complexos. Sabe-se que a maioria dos requerentes de asilo e refugiados fogem para escapar da perseguição, violência, tortura e morte - perigos que lhes são infligidos devido à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Em virtude do exposto, estas pessoas deixam o seu país de origem, assim como as suas raízes, histórias e entes queridos, e requerem a proteção internacional de outro país, objetivando uma existência mais digna e isenta de violência. Entretanto, os seus corpos permanecem cobertos de cicatrizes, das cruéis realidades que vivenciaram, estas que, por sua vez, nunca desaparecerão.

Alguns refugiados e requerentes de asilo viajam em barcos clandestinos para buscar melhores condições de vida e recomeços em países com mais organização e recursos, a exemplo da Austrália¹, que é reconhecido internacionalmente pelo seu multiculturalismo e pelos ideais de liberdade que propaga. A Austrália também é atualmente um dos poucos países, dentro da região Indo-Ásia-Pacífico, que possui arcabouço legal e técnico, além de capacidade financeira, para oferecer aos refugiados uma proteção eficiente (McAdam & Chong, 2014, p.3).

A era Howard² constituiu um período importante para o país em relação à política de refugiados e requerentes de asilo advindos do mar. Conforme Wright (2014, p.5), os

¹ A Austrália é simultaneamente uma ilha, um continente e uma nação. É um país detentor de uma história bastante rica e geografia bastante peculiar. Apesar de apenas ter conquistado a sua independência há pouco mais de um século, a Austrália é um país habitado por tribos aborígenes há pelo menos 40 mil anos, detentor de um vasto território de mais de 7 milhões de km² cercado por oceanos, repleto de recursos naturais abundantes e atrativo para migrantes de todo o mundo. Apesar de ser considerada a grande potência do Pacífico Insular, o continente-ilha é classificado, dentro do Sistema Internacional, como uma Grande Potência de Segunda Ordem (Cohen *apud* Reis, 2013, p.37), com índices econômicos e de desenvolvimento humano bastante significativos.

² John Howard foi o 25º Primeiro Ministro da Austrália, detentor do segundo maior mandato da história do seu país (1996-2007) e o seu governo foi marcado por políticas liberais e conservadoras e uma ampla agenda de reformas, que se iniciou com a venda da Telstra, a principal operadora de telecomunicações do país na

anos de 2001 a 2007 foram um ponto crucial no tempo, tanto do ponto de vista político quanto histórico, visto que foi neste período que as mudanças políticas mais incisivas foram introduzidas com o objetivo de restringir, controlar, deter e negar as chegadas não autorizadas no continente-ilha. Ainda segundo Wright (2014, p.9), fatores-chaves como soberania³, segurança, uma psique entrincheirada de parcialidade e preconceito, além do desejo notório de excluir e dissuadir aqueles que a nação não queria, combinaram-se para permitir a legitimação e aceitação de políticas mais rígidas durante a era Howard. Essas políticas, no entanto, não estavam no espírito e, às vezes, eram contrárias às obrigações internacionais do país⁴, tendo em vista que a Austrália vinha adotando uma postura internacionalista, multicultural e de respeito aos direitos humanos.

As mudanças políticas trouxeram consigo dilemas ideológicos, morais e práticos. A história relembra que antes desse período a Austrália havia tomado medidas para demonstrar que era uma nação amadurecida, cada vez mais multicultural e comprometida com a compaixão, solidariedade e a justiça, desmanchando, por exemplo, políticas migratórias discriminatórias⁵ e anunciando em 1977 uma política de refugiados muito mais abrangente⁶ (Ozdowski, 2016, p.191).

Não obstante os avanços para ser uma sociedade cada vez mais plural e socialmente coesa, argumenta-se que os progressos foram minados durante o mandato de Howard, onde a necessidade imediata de “proteger as fronteiras da Austrália”, foi privilegiada em detrimento do fornecimento de assistência humanitária e refúgio para

época. Após os ataques terroristas a Nova York e Washington, em 11 de setembro de 2001, o papel da Austrália nas respostas internacionais ao terrorismo foi um elemento importante na política internacional e de defesa do governo Howard, particularmente na decisão australiana de apoiar a guerra do Iraque em 2003. Mais informações relativas à biografia de Howard estão disponibilizadas em https://www.aph.gov.au/Senators_and_Members/Parliamentarian?MPID=ZD4 [acedido em 21 de Agosto de 2019].

³ Higgins (1994, p.71) define tradicionalmente a soberania como sendo “o direito de um estado de agir como deseja no cenário internacional – a capacidade de resistir à intervenção da comunidade internacional”.

⁴ A Austrália é estado parte da Convenção de Genebra de 1951, modificada pelo Protocolo Adicional de Nova York de 1967, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966 (PIDCP), da Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança (CDC) e da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes de 1984 (OPCAT). Essas convenções simbolizam os acordos internacionais assinados voluntariamente entre as nações que são de cunho obrigatório no direito internacional. As nações assumem assim um compromisso de agir conforme os princípios consuetudinários de comportamento que são aceitáveis pela comunidade internacional. O objetivo do direito internacional é, portanto, o de coordenar as relações entre Estados soberanos, não permitindo que os interesses nacionais individuais contrariem as obrigações assumidas previamente com a comunidade internacional.

⁵ Alguns exemplos de medidas de cunho discriminatório são a *Immigration Restriction Act* de 1901 ou “Política da Austrália Branca” e as políticas de assimilação do “*australian way of life*”, que estavam em vigor até o ano de 1974.

⁶ Durante a Guerra do Vietnã, por exemplo, a Austrália não apenas reassentou muitos refugiados asiáticos com sucesso, como também viu que a sua cultura e coesão nacional não foram perturbadas, o que facilitou para o amadurecimento da tolerância da sua sociedade ao longo do tempo (Ozdowski, 2016, p.195).

quem busca asilo. A Austrália foi surpreendida no ano de 2001, com o paradigmático caso do navio MV Tampa, que serviu de gatilho para as novas políticas que seriam adotadas por Canberra, visto que o número de chegadas não autorizadas de barcos à Austrália vinha aumentando consideravelmente⁷ (Bolger, 2016, p.126).

O evento provocou um dilema internacional complexo e desconfortável em alto mar. Nessa ocasião, a embarcação de carga norueguesa, foi impedida de entrar nas águas australianas para desembarcar as 438 pessoas que tinha acabado de socorrer de um *ferry* afundado no Oceano Índico (Klein, 2014, p.3). Desta forma, os passageiros ficaram confinados e foram deixados no mar por semanas. A Austrália respondeu ao incidente instituindo mudanças significativas na sua política de fronteiras *ad hoc*, que permaneceria em vigor por anos (Fox, 2010, p.357).

A interceptação desencadeou reformas significativas nas leis e processos da Austrália relacionados à migração irregular provinda de vias marítimas (Klein, 2014). Como parte da resposta do governo australiano aos requerentes de asilo, o Parlamento aprovou uma série de promulgações legislativas, conhecidas como a Solução do Pacífico⁸, que extirpava os territórios insulares da Ilha de *Christmas*, *Ashmore Reef* e as Ilhas *Cocos* do alcance da Lei de Migração, negando aos requerentes de asilo que alcançavam as partes mais remotas do continente-ilha o direito de buscar asilo em território australiano (Gelber, 2001, p.25).

O caso acabou por destacar também a questão de quando um navio, sem prévia autorização governamental, pode entrar nas águas e portos territoriais de um estado costeiro, se o capitão do navio achar necessário para a proteção da embarcação, seja pela integridade de sua carga ou pela segurança das pessoas que se encontram a bordo do navio. O incidente expunha, assim, a fricção e a ambiguidade da lei internacional a respeito da entrada no porto em tempos de necessidade, ao pesar os direitos dos estados costeiros e os dos navios comerciais (Crock, 2003, p.51). Essas ambivalências legais, no

⁷ A título de exemplificação, apenas entre os anos de 1999 e 2000, 75 embarcações que transportavam requerentes de asilo não autorizados aterrissaram com sucesso na fronteira australiana (Bolger, 2016, p.126). Foi informado pelo governo australiano que no ano fiscal de 1999/2000, 4.174 pessoas chegaram em barcos sem autorização prévia, enquanto que em 1998/1989, foram 920 pessoas que chegaram nas mesmas condições, o que revela um aumento percentual de 354% (van Selm, 2003. p.75).

⁸ A “Solução Pacífica” consistiu na resposta dada pelo governo de Howard em 2001 ao número crescente de barcos que chegavam à costa australiana. Os requerentes de asilo a bordo de navios não autorizados passavam a ser interceptados e enviados para centros de detenção *offshore* em Nauru e em *Manus Island*, na Papua Nova Guiné, o que só foi possível devido aos acordos administrativos celebrados com ambos os países. Estes passavam a ter a obrigação de acomodar e avaliar as reivindicações dos requerentes de asilo. Esta solução foi desmantelada em 2008 quando Rudd, que era da oposição, assumiu o cargo (Parliament of Australia, 2012).

entanto, acabaram por acentuar a ausência de cooperação e coordenação envolvendo os estados costeiros, os portuários e os de bandeira envolvidos.

Neste trabalho, defende-se que o discurso⁹ australiano pautava-se na defesa da soberania e do monopólio estatal sobre o controle das fronteiras, através de um comportamento mais insular e centrado no estado¹⁰. Esta atitude tinha como objetivo apresentar uma postura rígida contra os requerentes de asilo e mantê-los a uma distância segura¹¹, afinal “a proteção do território e das pessoas contra ameaças, ataques e intrusão indesejada é um dos mais antigos instintos humanos” (Schmeidl, 2003, p.130). Ademais, tais decisões foram fomentadas em virtude de uma agenda política de interesse próprio, que visava uma reeleição.

Deste modo, o presente trabalho tem como ponto de partida a seguinte pergunta: “Qual a bagagem que a Austrália carregava que culminou com a securitização das migrações internacionais forçadas por vias marítimas pelo governo Howard, como a comunidade australiana percebeu esta atitude e quais são as suas implicações políticas e demográficas?”. Logo, a pesquisa desenvolve-se a partir da observação de fenômenos como: o enrijecimento das fronteiras australianas, o discurso dissuasivo por parte do governo, o financiamento de campos de detenção *offshore* e o problema cada vez mais notório da inversão da pirâmide etária do país. Além disso, utiliza-se a análise crítica do discurso (ACD) como uma ferramenta de interpretação do modo como os órgãos governamentais, a mídia e a população se expressaram em relação à temática.

Objetivando a melhor compreensão do tema proposto, o presente trabalho divide-se em cinco capítulos. A discussão inicia-se a partir dos referenciais teóricos necessários para a compreensão do trabalho. Apresenta-se as distinções existentes entre migrantes e refugiados, uma vez que as duas condições possuem sistemas de proteção divergentes, tanto do ponto de vista jurídico quanto do social. Subsequentemente, utilizar-se-á dos

⁹ Em termos política discursiva de segurança, a ação estratégica do discurso opera a nível da persuasão, valendo-se de vários artefatos, tais como metáforas, emoções, estereótipos, gestos, silêncio e até mentiras, para que seus respectivos objetivos sejam alcançados, o que inclui a persuasão de um público-alvo para a emissão de um mandato de ação que visa reduzir ou derrotar uma “ameaça” politicamente (Balzacq, 2005, p.172).

¹⁰ O editor Instituto von Mises Brasil (IMB) opta sempre pela grafia “estado” com letra minúscula, embora a norma culta sugira o oposto. A autora opta pela mesma adoção gráfica do IMB, tendo em vista que além de serem raros os vocábulos que se limitam a ter apenas uma significação, o contexto possibilita a compreensão e diferenciação dos significados. Ademais, considera-se que esta é uma pequena contribuição para o entendimento de que o estado não é uma entidade que se encontra acima dos demais indivíduos.

¹¹ A narrativa de controle australiana retratava, assim, a chegada das embarcações como um ato explicitamente criminoso tanto para o contrabandista quanto para o requerente de asilo, além de um perigo evidente para a ordem social do país (Jakubowicz, 2016, p.145).

estudos provenientes da Escola de Copenhague e os estudos críticos do subcampo da Segurança Internacional para analisar o fenômeno da securitização, tendo em vista que esta fez significativos avanços no estudo da segurança, e ainda falar-se-á sobre questões relativas à raça e ao racismo, para a melhor compreensão do capítulo seguinte. Posteriormente discutir-se-á sobre aspectos relevantes da história australiana, necessários para a compreensão apurada da Crise de Tampa e da “Solução Pacífica” encontrada pelos líderes australianos, que foi responsável por reter pessoas refugiadas isoladas em ilhas, sendo violentadas em seus direitos civis e humanos e em sua dignidade¹². Ulteriormente será verificado como a política de exclusão foi não apenas justificada pelo governo de Howard, mas também apoiada pela população australiana, revelando a natureza difusa e encoberta do racismo estrutural da política migratória australiana, com reflexos visíveis até os dias de hoje. Ao optar pelo uso da ferramenta da análise do discurso¹³, este trabalho interpreta, no seu penúltimo capítulo, as posturas adotadas pelos tomadores de decisão durante a era Howard e durante o período do seu antecessor Keating¹⁴, a partir de discursos proferidos pelas figuras de ambos os Primeiros Ministros entre 1991 e 2001¹⁵. Finalmente, o trabalho classifica a resposta australiana à crise de Tampa como incoerente com a crescente inversão da pirâmide etária que já se mostrava evidente no país¹⁶.

1.2 Objetivo Principal

O objetivo desta dissertação é entender, através da análise do discurso, o que motivou a mudança do posicionamento político e estratégico por parte da Austrália e a

¹² O livro “*No Friend but the mountains*”, escrito por Omid Tofghiam e premiado internacionalmente no ano de 2018, foi escrito no centro de detenção de Manus e é um retrato da realidade fidedigno desta prisão.

¹³ É fundamental distinguir a “análise do discurso” da “análise de conteúdo”, uma vez que enquanto a primeira é mais complexa e preocupa-se com as questões de cunho ideológico do discurso, a segunda apenas aprecia a compreensão do teor do texto, desconsiderando todo o contexto/conjuntura (Dantas & Leite, 2015, p.168).

¹⁴ Paul Keating foi o vigésimo quarto Primeiro Ministro da Austrália e líder do *Labor Party* entre os anos de 1991 e 1996. Foi responsável pela introdução de várias medidas que visavam a liberalização da economia australiana, o que incluiu a privatização de empresas como a Qantas e o *Commonwealth Bank*. A recessão vivida pelo país nos anos noventa, a qual ele classificou como “necessária”, fez com que o mesmo não conseguisse permanecer no poder.

¹⁵ Embora John Howard tenha sido Primeiro Ministro até 2007, é notória a mudança de rumo nas políticas da Austrália em relação ao acolhimento de requerentes de asilo após o impasse do MV Tampa. Dessa forma, optou-se pela análise dos discursos na década anterior ao incidente, a fim de se procurar entender o que provoca essa drástica metamorfose e o encadeamento de suas decisões.

¹⁶ Demograficamente, a Austrália possui uma população de 23.470.145 habitantes dos quais mais de 40% se concentram nas grandes cidades costeiras do continente, Sydney, Melbourne, Brisbane, Adelaide e Perth, com poucas pessoas vivendo no interior (O’Loughlin, 2017, p.4). O país tem cerca de 86% da população vivendo em zonas urbanas, uma taxa de natalidade de 12 nascimentos por mil, taxa de mortalidade de 7,3 por mil e uma pirâmide etária que começa a ilustrar o problema do envelhecimento de sua população, que já apresenta mais de um quarto da população acima dos 55 anos de idade (ABS, 2017).

aceitação deste pela sociedade em geral, muito embora esta aparentasse passar por uma remodelação e se mostrar mais acolhedora com as pessoas advindas de outros países.

1.3 Objetivos Específicos

Já os objetivos específicos são: descrever o contexto do caso de Tampa e os reflexos ocasionados por ele; perspectivar as mudanças legislativas e políticas que ocorreram na Austrália durante a era Howard como o produto de um discurso político que securitizava os fluxos migratórios internacionais por via marítima, objetivando uma reeleição; identificar e descrever como a dicotomização dos requerentes de asilo por meio do seu modo de chegada, em conjunto com uma naturalização histórica do racismo, permitiu que o governo australiano construísse uma ideologia racial flexível e sub-reptícia com a anuência da opinião pública; e verificar como as medidas adotadas durante este período não somente comprometeram obrigações internacionais, como também foram na contramão do problema da inversão da pirâmide etária que já começava a despontar à época.

1.4 Hipótese

Partir-se-á da hipótese de que o governo australiano vinha transformando a questão das migrações internacionais forçadas por via marítima em um problema de segurança nacional, promovendo assim um enrijecimento das fronteiras do país e um discurso dissuasivo, valendo-se da justificativa de que a soberania é um direito inalienável que cada estado possui para assegurar a sua própria existência. Isso ocorreu através da categorização dos *boat people* como migrantes irregulares indesejados e do financiamento de campos de detenção *offshore*¹⁷ em PNG e na República de Nauru, o que violou o compromisso australiano com as suas obrigações internacionais. O trabalho ainda hipotiza o desenvolvimento de uma agenda racial, partindo do princípio de que os requerentes de asilo que eram dissuadidos de entrar no país frequentemente

¹⁷ O estabelecimento de campos de detenção em ilhas *offshore* pode projetar-se como um precedente problemático. Os campos de detenção *offshore* foram severamente criticados por organizações não governamentais e pela Comissão Australiana de Direitos Humanos, que destacavam em seus relatórios a falta de transparência no sistema de detenção, falhas no monitoramento e falta de mecanismos de revisão administrativa e fiscal, além de chamarem atenção para as condições e tratamentos dos detidos, trazendo impactos sobre a saúde mental de muitos dos detidos (Mitchell, 2009, p.1). Além disso, ressalta-se que a gestão destes requerentes de asilo no exterior foi significativamente mais caros que os centros de detenção *onshore*. De acordo com relatórios oficiais os custos para a manutenção dos requerentes de asilo em *Manus Island* e Nauru foram de aproximadamente \$235,5 milhões, o que inclui gastos departamentais na própria Austrália (Wright, 2014, pp.224-225).

compartilhavam as mesmas origens e evidencia que motivações eleitorais fomentaram a securitização do tema. No decorrer do trabalho intentaremos confirmar estas hipóteses.

1.5 Opções Metodológicas

Silva e Menezes (2005, p.9) nos ensinam que a metodologia tem como objetivo propiciar um novo olhar sobre o mundo, que seja indagador, curioso e também criativo, e que ao adotarmos uma metodologia estamos, assim, optando por um percurso, que muitas vezes necessita ser redescoberto a cada etapa. Portanto, dada a natureza do tema e a proposta do uso da análise crítica do discurso como uma das ferramentas principais neste trabalho, adotar-se-á uma abordagem metodológica qualitativa para abordar o problema.

Este trabalho possui ainda um caráter exploratório, visto que objetiva buscar explicações e comprovações para a hipótese levantada a partir de uma ampla e crítica revisão da literatura, através da utilização de materiais já elaborados, dispostos em livros e artigos acadêmicos e também por meio da análise de pronunciamentos de pessoas importantes ligadas ao governo australiano à época.

No âmbito da recolha e análise de dados este trabalho buscou, em um primeiro momento, percorrer uma revisão bibliográfica acerca de refugiados, migrantes, segurança internacional, direitos humanos, análise crítica do discurso, tratados internacionais, conceitos relativos à questões raciais, terrorismo e securitização, além de alguns eventos históricos importantes, como a crise de Tampa, com o intuito de fundamentar e contextualizar o seu principal foco, que é a forma como o governo australiano mudou sua postura para com os requerentes de asilo por via marítima durante a era Howard. Por conseguinte, o local de coleta e tratamento dos dados foram as mais diversas obras existentes sobre o tema, o site do ACNUR e do Parlamento Australiano, as publicações governamentais, os documentos oficiais emitidos e as plataformas amplamente reconhecidas e criteriosas quanto a emissão de trabalhos acadêmicos.

Com as contextualizações histórica e teórica bem definidas, prossegue-se para a determinação do corpo discursivo¹⁸. Tendo em vista que o trabalho almeja entender como se deu a escalada de tensões que culmina com a resposta de Howard à Crise de Tampa, adotou-se tal corpo discursivo como sendo os discursos dos Primeiros Ministros australianos na década anterior ao incidente em questão (1991 – 2001). Além de três

¹⁸ Pinto (2006, p. 95) explica que o corpo discursivo é o material a ser analisado em um estudo, segundo as indicações das hipóteses adotadas.

discursos¹⁹ do Primeiro Ministro Howard proferidos durante o epicentro do drama do Tampa e um outro dois meses depois²⁰, que foram esmiuçados e analisados ao detalhe, o corpo discursivo também é composto por diversos outros discursos do mesmo interlocutor e do seu antecessor, o PM Paul Keating.

Os discursos foram escolhidos a partir de uma busca no *site PM Transcripts*, que conta com um acervo de cerca de 23 mil transcrições de discursos dos Primeiros Ministros australianos datando desde a década de 1940. Para montar o corpo discursivo, foram buscados discursos no intervalo de tempo proposto contendo palavras-chave de interesse ao tema, como “*refugees*”, “*immigration*”, “*boat people*” ou “*queue jumpers*”²¹.

Nota-se aqui que a autora não apresentou nesta etapa da pesquisa uma predileção por discursos de Howard ou Keating, e que a menor quantidade de discursos proferidos por este último presentes no corpo discursivo deve-se apenas ao fato de menos discursos encontrarem-se disponíveis. A autora atribui essa menor disponibilidade à combinação de alguns fatores:

- Menos acesso à informação: é perceptível que na primeira metade da década de 1990 a *internet* não tinha a mesma proporção que na virada do século, assim que é normal que haja maior dificuldade em se encontrar material referente ao PM Keating;
- Menos midiático e mais evasivo: ao passo que John Howard ficou conhecido pelo seu impacto na mídia e por suas várias frases de efeito, o Primeiro Ministro Keating se mostra uma figura mais tímida e curiosamente esquiva de assuntos polêmicos;
- Tema menos recorrente: também é fato conhecido que o assunto das migrações forçadas, bem como o do terrorismo²², ganhou ênfase no final da

¹⁹ Ainda segundo Pinto (2006, pp. 80 – 81), é importante salientar que a palavra “discurso” não possui unicamente a conotação de sinônimo de um pronunciamento, sendo o pronunciamento apenas um dos vários tipos de discurso.

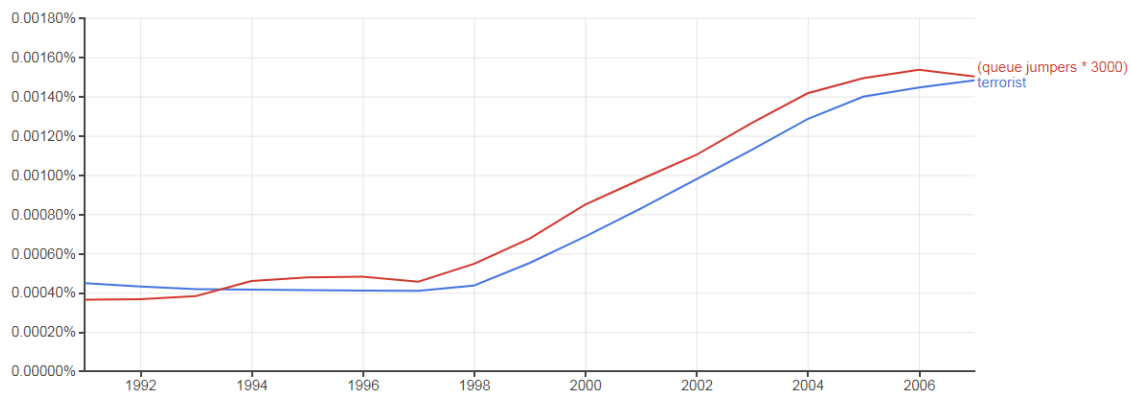
²⁰ São em ordem cronológica: a entrevista concedida ao *The Today Show* no dia 30 de Agosto de 2001, a entrevista conferida na Rádio 3AW, em Melbourne, no dia 31 de Agosto de 2001, a transcrição da coletiva de imprensa, em Melbourne, no dia 3 de Setembro de 2001 e a transcrição do Discurso de Lançamento da Campanha Federal do Partido Liberal, em 28 de Outubro de 2001.

²¹ Uma seleção de trechos de todo o corpo discursivo é detalhada com as respectivas hiperligações no Apêndice C.

²² Conforme se verá nos capítulos seguintes, tal associação é relevante tendo em vista a proximidade temporal da Crise de Tampa ao atentado às Torres Gêmeas de 11 de setembro, a origem dos requerentes de asilo da crise em questão e a associação que Howard e a comunidade australiana fazem entre esses dois eventos.

década de 1990, o que faz natural com que esse assunto seja mais recorrente em discursos do PM Howard. A figura a seguir (1) apresenta um comparativo entre a evolução da frequência de ocorrência dos termos “*queue jumpers*” e “*terrorist*”, em livros de língua inglesa desde o início do governo Keating até o fim do governo Howard (a frequência de “*queue jumpers*” está multiplicada por 3000 para efeitos de escala):

Figura 1 - Evolução da utilização dos termos “*queue jumpers*” e “terrorismo”.



Fonte: Google Books Ngram Viewer, 2019.

Analisar-se-á indiretamente, durante o decorrer do trabalho, o conteúdo da *Border Protection Bill 2001*²³ e os assuntos provenientes do site do Parlamento Australiano. Por fim, explorar-se-á as entrevistas e reportagens concedidas, a respeito do tema, por políticos dentro de suas respectivas esferas de poder, que foram veiculadas em jornais australianos expressivos como o: *Herald Sun*, *The Australian*, *The Guardian*, *The Age*, *The Western Australia*.

Percebe-se ainda que este trabalho busca analisar os significados produzidos pelo discurso dentro das Relações Internacionais (RI), partindo do pressuposto que o próprio discurso pode ser uma forma manifesta de (in) segurança e que os seus significados sociais não são dados objetivos, mas produções socialmente construídas. O trabalho busca assim compreender a estrutura discursiva da securitização, o porquê de certos

²³ O conteúdo referente ao *Protection Bill Act* encontra-se disponibilizado em: https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/legislation/billsdgs/52U46/upload_binary/52u4612.pdf;file_Type=application%2Fpdf#search=%22john%20howard%20tampa%22 [acedido em 29 de Janeiro de 2019].

acontecimentos serem politicamente, socialmente e lexicamente construídos e dramatizados como sendo problemas de segurança e outros não.

Destaca-se que o destrinchar deste trabalho possuiu algumas limitações, dada à amplitude associada ao tema das migrações. Em virtude disto fez-se necessária a delimitação de um espaço temporal para análise, e elegeu-se o período do mandato de Keating e da era Howard, com mais enfoque ao ano de 2001, quando ocorre a crise de Tampa e as eleições federais. Ademais, destaca-se a impossibilidade da autora de conseguir uma entrevista pessoal do ex-primeiro ministro australiano, John Howard. Por fim, elenca-se que a proximidade da autora com a Austrália, ao mesmo tempo que pode ser uma vantagem, devido à familiaridade com o povo, o modo de vida e a cultura local, além do interesse genuíno de se manter atualizada sobre os assuntos referentes ao país, pode resultar em uma desvantagem devido às raízes estabelecidas com o local. Entretanto, durante a pesquisa existiu um distanciamento do objeto de estudo devido a sua vida em Portugal e ainda às suas raízes brasileiras que também foram vitais para moldar a sua visão de mundo.

2. Operacionalizando conceitos-chave: a Segurança Internacional sob as lentes do Construtivismo

“Security without freedom means slavery” Zygmunt Bauman

2.1 Identificando e definindo refugiados e requerentes de asilo

O homem desde sempre esteve em movimento, sendo a liberdade de movimento um direito fundamental, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem²⁴ e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP)²⁵, que garante a todas as pessoas o direito de deixar o seu país de origem. De acordo com a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, algumas pessoas optam por migrar para buscar novas oportunidades e novos horizontes econômicos; outros precisam deslocar-se para escapar de conflitos armados, da pobreza, da insegurança alimentar, de perseguições, do terrorismo ou de violações e abusos dos direitos humanos; e ainda existem aqueles que o fazem em resposta aos efeitos adversos de mudanças climáticas, desastres naturais ou outras questões ambientais (ONU, 2016).

Conforme leciona Betts (2011, p.1) a migração internacional consiste em uma das manifestações contemporâneas mais óbvias da globalização, advinda do crescimento exponencial das interconexões transfronteiriças, sendo a mobilidade humana uma realidade evidente da sociedade internacional. Hollifield & Wong (2015) explicam que a globalização levou

A um rápido declínio nos custos de transação e as facilidades de comunicação e transporte se combinaram para tornar obsoletas as políticas nacionais de migração; e toda a estrutura regulatória do estado em relação ao trabalho e às empresas foi abalada pelo processo de globalização. Para competir no novo mercado internacional, empresas e governos foram forçados a desregular e liberalizar o mercado de trabalho e de capitais. Além disso, estados menos desenvolvidos foram lançados em crises de dívida, levando à imposição de políticas dolorosas de ajuste estrutural, que por sua vez causam mais migração dos estados pobres para os ricos (Hollifield & Wong, 2015, p.251, tradução nossa).

²⁴ Em seu artigo 13 a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, assegura que o direito à liberdade de movimento é um direito humano composto por três elementos básicos: a liberdade de circulação dentro do território de um país, a liberdade de movimento e residência dentro das fronteiras de cada Estado, além do direito de deixar qualquer país e retornar ao seu próprio país (Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948).

²⁵ Em seu artigo 12.º do PIDCP diz-se “Toda a pessoa terá direito de sair livremente de qualquer país, inclusivamente do próprio”.

Entretanto, apesar da interdependência das políticas de migração dos estados, inexistente uma estrutura institucional multilateral de “cima para baixo”²⁶ que seja capaz de regular as respostas dos estados à migração internacional, deste modo os estados soberanos mantêm um grau bastante significativo de autonomia na determinação de suas políticas migratórias e estão criando formas *ad hoc* de governança de migração multinível (Betts, 2011, p.2 e 3).

Ressalta-se que a exceção vigora para a proteção do asilo e dos refugiados, onde existe um conjunto formal de acordos interestatais, possuindo indubitavelmente o regime mais formalizado no tocante às migrações, um tratado quase universalmente ratificado e uma agência especializada das Nações Unidas: o ACNUR (Betts, 2011, p.11).

As migrações podem ser classificadas, genericamente, de duas formas: a voluntária (que inclui os imigrantes e emigrantes, sejam eles regulares ou irregulares, assim como as viagens internacionais) e a forçada (que abarca os refugiados, apátridas, migrantes ambientais, tráfico humano, requerentes de asilo, deslocados internos e a diáspora²⁷). A historiografia nos mostra que as principais ondas migratórias resultaram da migração forçada ou da expulsão de povos²⁸.

Simplificadamente, os migrantes (comumente chamados de migrantes econômicos) podem ser definidos como aquelas pessoas que voluntariamente, por motivações econômicas, educacionais, laborais, pessoais, religiosas e culturais, decidem cruzar fronteiras administrativas e políticas com a intenção de estabelecer-se de maneira

²⁶ Betts (2011, p.3) ensina ainda que muito embora exista uma Organização Internacional de Migração (OMI), ela permanece fora da estrutura das Nações Unidas, não possuindo nenhum mandato normativo claro ou nenhum regime explícito referente à migração. Com ínfima visão normativa própria, a OMI acaba por funcionar como uma empresa privada que prover serviços para os estados individuais que pagam por estes, sendo assim o grau de cooperação institucionalizada, sensível ao tema, bastante limitado. Sendo assim, percebe-se que a governança da migração global é baseada em uma série de diferentes instituições formais e informais, que operam em diferentes níveis de governança. Betts (2011, p.5) exemplifica esta assertiva ensinando que as instituições que regulam as respostas dos estados ao tráfico de seres humanos e ao contrabando, por exemplo, não são as mesmas que regulam as respostas dos estados à migração laboral qualificada. No entanto, a OMI passou a organização relacionada com a ONU em 2016. Ver <https://www.iom.int/news/iom-becomes-related-organization-un>. [acedido em 3 de Junho de 2019].

²⁷ De acordo com Bretell (2015) a diáspora possui em sua essência uma consciência cultural, e é “muitas vezes imprecisamente definida como grupos de pessoas que vivem fora de suas respectivas pátrias” (Bretell, 2015, p.158).

²⁸ Podemos reaver exemplos de migração forçada: a diáspora judaica após o esfacelamento do Templo de Jerusalém em 856 a.C., a migração em massa decorrente do tráfico transatlântico de escravos para as Américas antes de 1850, a migração forçada de judeus durante o Holocausto, a expulsão dos povos árabes com o estabelecimento arbitrário do estado de Israel em 1948, a limpeza étnica que caracterizou as guerras dos Balcãs nos anos 90, as consequências do genocídio de Ruanda em 1994, a crise de Kosovo em 1999, a primavera árabe no Oriente Médio e no norte da África no início do século XX, o tráfico humano de mulheres para o Leste Europeu e para a Europa Oriental, que muitas vezes é referenciado como a escravidão contemporânea, dentre tantos outros exemplos que a história da humanidade infelizmente nos ilustra. Todos estes são exemplos de ondas de migração involuntárias.

indefinida ou temporária em um lugar diferente do seu estado-nação, na maioria das vezes em busca de melhores condições de vida (Costa & Schwinn, 2016). A migração, neste caso, pode ser valorada enquanto uma opção positiva: uma busca por melhores oportunidades. Embora não haja uma definição legal formal do que é um migrante internacional, a maioria dos especialistas concordam que um migrante internacional é alguém que muda do seu país de residência, independentemente do motivo da migração ou do status legal²⁹ (ONU, 2018).

Como visto na introdução, os refugiados são todos aqueles que deixam o seu país de origem em razão de perseguição por motivos políticos, raciais, de nacionalidade ou de pertencimento a um determinado grupo social. Os refugiados, por sentirem-se ameaçados pelo seu estado natal, buscam apoio e proteção em um outro país. Entrementes, uma vez que requerem proteção do país terceiro é necessário provar que a perseguição ocorreu. Deste modo, todos aqueles que buscam o *status* de refugiado são previamente considerados requerentes de asilo, até que o processo individual de cada um termine³⁰, que muitas vezes é confuso e marginalizador (Bretell, 2015, p.172). De acordo com Adamson (2011, p. 172) a população de refugiados e exilados produzidos pela migração forçada³¹ tem sido, muitas vezes, produto de ação estatal e não de forças não estatais ou mercantis.

O reconhecimento de uma pessoa enquanto refugiada assegura-lhe proteção no âmbito das leis e convenções internacionais, além de apoio alimentar, securitário e habitacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Uma vez auferida a condição de refugiado existem três opções que lhe sucedem: a integração do refugiado dentro da sociedade que o acolheu, o reassentamento do mesmo em outro país³² e o repatriamento para o país de onde fugiu.

²⁹ Geralmente, é feita uma distinção entre a migração temporária ou de curta duração, abrangendo movimentos com duração entre três e doze meses, e migração a longo prazo ou permanente, referindo-se a uma mudança de país de residência por um período de um ano ou mais (ONU, 2018).

³⁰ É válido ressaltar que durante guerras, onde ocorre um movimento de fuga em massa de refugiados, não é possível fazer o processamento e entrevista individual de cada indivíduo, deste modo estas pessoas são consideradas refugiados “à primeira vista”.

³¹ Wright (2014, p.36) explica que este fenômeno acaba por revelar duas fissuras: a do país de origem, por não cumprir o seu dever de proteger os seus cidadãos, e também o da nação receptora que muitas vezes é incapaz de receber e aceitar o “estrangeiro”, podendo inclusive reter direitos humanos básicos destes.

³² Diferentemente da crença popular, são poucos os países que são capazes de fazer reassentamento. Nesta lista remota encontram-se países como os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e os países nórdicos que participam ativamente do programa de reassentamento do ACNUR.

Logo, diferentemente dos imigrantes, os refugiados são especificamente definidos e protegidos juridicamente pelo Direito Internacional dos Refugiados³³, bem como por instrumentos legais regionais, a exemplo da Convenção da União Africana de 1969 que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África e da Declaração de Cartagena de 1984 adotada pelo continente americano (Saraiva, 2017). A UE, por sua vez, elaborou uma política comum relacionada ao asilo, de proteção subsidiária e temporária, reservada a engendrar um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que precise de proteção internacional, em consonância com o princípio da não-repulsão (Saraiva, 2017).

No âmbito internacional, os refugiados são contemplados pela Convenção de Genebra de 1951, modificada pelo Protocolo Adicional de Nova York de 1967³⁴, que logo em seu artigo 1º contempla a definição de refugiado, entendendo-o como todo o indivíduo que é forçado a migrar em razão de perseguição ou fundado temor de perseguição em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou por questões de opiniões políticas e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer recorrer à proteção desse país. Ademais, pode ser enquadrado na categoria de refugiado o apátrida que se localiza fora do país no qual tinha sua residência habitual e como consequência dos acontecimentos supracitados, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Pacífico, 2008).

Atualmente, existem 146 estados, incluindo a Austrália, que fazem parte da Convenção de 1951³⁵, que garante às pessoas que são incapazes de gozar de seus direitos fundamentais em seu país natal, o direito de requerer asilo em outros países, para que os seus direitos humanos não sejam mais violados. A proibição de repulsão, disposta no artigo 33º do Estatuto dos Refugiados, assegura que nenhum dos Estados partes poderá “expulsar ou repelir um refugiado³⁶, seja de que maneira for, para as fronteiras dos

³³ O Direito Internacional dos Refugiados é guiado por dois princípios básicos: do *non refoulement*, ou princípio da não devolução e pelo princípio da igualdade e não discriminação.

³⁴ Newman (2003, p.5) leciona que os instrumentos jurídicos internacionais existentes, acabam por não refletir a realidade contemporânea das deslocções ou das necessidades de proteção e asilo, uma vez que “quando os regimes internacionais de refugiados existentes foram estabelecidos, as imagens políticas dos refugiados e das necessidades de asilo - e obrigações - eram bastante diferentes das de hoje (...) sendo inicialmente um arranjo temporário estabelecido em um contexto da Guerra Fria, centrado no uma preocupação ocidental de ajudar as pessoas dos países comunistas que procuram refúgio” (Newman, 2003, p.5, tradução nossa).

³⁵ É importante consultar: https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=V-2&chapter=5&Temp=mtdsg2&clang=en. [acedido em 21 de Junho de 2019].

³⁶ Enfatiza-se que embora o termo refugiado seja utilizado durante toda a elaboração da dissertação de um sentido abrangente, ele ainda exclui dois grupos, sendo eles: os indígenas australianos que foram forçados a sair de suas terras, assim como as pessoas que foram deslocadas na Austrália devido a conflitos militares

territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçados em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas” (Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951). A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (CCT), assim como o PIDCP também impõem à Austrália e aos demais Estados Contratantes o respeito ao princípio do *non refoulement*³⁷, que faz parte do direito internacional consuetudinário.

Faz-se necessário enfatizar que embora a Convenção sobre Refugiados seja importante, ela não é capaz de impor aos estados soberanos o dever jurídico de conferir asilo, tampouco de conceder reassentamento ou cidadania para os refugiados. Newman explica que

Os direitos legais dos refugiados - como refugiados e também como seres humanos com direitos humanos - muitas vezes são comprovadamente insatisfeitos ou violados. Outras vezes, esses direitos não são claros ou não estão bem definidos. Existem discrepâncias significativas em termos de concessão de asilo, proteção internacional e assistência em diferentes regiões e nas condições para refugiados e populações deslocadas. Oportunidades e assistência a refugiados e pessoas deslocadas são, em grande parte, um reflexo da política, interesses geoestratégicos e prioridades instáveis dos doadores internacionais e da mídia (Newman, 2003, p.6, tradução nossa).

Entretanto, é preciso ressaltar que instrumentos da governança global, a exemplo da Ata Final da Conferência de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas sugere que os governos permaneçam recebendo refugiados em seus territórios nacionais e que preconizem o espírito de solidariedade, ações coletivas e de cooperação internacional, para que esses refugiados possam conseguir asilo e ter uma possibilidade real de assentamento (Keohane, 1984; Taylor, 2005).

2.2 Desmistificando mitos sobre os requerentes de asilo no imaginário australiano

De acordo com o ACNUR (1951), os requerentes de asilo são pessoas que deixaram o seu país de origem por razão de perseguição, solicitaram o seu reconhecimento enquanto refugiado em outro país e aguardam uma decisão acerca do seu pedido. Sendo assim, o termo infere que a pessoa ainda não teve a sua reivindicação pelo

ou desastres naturais, como os que ocorreram aos moradores de Darwin após o bombardeio de sua cidade em março de 1942, e a devastação provocada pelo ciclone Tracy em dezembro de 1974 (Newman, 2015, p.8).

³⁷ Em essência, o princípio do *non refoulement* é de natureza *jus cogens* e diz que um estado não pode obrigar uma pessoa a retornar a um território onde o indivíduo possa estar exposto à perseguição. Configura-se como única garantia legal de proteção para as pessoas que, embora não possam regressar ao seu país natal, por razões de graves violações de direitos humanos, violência generalizada ou risco de tortura, também não se encaixam no escopo da definição de refugiado da Convenção de 1951.

status de refugiado avaliada, processada e auferida oficialmente, fazendo assim parte do subgrupo dos requerentes de asilo³⁸. De acordo com Anderson (2016, p.3) cerca de um em cada dez deslocados que fugiram da sua terra natal aguardam o reassentamento oficial e em sua maioria continuam a ser tipicamente acolhidos pelos países mais pobres do mundo, muito embora tenha existido um considerado número de pedidos de asilo para países industrializados.

Até hoje, o governo australiano vale-se do Artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, para determinar se um solicitante de asilo é ou não elegível a um visto de proteção no país. No entanto, a história mostra que o governo também se valeu repetidamente da terminologia em um sentido mais amplo, o que acarretou a elaboração de políticas para a admissão de refugiados que não faziam referência aos critérios da Convenção. Paralelamente, muitos tomadores de decisões políticas na Austrália, optaram por questionar abertamente ou implicitamente as credenciais de pessoas reconhecidas como refugiadas³⁹.

Tal discrepância no discurso dos tomadores de decisão, gera uma confusão geral da comunidade em precisar quem são os requerentes de asilo e os refugiados, além de uma ordinária oposição geral à imigração, tantas vezes marcada por sentimentos xenófobos, preconceituosos e racistas, acabam por fazer dos requerentes de asilo e dos refugiados bodes expiatórios⁴⁰. Na Austrália, a política relativa ao tratamento de requerentes de asilo continua a ser uma questão controversa.

De acordo com Neumann (2015, p.5) a maior parte dos australianos associa imediatamente o termo refugiado a quatro imagens: alguém que tem que procurar abrigo no exterior porque é um oponente político do regime em vigor do seu país de origem, alguém que tem que fugir por razões de perseguições religiosas ou étnicas, pessoas de países subdesenvolvidos que estão alocadas em acampamentos de refugiados lotados, ou

³⁸ De acordo com Wright (2014, p.31) além dos requerentes de asilo existem imigrantes ilegais e chegadas não autorizadas, a exemplo dos “*boat people*”, que entram em um país sem atender aos requisitos legais de entrada. Isso significa que embora não detenham um visto válido, podem possuir moralmente a mesma reivindicação de entrada que a dos refugiados.

³⁹ Por exemplo, Paul Hasluck, ministro dos territórios de Papua e Nova Guiné de 1951 até 1963, referia-se constantemente aos papuanos do oeste que tinham permissão de permanecer no território, valendo-se das aspás para retratá-los enquanto refugiados (Hasluck, 1976, p.371).

⁴⁰ Suhrke (2003) chama atenção para o fato dos movimentos contemporâneos de migração e refugiados não possuírem “magnitude, velocidade ou natureza para constituir uma ameaça à segurança nesse sentido (...) no entanto, a natureza visível dos refugiados e dos migrantes recém-chegados, os torna bodes expiatórios devido a ressentimento por fontes mais invisíveis de mudança e inseguranças sentidas na atual era da globalização tecnológica” (Suhrke, 2003, p.97).

um passageiro em um barco de pesca que foi interceptado pela marinha australiana, aos quais chamam de “*boat people*”.

Muito embora a Austrália tradicionalmente não tenha sido um destino preferencial para os refugiados políticos, pelo fato de ser demasiadamente remota, a primeira imagem que sempre permeia o imaginário do povo australiano é a dos refugiados políticos do século XX, incluindo, por exemplo, democratas ou nacionalistas que fugiram de regimes autoritários presentes na Europa Central, Oriental e no seu Sudeste para países como os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França. Muitas vezes estas pessoas têm seus atos retratados como heroicos, diferentemente dos exemplos que se sucedem.

A segunda imagem está comumente associada aos judeus que escaparam, ou tentaram escapar, da Alemanha nazista, mas também, aos membros da minoria *hazara*. Os últimos fugiram do Afeganistão porque foram perseguidos ou temiam a perseguição nas terras dos talibãs, sendo em sua maioria pertencentes ao grupo étnico *pashtun*.

A terceira e a quarta imagem, vinculam-se a ideia de refugiados em campos de detenção, conforme os estereótipos veiculados nos diversos canais de comunicação. No entanto, as imagens de filas de pessoas em tendas ou outros abrigos improvisados, ou de “*boat people*” sendo desembarcadas no píer da Ilha de *Christmas*, dizem pouco sobre as causas dos seus deslocamentos, que podem incluir desastres naturais, fome, conflitos armados ou perseguição. Ademais, tem-se ainda a ideia de que os refugiados genuínos precisam mostrar-se evidentemente traumatizados e fragilizados, temendo por suas vidas e sem posses mundanas. De acordo com Newman (2015, p.6) são esses marcadores de sofrimento que sinalizam se a pessoa deve ser merecedora ou não de compaixão por parte da opinião pública australiana.

De acordo com McAdam e Chong (2014, p.50) a linguagem predominantemente utilizada na Austrália para descrever os requerentes de asilo, nas últimas décadas, é genericamente bastante negativa, e ela é importante porque acaba moldando o entendimento da opinião pública sobre o fenômeno. Tanto os políticos quanto a mídia em geral constantemente os apresentam como “ilegais” ou “puladores de filas”, que contornam os canais regulares para entrar no país, valendo-se de métodos criminosos que envolvem contrabandistas de pessoas. Deste modo sugere-se para o imaginário da opinião pública que os requerentes de asilo além de tomarem injustamente os lugares daqueles que estão esperando em campos de refugiados, ainda comprometem a capacidade da Austrália de administrar as suas fronteiras (McAdam & Chong, 2014, p. 51).

2.3 Exilar, separar e banir: entendendo o que é raça e racismo

O conceito de raça⁴¹ diz respeito a um constructo social que divide artificialmente as pessoas em grupos distintos, baseando-se em certas características, como a aparência física, afiliação cultural, herança ancestral, classificação étnica e história cultural, e muitas vezes é utilizado para justificar a marginalização e a exclusão. O racismo⁴², por sua vez, é variado, abrangente, normativo e próspero na sociedade contemporânea. Este institui-se a partir de uma subordinação sistêmica de normas e valores culturais, e de estruturas e práticas institucionais de uma sociedade, evidenciando-se o fato de que os indivíduos moldam e são moldados por fatores sócio-culturais. Castles (1996) explica o fenômeno global do racismo como

Um conjunto de práticas e discursos profundamente enraizados na história, tradições e cultura da modernidade. O racismo existe de várias formas em todas as sociedades modernas e desempenha um papel crucial na consolidação dos estados-nações, fornecendo um instrumento para definir a pertença ou a exclusão (Castles, 1996, p. 31).

As definições de racismo que são precipuamente usadas na sociologia, baseiam-se na assertiva de que o racismo resulta de dois componentes aditivos: preconceito e poder⁴³ (Sawrikar & Katz, 2010, p. 83), que se agrava pela distribuição desigual de recursos. Conceitos como “raça” e racismo são construídos e usados para sustentar uma hierarquia de ordem social e práticas que estão associadas à opressão racial. A naturalização destes conceitos ocorre uma vez que estas atitudes e comportamentos se tornam uma parte arraigada da interação social (Delgado & Stefancic, 2001, p.7).

Conforme Sivanandan (2006), além do chamado “racismo civilizacional”, existem outros racismos lançados pelo deslocamento dos povos:

O racismo foi imposto aos requerentes de asilo e migrantes, mesmo quando eles são brancos, por exemplo - o que é passado como xenofobia, o (natural) medo de estranhos. Mas, o outro lado do “medo ou ódio de estranhos” é a preservação

⁴¹ O livro “*Racism: a short history*”, escrito por Fredrickson em 2002, elucida, através da historiografia, o surgimento da teoria racial.

⁴² A antropóloga Benedict, utilizou ineditamente o termo racismo em seu livro “*Race and Racism*”, em 1942, definindo-o enquanto um dogma que condena simultaneamente um grupo étnico à inferioridade congênita e o outro à superioridade predestinada. O que consiste, em uma doutrina de supremacia não-reflexiva.

⁴³ Ainda de acordo com Sawrikar & Katz (2010, p.84) esta definição é benéfica por não ser reducionista ou simplista em sua abordagem, podendo ser utilizada para mobilizar indivíduos e instituições a assumirem a responsabilidade de lutarem contra o racismo, ao passo que também é sensível a fatores contextuais. Ademais, atenta-se para o fato que a “implicação abrangente desta definição é que, para reduzir o racismo, os indivíduos devem se tornar vigilantes de seus preconceitos raciais e se esforçar para criar uma sociedade na qual o poder dos grupos raciais seja igual” (Sawrikar & Katz, 2010, p. 84).

e defesa do “nosso povo”, “nossa cultura”, “nossa raça” - nativismo. Se é xenofobia, é, no modo como ela denigre e reifica as pessoas antes de segregar e/ou deportá-las, uma xenofobia que carrega todas as marcas do velho racismo, exceto que não é codificada por cores. É o racismo em substância, embora xeno em forma. É o xenoracismo, um racismo do capital global. (Sivanandan, 2006, p.2)

De acordo com Bauman (1998) “num mundo constantemente em movimento, a angústia que se condensou no medo dos estranhos impregna a totalidade da vida diária - preenche todo fragmento e toda ranhura da condição humana” (Bauman, 1998, p.21). Deste modo, apercebe-se que nas sociedades emigradas ocidentais, o racismo está frequentemente atrelado às experiências sociais dos migrantes e de suas respectivas comunidades étnicas, uma vez que estas acabam por constringer a ordem habitual. O racismo anula e constringe os estranhos.

Gilroy (1993, p.10) chama atenção ainda para o fenômeno da “dupla consciência”, uma vez que este serve para elucidar o paradoxo de sentimentos intrínsecos dos “estrangeiros”, que muitas vezes vislumbram a dicotomia do “viver aqui/ desejar outro lugar” (Clifford, 1997, p. 255), uma vez que experimentam diversas tensões, em forma de violência ou de exclusão social, que são consciente e subconscientemente reproduzidas pelas desigualdades sociais (Bolger, 2016, p.22). Estas pessoas convivem diariamente com a questão do estar em um lugar, mas sentir que não pertencem a este.

2.4 Um desenvolvimento criativo: breve contorno sobre os estudos de segurança internacional

De posse do conhecimento de que nenhuma pessoa é capaz de edificar o mundo das significações e sentidos a partir do nada, que a neutralidade inexistente e que os conceitos, assim como os significados, sempre emergem de algum lugar e visam algum propósito, dentro de um determinado contexto social (Foucault, 2013, pp.7-10), o presente trabalho valer-se-á de alguns conceitos-chaves e teorias pré-concebidas dentro do campo de estudo das Relações Internacionais (RI). As teorias são, portanto, formas de explicar o mundo através da linguagem, reificada e naturalizada, na tentativa de torná-lo um dado e uma realidade objetiva (Foucault, 2013, p.41). Dentro das RI, a abordagem construtivista coloca-se como uma posição epistemologicamente intermediária⁴⁴ entre o posicionamento racionalista/positivista e os reflexivistas/pós-positivistas⁴⁵, em prol de

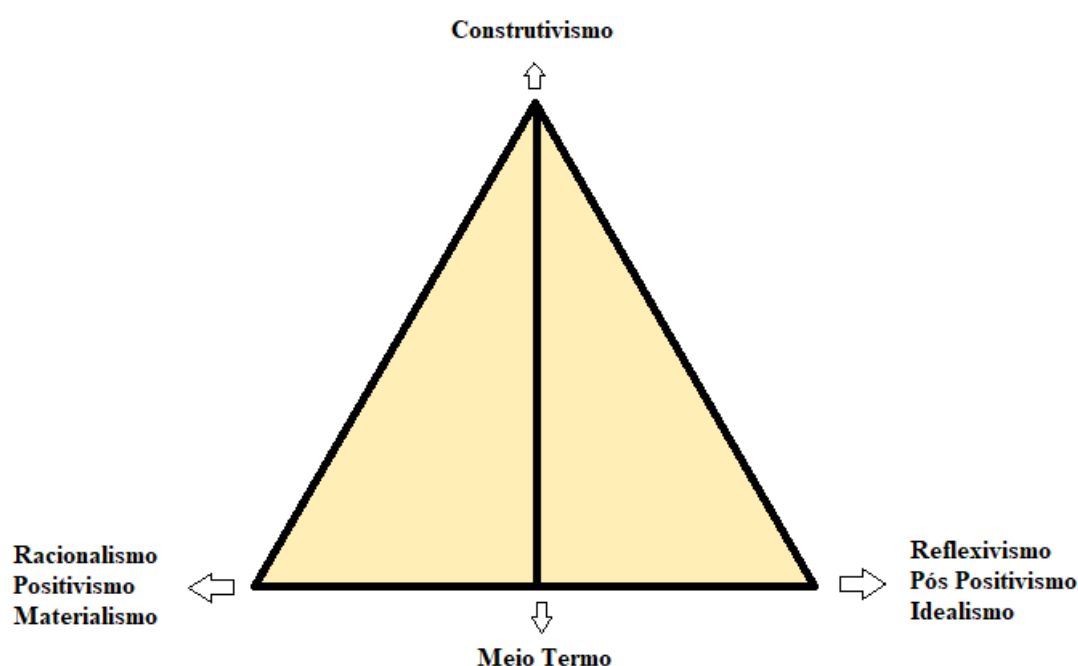
⁴⁴ Pode-se conferir os escritos de Emmanuel Adler (Seizing the middle ground: constructivism in world politics) sobre a consolidação do construtivismo como uma teoria equidistante entre as extremidades racionalistas e pós-estruturalistas.

⁴⁵ Para uma síntese dos Debates no campo de estudo das RI, conferir o Anexo A.

definí-la de forma simplória, poderíamos valer-nos da metáfora de ponte. De forma sintética, Mendes (2012) sintetiza o posicionamento *middle ground* (Conferir Figura 2) do construtivismo em três pontos:

Primeiro, a preferência pela ontologia em detrimento da epistemologia. Segundo, a diferenciação distintiva face ao posicionamento incomensurável dos polos do racionalismo e do reflexivismo conseguindo, todavia, ter a capacidade de diálogo com ambos. Terceiro, a variedade de preferências relativamente às abordagens metodológicas e às estratégias de investigação (identidade, institucionalização das normas, *speech-act*, *learning*, persuasão, discursos, etc). (Mendes, 2012, p.113).

Figura 2 - Construtivismo no *middle ground*.



Fonte: Elaboração da autora a partir do trabalho de Mendes (2012, p.111).

O trabalho valeu-se das lentes da segurança crítica, focando-se primordialmente no fenômeno da securitização das migrações. Tradicionalmente, os estudos de Segurança nas RI se restringiram, até o final da Guerra Fria, a uma percepção objetiva dos estados (estadocêntrica), enquanto ator racional e unitário, e às questões de guerra e uso da força. Nesse cenário internacional os estados apareciam como os principais atores e interagiam entre si sob a lógica de preservação de sua própria sobrevivência dentro do sistema internacional anárquico. Por isso, existe sempre um sentimento de desconfiança entre os estados que encontram na paz ou na guerra, uma forma estratégica político-militar de continuar existindo e dos tomadores de decisão perpetuarem-se no poder (Ramos, 2012).

De acordo com Buzan (2012) os estudos tradicionais de segurança poderiam ser balizados como o estudo da ameaça, uso e controle da força militar. Estes, por sua vez, foram amplamente utilizados durante as duas Grandes Guerras e especialmente durante o conflito bipolar. Com o fim da Guerra Fria, as ameaças à segurança pareciam se multiplicar à medida que emergiam novos problemas e constrangimentos. A abordagem de segurança expandia-se, portanto, para além das matérias de cunho estadocêntrico e militar⁴⁶, passando a abordar temas econômicos, sociais e políticos (Croft, 2008). Vislumbrava-se assim distintas construções sociais que se preocupavam com questões relativas à naturalização do discurso e emancipação dos indivíduos, por exemplo.

A percepção do que era ameaça havia sido alterada, temáticas que eram previamente compreendidas como “*low politics*” passavam a se infiltrar na categoria de “*high politics*” (Devetak, 2004). Questões sobre o meio ambiente, as epidemias, a proliferação de armas de destruição em massa, o crime transnacional, o comércio ilícito de armas, o “terrorismo” e os fluxos migratórios⁴⁷, por exemplo, começaram a ser compreendidas como os constrangimentos de segurança global mais imediatos dos estados (Devetak, 2004; Fierke, 2015). E de uma forma ou de outra, essas novas preocupações de segurança acabaram por desafiar a capacidade do estado-nação em controlar e monitorar o fluxo de dinheiro, bens e pessoas, além das suas respectivas fronteiras, em um mundo cada vez mais globalizado (Devetak, 2004).

Nesse mundo interconectado, a sociedade internacional de Bull (1977) pode ser vista, portanto, em uma ampla gama de questões que permeiam as relações internacionais. A governança global, de fato, contribuiu para a criação de um senso de interesses, normas, princípios e valores compartilhados, no qual os atores internacionais estão vinculados a certos objetivos e instituições (Bull, 1977). No entanto, quando o assunto em pauta é a migração, embora existam algumas tentativas bastante modestas de se criar uma sociedade internacional, o estágio atual dos assuntos mundiais indica que as relações entre os estados não formam uma sociedade internacional, mas sim um sistema internacional nos termos de Bull. Os estados atuam cada vez mais conforme os seus próprios interesses

⁴⁶ O normativo da palavra segurança, acabava por refletir a sua essência estatal. Deste modo, o realismo ao definir o mundo como “*é*” e explicar os fenômenos como “*são*”, tornou-se incapaz de elucidar as mudanças constantes e complexas no cenário internacional, o que demandava uma perspectiva mais abrangente e crítica sobre segurança (Booth, 1991).

⁴⁷ De acordo com Hollifield & Wong (2015, p.249) o fim da Guerra Fria fez com que a migração fosse redefinida no Ocidente como uma questão de segurança por analistas de segurança nacional, como Weiner, Huntington e Rudolph.

e não compartilham o sentimento de estarem vinculados a um conjunto comum de objetivos e instituições (Weiss, 2013).

Contudo, embora o significado de soberania tenha mudado da ideia westfaliana⁴⁸ para um entendimento mais frouxo (em que a soberania pode emanar de diferentes atores), o discurso sobre migração levou a um renascimento do uso do termo no sentido westfaliano – com os estados detendo o supremo poder soberano sobre os seus respectivos territórios – o que pode ser evidenciado no discurso e nas ações tomadas pelos líderes políticos australianos e em suas medidas de campos de detenção *offshore* para com os solicitantes de asilo, a exemplo das medidas excepcionais adotadas pela Austrália contra os mesmos. A securitização da migração, portanto, parece ser a força delimitadora por trás de medidas que flertavam cada vez mais com o nacionalismo e a necessidade vital de resguardar as fronteiras nacionais.

2.5 A teoria da securitização em perspectiva

Como inexiste uma produção intelectual objetiva, neutra e isenta de interesses e influências, a teoria crítica surge para questionar como a política do poder serve para sustentar teorias dominantes, sendo sempre construída por alguém, em algum lugar e com algum propósito (Cox, 1981, p.128). Partindo do pressuposto (abrangente) construtivista⁴⁹ de que as nossas crenças desempenham um papel crucial na construção da nossa realidade e que o mundo social e político não é um dado, mas um produto socialmente construído, os estudiosos críticos de segurança concentram-se nas suposições e discursos pertencentes a uma cultura onde as ameaças são pré-definidas, tentando desnaturalizá-la (Fierke, 2017, p.7).

⁴⁸ Krasner (1999) sustenta que a soberania pode ser entendida de quatro maneiras: soberania legal internacional - relacionada ao reconhecimento mútuo e jurisdição; soberania de Westfália - relativa à não ingerência nos assuntos internos; soberania doméstica - monopólio do uso da força, no sentido weberiano; e soberania de interdependência - que se refere à capacidade que as autoridades públicas possuem em regular o fluxo de informação, ideias, bens, pessoas, poluentes ou capital além das fronteiras de seu estado.

⁴⁹ Os autores e as obras de Friedrich Kratochwil (*Rules, Norms and Decision*, 1989), Nicholas Onuf (*A World of Our Making*, 1989) e Alexander Wendt (*Social Theory of International Politics*, 1999) são essenciais para compreender as principais contribuições e pressupostos no estudo da teoria construtivista dentro das Relações Internacionais.

A Escola de Copenhague⁵⁰ emprega uma abordagem crítica para os estudos de segurança⁵¹, valendo-se do argumento construtivista de que a segurança não é uma condição objetiva, mas o resultado de um tipo específico de processo social (Fierke, 2017, p.7), onde a linguagem desponta como elemento essencial para o entendimento dos significados e compreensão da relação palavra-mundo. Buzan (1997) defende o alargamento do conceito de segurança a partir de dois pressupostos: a presença de ameaças não militares (abordagem multissetorial da segurança) e o rearranjo dado a aceção de segurança enquanto um ato de fala, através do conceito de securitização (Buzan, 1997).

A expressão securitização⁵² foi desenvolvida por esta escola e é utilizada por estudiosos da segurança construtivista para se referir ao processo subjetivo de construção social de ameaças, valendo-se das premissas do pós-estruturalismo. Afinal, o mundo social edifica-se a partir de “processos intersubjetivos e coletivos” (Duque, 2009, p.477). Sinteticamente é através da securitização, que os atores possibilitam que questões de política doméstica habituais, tomem uma dimensão de “*high politics*”, afetando os estados em esfera nacional e fazendo emergir o que se entende por “política do pânico”.

Buzan e Wæver (2003, p.491) conceituam securitização como sendo o processo discursivo através do qual um entendimento intersubjetivo é construído dentro de uma comunidade política para aludir algo como sendo uma ameaça existencial a um objeto de referência e, desta maneira, suscitar a utilização de medidas emergenciais e incomuns para lidar com a ameaça. Tendo em vista que a segurança é um agente linguisticamente manifestado (um processo comunicativo), nenhuma questão constitui essencialmente

⁵⁰ O britânico Barry Buzan e o dinamarquês Ole Wæver são considerados os expoentes cruciais da Escola de Copenhague, a partir da fundação do *Centre for Peace and Conflict Research*, tendo sido responsáveis por resguardar alguns argumentos tradicionais das Relações Internacionais nesta Escola, a exemplo do postulado neorrealista da relevância dos estados em relação a outros atores da política internacional, da importância das tensões internacionais que se explicitam no equilíbrio de poder e do sistema político ser anárquico (Musumeci, p.3262, 2011). Entretanto, mesmo que esta Escola conceda ao estado o papel central no campo da segurança, ela diverge radicalmente das abordagens tradicionais, à medida que lida com conceitos sociais como “poder”, “segurança” e “interesse nacional”, que ontologicamente estão centrados no estado, de forma divergente (Tickner e Wæver, 2009, p. 334) e considera a abordagem realista da “luta pelo poder” como sendo obsoleta (Stone, 2009, p.4).

⁵¹ Em meados dos anos 90 a Escola de Copenhague acrescenta uma outra dimensão aos estudos da segurança, que exploram questões societais, o que denominou-se estudos críticos de segurança. Este, por sua vez, ramificou-se em duas comunidades: os *wideners* e *deepners*. Enquanto os primeiros queriam uma definição mais expandida da segurança, incluindo questões relativas ao meio ambiente, economia e sociedade; os aprofundadores defendiam a segurança em termos de outros objetos de referência: indivíduo, grupos particulares e coletividades abrangentes (Suhrke, p. 94).

⁵² É preciso ter em mente que a teoria da securitização foi desenvolvida principalmente através do estudo de casos empíricos extraídos de experiências europeias durante o fim da Guerra Fria (Bilgin, 2011, p.401). É válido uma consulta ao Anexo B.

uma questão securitária, e por isso a (in)segurança não pode ser considerada uma condição objetiva, mas sim um ato de fala⁵³ e uma prática auto referencial, visto que consiste em um processo intersubjetivo (Balzacq, 2005, p.177).

A securitização ocorre quando, por meio de um ato de fala, “a questão é enunciada como uma ameaça existencial, exigindo medidas emergenciais e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político” (Buzan, 1998, pp.23-24). O problema é retratado como uma matéria de segurança não porque pode, de fato, representar uma ameaça a um objeto de referência, mas porque é apresentada como tal⁵⁴. Além disso, dentro de sua abordagem mais ampla, o objeto de referência não precisa necessariamente ser o estado – pode ser qualquer coisa que se enquadre enquanto “existencialmente ameaçada” e que tem uma reivindicação legítima de sobrevivência (Buzan, 1998, p.36).

Outro elemento importante da securitização é sua prioridade e caráter de urgência. Ameaças à segurança são vistas como questões que precisam ser colocadas com urgência no topo da agenda, justificando o uso de meios extraordinários, porque uma vez que estes problemas não sejam abordados, o objeto de referência pode passar a inexistir (Kazharski & Tabosa, 2018, p. 64).

Entretanto, nem todas as questões apresentadas como uma ameaça levam à securitização, tendo em vista que este é um processo dual e depende de como o discurso é recepcionado. Isso significa que aqueles que produzem os atos de fala só irão securitizar um problema se o público necessário aceitar que um determinado objeto de referência está sob ameaça existencial (Buzan, 1998). Portanto, para a securitização ser bem-sucedida precisa envolver três elementos importantes: enquadrar algo como uma ameaça existencial, requerer uma ação urgente e justificar o uso de medidas extraordinárias para o rompimento das regras previamente estabelecidas (Buzan, 1998, p.26). Em virtude da gama de implicações sociais, políticas e econômicas que permeiam as questões migratórias, a migração tornou-se cada vez mais securitizada e politizada pelos estados.

É imprescindível realçar que desde os ataques terroristas do 11 de Setembro e da consequente “guerra ao terror”, tornou-se cada vez mais hodierno relacionar assuntos referentes ao deslocamento humano com ameaças securitárias (Newman, 2003, p.9). De

⁵³ Onuf (1998) verifica a existência de três tipos de atos de fala, de onde os atores depreendem significados. Enquanto os “atos assertivos” correlacionam conhecimentos sobre o mundo, os “atos diretivos” oferecem orientações e os “compromissos”, por sua vez, expressam promessas.

⁵⁴ De acordo com Huysmans (2006, p.11) a securitização consiste em uma técnica política que visa enquadrar questões de cunho político dentro de uma lógica de sobrevivência, sendo estas capazes de mobilizar políticas de medo nas quais as relações sociais estruturam-se a partir da desconfiança.

acordo com Humphrey (2014, p.84), a construção da migração como um risco consiste em uma expressão da globalização da segurança para administrar as novas ameaças do crime internacional e do terrorismo no contexto pós 11 de setembro⁵⁵. Políticas de controle mais hostis, restritivas e muitas vezes repressivas em relação aos imigrantes, refugiados e requerentes de asilo, começaram a tomar forma, tendo como justificativa motora o combate ao terrorismo, demandando mais atenção aos temas relativos ao fortalecimento das fronteiras para a garantia da segurança nacional⁵⁶ (Goodwin-Gill, 2008).

Goodwin- Gill (2008) diz ainda que a opinião pública vem sendo modelada, desde então, pelo medo dos migrantes e pela percepção deles enquanto inimigos, o que ajuda na naturalização do discurso populista de securitização das migrações, pautado no fortalecimento das fronteiras (associado às normas de soberania westfaliana) e na necessidade de voltar a atenção para questões concernentes à segurança nacional, minimizando assim a cooperação internacional relacionada ao campo da migração.

2.6 Entre a securitização e criminalização das migrações

A capacidade de controlar quem tem o direito de cruzar as fronteiras de um estado é uma dimensão fundamental do que Krasner (1999) chama de “soberania de interdependência” do estado, ou a capacidade dos estados de controlar os movimentos transfronteiriços. Ou seja, os estados possuem interesse em controlar as suas fronteiras territoriais para poderem conseguir manter o controle de suas populações, limitar o acesso aos mercados de trabalho e bens públicos e também preservar a segurança interna.

O processo de globalização, em consonância com a migração, acabou por evidenciar a existência de redes criminosas complexas, transfronteiriças e organizadas em torno da migração ilegal, e este problema representa um desafio à autoridade e ao controle estatal. Nota-se assim que além da questão da desigualdade global, da mobilidade social transnacional e do deslocamento dos mais vulneráveis como resultado da crise econômica, guerra e degradações ambientais, a existência de falhas no controle das fronteiras acaba por desencadear sérios desafios à segurança (Adamson, 2011, p.177).

⁵⁵ Newman (2003, p.9) esclarece que embora inexista dados empíricos que possam justificar uma conexão entre os temas do asilo e terrorismo, os atentados do 11 de setembro acabaram por fornecer um pretexto para que diversos líderes políticos utilizassem a ameaça do terrorismo para conseguir obter vantagens políticas e fortalecer as políticas de asilo.

⁵⁶ Suhrke (2003, p.94) explica que os tradicionalistas convenientemente definem segurança nacional em termos estatais e militares.

Peter Andreas (2003, p.84) argumenta que ao mesmo tempo que a globalização foi capaz de derrubar fronteiras econômicas, o que é veementemente enfatizado pelos globalistas, também possibilitou que muitos estados fossem capazes de criar um policiamento e controle cada vez mais seletivo nas suas fronteiras, com o objetivo de restringir a mobilidade e o ingresso ao seu território. Percebe-se, por exemplo, que ao longo da década de 1990, os países do Ocidente passaram a expandir o policiamento de suas fronteiras, militarizando-as e securitizando-as. Este enrijecimento ocasionou fortes consequências humanas. (Adamson, 2011, p.179).

No entanto, como a globalização é marcada por inúmeros paradoxos, fica perceptível que, diferentemente dos países mais ricos, os estados denominados fracos ou falidos⁵⁷ são incapazes de controlar as suas fronteiras territoriais. Assim sendo, os estados mais pobres do mundo (os países do sul) acabam por hospedar a maior porcentagem de refugiados e deslocados internos, e o fluxo descontrolado de refugiados ou de outros migrantes através das fronteiras acaba por produzir um estresse adicional sobre as instituições estatais fragilizadas, aumentando a competição por recursos escassos e exacerbando as tensões étnicas e sectárias (Dowty & Loescher, 1996, p.43-71). A securitização da migração torna-se assim a “securitização de migrantes cujos corpos são transformados em fronteiras culturais e políticas” (Humphrey, 2014, p.86).

É importante ressaltar que o fim da Guerra Fria e da bipolaridade foram fundamentais para transformar tanto a natureza quanto a função das fronteiras nacionais, de modo a securitizar cada vez mais a migração e levar a um maior policiamento das mesmas, por parte dos formuladores de políticas de todo o mundo, fazendo com que questões migratórias passassem para o topo da agenda da segurança internacional⁵⁸ (Adamson, 2011, p.166).

As políticas de migração dos estados geralmente têm dois objetivos principais: regular quem entra (questões provenientes do controle de fronteiras) e decidir quem tem

⁵⁷ Partindo do pressuposto de que o estado virtuoso e forte (*strong state*) é o estado racional moderno, uma vez que este possui a capacidade de gerar ordem, segurança, leis e direitos de propriedades que são necessárias ao desenvolvimento econômico (Fukuyama, 2005), o estado falido (*failed state*) pode ser compreendido como aquele que não consegue promover, internamente, condições mínimas como: ordem, paz, segurança, representação e bem-estar (Jackson, 2007). A *Found for Peace* (FFP) elabora um índice de estados falidos baseado em 12 indicadores econômicos, sociais e políticos: pressões demográficas, movimento massivo de refugiados e deslocados internos, desigualdades no desenvolvimento econômico e declínio econômico acentuado, criminalização estatal ou deslegitimação do Estado, deterioração dos serviços públicos, autonomia do aparato de segurança, a suspensão das leis de direitos humanos, ascensão.

⁵⁸ Adamson (2011, p. 166) explica que os atentados nos EUA, no emblemático 11 de Setembro de 2001, em Madrid em 11 de março de 2004 e em Londres no dia 7 de julho de 2005 servem para ilustrar, na história recente, os temores existentes na relação entre o terrorismo e a migração.

direito a ser membro de uma comunidade política (temas alusivos à cidadania ou participação política). Humphrey (2014, p.84) leciona que enquadrar a migração como uma questão de “segurança” acaba por simultaneamente conferir-lhe prioridade política, ao passo que serve de justificativa para a implementação de medidas legais, policiais e políticas extraordinárias para gerenciá-las.

Uma vez que a migração toma a forma de um problema de segurança, os migrantes transformam-se em destinatários de políticas governamentais de policiamento, regulamentação e gerenciamento de risco, visto que passam a ser associados a complicações estruturais como: o desemprego, o terrorismo, a criminalidade e o fluxo de refugiados. A securitização acaba por combinar a autodisciplina dispersa, através da segurança, com o disciplinamento coletivo através da cidadania e da gestão do medo, e deste modo o policiamento se torna simultaneamente menos associado à repressão e mais voltado à constituição do que é, em sua gênese, politicamente aceitável e mediatizado para a sociedade⁵⁹ (Humphrey, 2014, p.85). Como controle social Humphrey (2014, p.94) explica que

A securitização envolve uma mudança da punição para a prevenção de crimes, de uma lente panóptica (a lógica do controle totalitário sob o olhar do estado) para uma lente proibicionista (o gerenciamento de ameaças sob o olhar do cidadão espectador). Mas a securitização da migração também representa um modo de governança baseado no policiamento de categorias sociais de ameaça e risco para produzir coesão/consenso social como uma forma de gerenciar os problemas da globalização. A securitização da migração emergiu como um projeto político de integração espacial por meio da harmonização de políticas e leis que gerenciam o risco nos estados do norte (Humphrey, 2014, p.94, tradução nossa).

Sendo assim, culpabilizar os migrantes consiste em uma estratégia governamental que tenciona produzir coesão social, mobilizar apoio político e reivindicar legitimidade política. Ademais, nas entrelinhas, as diferenças culturais e raciais acabam por ser utilizadas para evidenciar questões relativas à soberania e delinear um estado de exceção para aqueles que não merecem a mesma proteção da lei (Humphrey, 2014, p.85).

⁵⁹ Feldman (2004, pp.73-80) em seu artigo “*Deterritorialised Wars of Public Safety*” explica bem o binômio existente entre o novo regime de vigilância/segurança pública e a importância do cidadão/espectador. Deste modo torna-se perceptível que objetivo principal do estado é transmitir aos cidadãos um sentimento de segurança, que muitas vezes está atrelado à exclusão do outro, do subversivo, daquele que é um perigo à ordem estatal.

2.7 Análise Crítica do Discurso: aplicações da linguagem na prática de injustiças sociais.

A linguagem é crucial “na constituição e reprodução de relações de poder que resultam em formas de desigualdade” (Blackledge, 2012, p.616). Foucault (2013, p.17) explica que o poder da palavra/linguagem consiste em constranger o que pode ser dito e compreendido enquanto verdadeiro, razoável ou falso. A linguagem é, portanto, a maneira encontrada para representar o mundo e torná-lo uma realidade objetiva, um dado, uma verdade e um modelo teórico veementemente aceito (Foucault, 2013, p.17). A linguagem é ainda um componente integral da cultura, que não apenas representa um significado como também o produz, sendo assim, concomitantemente, um sistema simbólico e uma forma de poder social (Yongtao, 2010, p.87).

O legado foucaultiano explicita que o estudo da língua está diretamente atrelado ao aspecto histórico-social e que é este contexto social dos discursos⁶⁰ que acaba por delimitar os enunciados que podem ser legitimamente argumentados ou não (Masumeci, 2011, p.3263). Deste modo, pode-se dizer que ao fazer a correlação locutor-enunciado-mundo, o discurso se faz substancialmente ideológico, dialógico⁶¹ e também histórico⁶². Nota-se assim que o discurso é tão capaz de produzir regras e políticas, quanto de expressar propósitos e intenções individuais (Frizzera, 2013, p.60). Suas características fundamentais estão contidas na Tabela 1:

⁶⁰ O discurso é uma consequência direta da linguagem produzida e reproduzida, ou seja, da atividade comunicativa dos interlocutores (Brandão, p.2). Este possibilita, através da língua, um espaço para que o poder e o saber unam-se e manifestem-se através da ideologia.

⁶¹ No discurso dialógico evidencia-se o fenômeno da “*double-voiced*”, ou seja, mais de uma voz é evidente em uma única expressão, moldando e remodelando a palavra, de modo que o pensamento do autor não domina mais completamente e responde à voz do outro (Blackledge, 2012, p.617)

⁶² No fim dos anos 60, Michel Pêcheux iniciou e formulou, na França, a disciplina da Análise do Discurso, que evidenciava uma severa crítica ao sentido evidente do discurso. O objeto teórico de estudo era o próprio discurso e o seu principal objetivo consistia em desautomatizar e reorientar teoricamente a relação que até então era estabelecida com a linguística (que a considerava como um mero instrumento de comunicação), buscando uma compreensão mais crítica da mesma, tentando relacionar o sujeito, a língua e a história. Percebe-se que as suas técnicas de análise sempre fizeram uma ponte entre a ideologia, a prática política e o discurso. Ademais, ela não pode ser compreendida dissociada da interação social.

Tabela 1 - Características Fundamentais do Discurso.

Características Fundamentais do Discurso				
Contextualização - Ultrapassa nível gramatical	Interativo - Necessidade de interlocutores	Ação pela linguagem - Forma de atuar e agir sobre o outro	Dialógico - Dialoga com outros discursos, trazendo outras falas	Efeito Polifônico (Heterogêneo) - Habitado, diretamente ou indiretamente, por outras vozes
Necessita de conhecimentos linguísticos e extralinguísticos	Reprodução é dada por um sujeito	Dialogismo - Supõe pelo menos dois falantes	Rede Interdiscursiva - Constante interação com discursos que já foram reproduzidos	Enunciados Concretos

Fonte: Elaborada pela autora a partir do artigo “Analisando o Discurso”, da professora Helena Brandão da USP.

O discurso sustenta e materializa uma ideologia, que consiste em uma representação da ordem social, em outras palavras, a tonificação de uma visão de mundo. De acordo com Pêcheux (1990, p.18), dentro de uma sociedade os valores ideológicos apresentam-se/representam-se através do formações imaginárias no discurso, que atribuem mutuamente um lugar específico ao destinador e destinatário. Deste modo, Foucault (2013) define o discurso como sendo a “reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (Foucault, 2013, p. 49).

Dentro das RI, que teve as suas raízes fincadas aos moldes intitulados iluministas ou positivistas, nota-se que a análise crítica do discurso (ACD), embora seja um recurso cada vez mais utilizado em outros campos das ciências sociais, é ainda um método marginalizado pela academia⁶³ (Camargo, 2011, p. 94). No entanto, em virtude dos significados produzidos pelo discurso e por suas características sociais e efeitos de poder, a ACD é um método de análise interessante para o estudo de questões em torno das relações de poder, identidade e representatividade (Dantas & Leite, 2015, p. 171).

⁶³ Dentro do campo de estudos das Relações Internacionais, Nicholas Onuf (2002, p.119) versa sobre a existências de uma infinidade de verdades e de olhares diferentes nos diversos mundos existentes, e com isso chama a atenção para a importância do discurso para mudar ou perpetuar as mais diversas realidades. Outrossim, o autor fala a respeito de como o olhar do observador molda a percepção da realidade, o que pode aplicar-se a relação entre os estados. Dependendo das relações existentes entre os estados, ele pode ser percebido como uma ameaça ou como um aliado. Neste sentido, Zehfuss (2002, p.180) chama a atenção para as relações de poder desiguais dentro do Sistema Internacional, o que acaba por proporcionar mais força para alguns discursos em detrimento de outros.

A ACD⁶⁴, ao reconhecer a centralidade do discurso na vida social, fornece um requintado recurso para se estudar a securitização, a partir do momento que mostra como a linguagem pode participar dos processos sociais. Ao trabalhar com a pragmática linguística, a crítica social⁶⁵ e abrir espaço para uma análise de perspectiva sócio histórica (Tilio, 2010, p. 86), a ACD objetiva entender o modo como “as estruturas discursivas possibilitam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação na sociedade” (van Dijk, 2001, p.353). Em outras palavras, é uma proposição transdisciplinar capaz de focar “na desigualdade social e nas formas pelas quais os textos são usados para denotar poder e ideologia” (Tilio, 2010, p. 87).

Uma vez que o fenômeno da securitização das migrações está intrinsicamente associado ao ato de fala, e a sua aplicação exige um compromisso com a ACD, optou-se pela utilização desta para estudar os discursos proferidos por Howard durante e após o caso de Tampa, valendo-se da concepção tridimensional de Fairclough (1992, pp. 62-63). Em seus estudos o autor proclama que “o uso da linguagem na sociedade é uma forma de prática social e não uma atividade individual” (Fairclough, 1992, p. 63). Essa noção correlaciona-se à ocorrência de poder e ideologia no discurso, sendo estes fatores subjacentes ao texto em si.

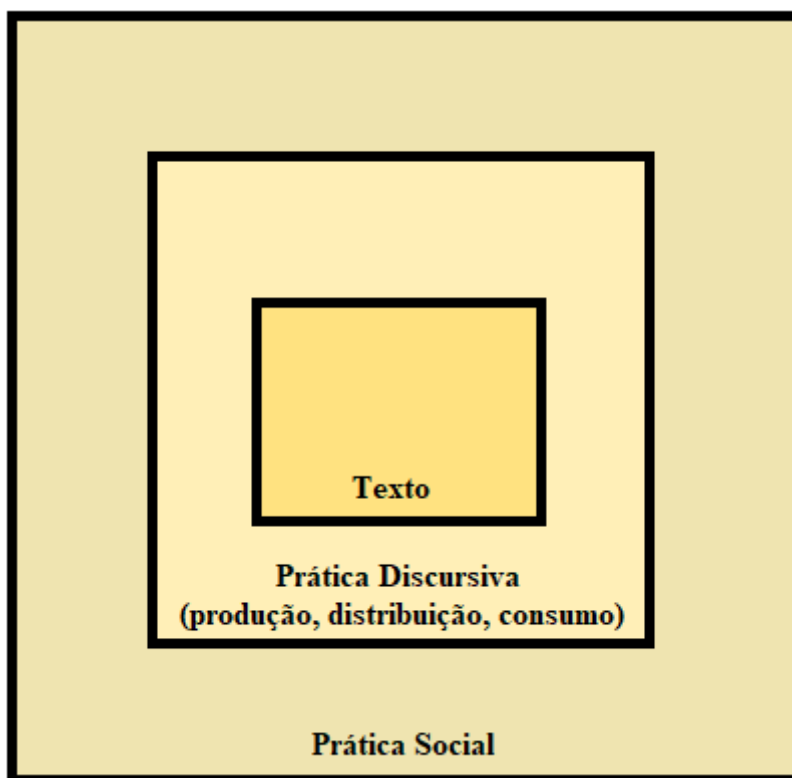
De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999) o discurso consiste em uma prática de representação e significação do mundo que objetiva fornecer sentidos para a realidade em seu entorno. Ele possui em sua gênese um sentido abstrato e outro concreto. Enquanto o primeiro externa uma denominação genérica do texto escrito, o segundo exprime um modo de construção de sentido das experiências vividas, através da prática discursiva, funcionando como uma espécie de elo entre elementos linguísticos e extralinguísticos, criando um sentido para a existência humana. Existe assim, uma relação “dialética entre o discurso e as práticas sociais, de tal forma que o discurso é condicionado pelas práticas sociais não discursivas ao mesmo tempo que as condiciona” (Silva e Gonçalves, 2017, p.6)

⁶⁴ A ACD nasce nos anos setenta e distancia-se das bases da Análise do Discurso (AD), uma vez que preocupa-se em “trabalhar o discurso como uma prática social, numa percepção do discurso ligado às relações de poder e dominação” (Dantas & Leite, 2015, p.168).

⁶⁵ De acordo com Fairclough (2001, p. 230) a ACD busca discernir conexões entre a língua e outros elementos, normalmente encobertos, da vida social: como a fala aparece em relações de poder e dominação; como a língua opera ideologicamente; a negociação de identidades pessoais e sociais (continuamente problematizadas através de mudanças na vida social) em seu aspecto linguístico e semiótico. A ACD também é crítica porque está veementemente comprometida com mudanças sociais contínuas (Fairclough, 2001, p. 230).

Fairclough (1992, pp.24 e 25; 2001, pp.100–107) define a relação existente entre a linguagem e o poder, fornecendo uma estrutura teórica de três esferas principais para se pensar o discurso, conforme observa-se na Figura 3.

Figura 3 - Concepção tridimensional do discurso.



Fonte: Adaptação da autora baseado em Fairclough, 2001

Fairclough (2001) elabora três dimensões da ACD: a análise textual (remete a questões textuais formais), a prática discursiva (ou seja, o consumo do texto) e o discurso enquanto prática social. A tabela 2 torna mais perceptível o outrora exposto:

Tabela 2 - As três dimensões da ACD de acordo com Fairclough.

1. Descrição	2. Interpretação	3. Explicação
Análise textual: preocupa-se com as propriedades formais do texto. Funciona como um meio de representação e significação do mundo.	Análise prática discursiva: preocupa-se com a relação entre texto e interação, ou seja, o discurso produzido nas relações cotidianas.	Análise da prática social: preocupa-se com a relação entre a interação e o contexto social, ou seja, com as ideologias e hegemonias oriundas do discurso.

Fonte: Elaboração da autora tendo por base Fairclough, 2001.

No capítulo 4, mostrar-se-á a dimensão do texto através do uso da linguagem e representação dos requerentes de asilo por via marítima durante e após a Crise de Tampa, através da mídia e de atos governamentais. A dimensão da prática discursiva refletirá a produção e o consumo deste texto por parte da população australiana. Para enquadrar a dimensão sociocultural, examinar-se-á o contexto fornecido (a crise de Tampa, ataques terroristas e as eleições federais de 2001) que possibilitou a securitização do tema. Apercebe-se assim, que a preocupação com o papel do discurso na vida social configura-se como a maior característica da ACD, o que serve para enaltecer a visão política da mesma. A linguagem ganha mais força e poder, quando pessoas poderosas e influentes fazem uso dela (Blackledge, 2012, p.617).

3. Me liberte desse mundo desconhecido: a “Crise de Tampa” e os requerentes de asilo

“Refugees didn’t just escape a place. They had to escape a thousand memories until they’d put enough time and distance between them and their misery to wake to a better day”. Nadia Hashimi

3.1 Uma breve história da Austrália

Em 1770 o tenente inglês, James Cook, ao desviar de suas rotas habituais e navegar pela costa leste deparou-se com as terras australianas, a qual resolveu rebatizar de *New South Wales* e reivindicar posse em nome do seu monarca britânico. Em 26 de janeiro de 1788, foi feita uma expedição às “novas terras”, que contava com milhares de oficiais civis, tropas e criminosos condenados, estando o comandante, Arthur Phillip, responsável por assumir o governo na metade oriental do “novo” país (Macintyre, 2009 p.5). Estes novos habitantes britânicos se estabeleceram e exploraram a ilha-continente, ao passo que massacraram e subjugaram os povos aborígenes⁶⁶ que já lá habitavam.

A identidade nacional australiana foi uma construção que iniciou-se na década de 1880 e que foi aceita acriticamente até a meados dos anos cinquenta, onde suas principais preocupações refletiam o desejo de remediar o estigma do “condenado que vivia na colônia penal britânica”, a vontade de tornar-se uma Federação e de possuir uma consciência histórica nacional (O’Dowd, 2011, p.33). Metcalfe (2013) explica que

A busca por uma identidade nacional na qual a população pudesse se orgulhar durante 1880-1914 foi influenciada por ansiedades raciais de dentro e de fora do Império. A “Austrália Branca” permaneceu no centro da identidade nacional australiana, filtrando as reações populares a essas influências, alterando apenas suas manifestações (...) Ao perceber a Austrália como uma terra ocupada apenas pelos britânicos, os coloniais rejeitaram a presença de qualquer outra cultura. A presença dos aborígenes australianos, longe de refutar essa crença, contribuiu para a insistência na superioridade inerente à raça branca. O darwinismo social teorizou que raças superiores e avançadas triunfavam sobre raças inferiores e primitivas (Metcalfe, 2013, p.2, tradução nossa).

As ansiedades raciais coloniais australianas, por sua vez, foram exacerbadas pelo isolamento geográfico do país⁶⁷, encontrando-se distante da cultura com a qual se

⁶⁶ Boucher (2009, p. 47) leciona que as histórias indígenas representam, sobretudo, um paradoxo historiográfico, visto que a categoria (*ab*)original australians funciona como uma espécie de lembrete constante do roubo que sustenta e legitima o estado-nação australiano.

⁶⁷ Mackinder (1904) leciona que um território contíguo e vasto é um fator que decide a natureza do poder do estado. A Austrália é um país de 7.741.220 km² situado no hemisfério sul entre o Oceano Índico e o sul do Oceano Pacífico, na Oceania, e corresponde à menor área continental do mundo. Embora não comparta

identificou outrora (Metcalf, 2013, p.3). O etnocentrismo, por sua vez, institucionalizou-se em 1901, quando a Austrália ao se tornar uma Federação, discriminou os aborígenes ao excluí-los, através de cláusulas discriminatórias presentes na Constituição Federal⁶⁸, do direito a possuir uma cidadania dentro desta nova nação (O’Dowd, 2011, p.30). Não apenas o passado dos condenados australianos foi silenciado, como também os detalhes sobre a colonização e expropriação indígena.

Apesar das políticas migratórias discriminatórias mencionadas, a história também nos ensina que a migração para a ilha-continente acabou proporcionando, por fim, uma valiosa diversidade cultural ao país⁶⁹ (Ozdowski, 2016, p.178). A Austrália aderiu a um modelo inclusivo de multiculturalismo⁷⁰, onde os migrantes podiam pertencer à Austrália tendo a sua cultura e as suas tradições originais resguardadas, desde que aceitassem os valores e as leis fundamentais australianas (Ozdowski, 2016, p.211).

Esse número crescente de pessoas de diversas culturas vinha remodelando a sociedade australiana, com jovens sendo cada vez mais propensos a aceitar colegas de outras origens culturais e étnicas, oferecendo assim espaços para que os migrantes e refugiados possam encontrar um sentimento de pertencimento ao país (Mansouri & Kirpitchenko, 2016). Entrementes, a coesão social continuava a ser um revés, visto que

fronteiras com nenhum outro país, o continente-ilha tem uma costa de 25.760 km e possui fronteiras marítimas com Indonésia, Timor-Leste, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão (CIA, 2019, Britannica, 2019, OEC, 2019).

⁶⁸ O estado da Victoria introduziu a *Aborigines Act 1869*, antes que a própria Federação passasse a existir, o que ocorreria em 1901 e mostrava como crenças racistas, naturalizar-se-iam enquanto legislação. Acreditava-se que os aborígenes eram menos que humanos, e a legislação era usada para controlá-los e confiná-los do “público”. Dudgeon & Wright (2010, p. 30) explicam que a intenção subjacente a essas leis punitivas e restritivas pairavam entorno do pretexto do “é para o seu próprio bem” ou “estamos trazendo a civilização”, cujos danos colaterais resultaram em uma forma de genocídio cultural dos indígenas australianos, através da perda da linguagem, dispersão familiar e cessação de direito e práticas culturais. Ensina-se ainda que a *Western Australian Aborigines Act 1905* constituiu um marco, um período de opressão e vigilância aos aborígenes, onde o estado tinha o poder de remover as crianças “mestiças” de suas famílias e enviá-las para lugares que estivessem longe da influência contaminadora dos ambientes aborígenes, poderia transferir mandatoriamente aborígenes de uma reserva para outra, estes foram proibidos de entrar sem permissão nas cidades e a coabitação de mulheres aborígenes com homens não aborígenes foi proibida (Dudgeon & Wright, 2010, p.31). O controle e a intervenção estatal na vida dos aborígenes foram extremos até o ano de 1967, quando, finalmente, esta lei foi revogada.

⁶⁹ A história da imigração australiana, caracteriza-se pela entrada de pessoas de grupos ou regiões específicos ao longo do tempo. As primeiras ondas sucessivas de imigração advieram inicialmente da Grã Bretanha durante o século XIX, por conseguinte, durante a II Guerra Mundial, tornou-se mais comum a recepção de imigrantes advindos da Europa Central e do Sul. Durante a década de 50 foi bastante comum a chegada de imigrantes italianos devido a razões econômicas; na década de 70, no entanto, já se tornava mais rotineiro a chegada de refugiados políticos oriundos do Vietnã; enquanto que atualmente as chegadas mais recentes advêm da Europa, mas existe um número cada vez mais crescente de pessoas vindas do Oriente Médio, dos países asiáticos e africanos (Radermacher & Feldman, 2017, p.84).

⁷⁰ O multiculturalismo em sua essência visa o desenvolvimento de uma sociedade bem integrada e coesa, que valoriza e respeita as diferenças e não encoraja o desenvolvimento de comunidades separadas e paralelas baseadas na distinção étnica, religiosa ou racial (Ozdowski, 2016, p.210).

ainda existem alguns desafios para esses grupos de pessoas: a discriminação racial, exclusão e os conflitos intergeracionais, são alguns deles.

A Austrália vem apresentando desafios em um outro aspecto: a sua pirâmide etária invertida⁷¹. Com o envelhecimento populacional proeminente, as comunidades jovens de refugiados e migrantes podem ser uma mais-valia não somente para a criação de uma sociedade mais inclusiva, mas também para a própria economia, em termos de reestruturação da força de trabalho.

3.2 Entre a Austrália Branca e o Multiculturalismo

Existem algumas questões específicas pelas quais a Austrália é inveteradamente receosa quanto aos requerentes de asilo, uma delas é o etnocentrismo australiano. Questões referentes à raça e preconceitos raciais são fundamentais para a compreensão do fenômeno da securitização das migrações. O pânico moral sobre o movimento de pessoas é consistente com a sua origem imperial⁷² e a sua história de ansiedades raciais. Bolger (2016, p.20) argumenta que a raça é um fio contínuo que vai do passado racialmente exclusionista da Austrália ao seu presente “multicultural”. Neumann (2015) discorre que

Três quartos de um século passaram antes que uma política mais compreensiva acerca dos refugiados fosse anunciada pelo parlamento australiano, e demorou quase cem anos antes das questões dos refugiados e requerentes de asilo estarem regularmente no topo da agenda dos legisladores. Os primeiros parlamentares da Austrália estavam preocupados com questões de imigração, mas não tentavam dar as boas-vindas aos imigrantes em potencial, incluindo refugiados, a ponto de excluir os migrantes com base em sua raça, tanto por impedir que não europeus entrassem na Austrália quanto por legislar para a deportação de milhares de residentes de longa data que eram da cor da pele errada (Neumann, 2015, p.14, tradução nossa).

A história nos relembra que o primeiro ato significativo do novo governo federal da Austrália em 1901 foi de cunho racial, aprovando a Lei de Restrição da Imigração⁷³, conhecida como “Política da Austrália Branca”, que ajudou na consolidação da sua identidade nacional. Esse projeto de lei proibia a imigração para a Austrália por “não

⁷¹ Devido ao aumento da expectativa de vida, a população mundial como um todo está envelhecendo. As pesquisas demográficas do *Australian Bureau of Statistics* (2011) revelam uma mudança do perfil etário australiano: estima-se que em 2056, 25% da população terá 65 anos ou mais e que, no mesmo período, a idade média aumentará de 37 para 41 anos.

⁷² Como a maioria das sociedades de colonos, especialmente no século XIX, a Austrália é produto da história do império (Cartner, 2009, p.25).

⁷³ O projeto de lei foi sancionado pela Câmara dos Comuns em maio de 1900. Essa lei foi a primeira grande questão legislativa tratada pelo parlamento da recém-criada *Commonwealth of Australia*, mostrando a relevância do tema racial para a comunidade (Stratton & Ang, 1994, p.25).

européus” ou das “raças coloridas”, por temer a concorrência causada pela mão de obra não europeia, e por prezar pela “pureza racial” enquanto cimento simbólico de sua comunidade imaginária⁷⁴ (Stratton & Ang, 1994, p.23). Essa política pautou-se no entendimento de que o governo tinha o direito de selecionar quais imigrantes poderiam atravessar a fronteira e se tornar um membro político do país, ao passo que valorizou a cultura anglo-celta (Fozdar & Banki, 2017, p.45).

O “tipo nacional australiano” era compreendido como uma “raça anglo-australiana”, consistindo praticamente uma espécie de transplante dos britânicos para a ilha-continente, seja no condizente às características físicas e raciais, como também às ideologias e à identidade moral, social e psicológica⁷⁵ (Stratton & Ang, 1994, p.28). Essa política pautava-se na influência do imperialismo britânico e do darwinismo social, sendo concebida para impedir e restringir a imigração asiática, de modo a manter a comunidade nacional predominantemente branca (Devetak, 2004).

Ademais, essa política estabelecia, através de práticas linguísticas reproduzidas e legitimadas pelas relações de poder, domínio e exploração (Augoustinos & Reynolds, 2001, p. 10), um discurso enérgico de exclusão de estrangeiros “não brancos” no país. Evidenciava-se a “Austrália Branca” como objeto de desejo de outras pessoas, colocando o estrangeiro no papel daquele que almeja ter para si, aquilo que já fora por ora conquistado (Nicolacopoulos & Vassilacopoulos 2004, p. 47). Dauvergne (2008, p.2) argumenta que esse ressentimento e medo anti-estrangeiros acaba por levar a sociedade a uma consciência de estado cada vez mais insular, que catalisa políticas exclusionistas.

Consentia ainda que o governo construísse uma imagem da Austrália cercada pela ameaça de povos e raças (Devetak, 2004). Era como se o país existisse sob a ameaça constante do “perigo amarelo”, temendo a sua invasão. Ademais, fomenta a ideia de que um “influxo” de imigrantes poderia deteriorar o padrão de vida da Austrália e forçar muitos australianos a deixarem os seus respectivos empregos (Bolger, 2016, p.42). Essas “ansiedades de invasão” estabeleceram o projeto de construção nacional em torno de questões pertinentes a raça, nação e segurança, de modo que algumas raças foram

⁷⁴ Anderson (1983, p.15) explica que a terminologia “comunidade imaginária” serve para construir a ideia de pertencimento como sendo um valor imaginário que determina a coerência de uma respectiva comunidade. Dentro da realidade australiana, Hage (1998, p.22) sugere que esse sentimento de pertencimento emerge como uma negação da presença dos aborígenes e dos migrantes pelos australianos brancos privilegiados.

⁷⁵ A título de exemplo, Richard White (1985, p.56) leciona que a democracia australiana era comumente vista pela burguesia colonial como inspirada pela democracia britânica e não como sendo algo construído pelos australianos, como o modelo democrático estadunidense.

publicamente difamadas e consideradas como ameaçadoras e “contagiosas” à ordem social e nacional (Devetak, 2004). Esse discurso baseava-se intrinsecamente na dicotomia do “nós” *versus* “eles”, construindo o outro como inimigo.

Ressalta-se ainda que durante o processo de redação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, a Austrália foi um dos países que se contrapuseram as medidas propostas pelas Nações Unidas, resistindo veementemente ao reconhecimento de quaisquer direitos gerais de asilo para refugiados (Kindborg, 2014, p.7). Essa resistência baseava-se na convicção de que as pessoas não deveriam poder ter a oportunidade de entrar em um outro país sem a existência de um convite prévio, ainda que estivessem enfrentando perseguições e adversidades em seu país de origem.

Durante a década de 1970 o governo abandonou gradualmente as definições raciais do projeto nacional e retirou as barreiras raciais e religiosas à imigração⁷⁶. O estado passava a assumir uma postura mais intervencionista na definição de identidade nacional, sem recorrer a uma cultura⁷⁷ comum distintiva preexistente, tentando desconectá-la do seu passado com os colonos britânicos, e associando-a enquanto um espaço dentro do qual muitas comunidades, etnicamente distintas, podiam interagir e conviver (Stratton & Ang, 1994, p.4).

Nesse contexto, se desenvolvia uma nova estrutura política: o multiculturalismo, que foi responsável por transformar a Austrália em um lugar pós-racializado (Jakubowicz, 2016). Essa política fomentou uma população diversificada, tornando a Austrália hoje um dos países com a maior proporção de nascidos no exterior em sua população. No entanto, o país permanece relativamente eurocêntrico em questões relativas à identidade (Fozdar & Banki, 2017, p.45).

Durante essa mudança de visão política, a Austrália foi confrontada com duas grandes crises de refugiados: o fim das guerras indochinesas (com o êxodo de dezenas de

⁷⁶ Visando atender o “espírito de humanidade”, em 1964 o governo mudou a política da Austrália Branca, abandonando o termo “assimilação” e começando a promover a “integração” em seu lugar, necessitando para isso de uma política muito mais compreensiva para tratar dos requerentes de asilo (Neumann, 2015, pp.187-189). Foi apenas no governo de MacKellar em 1977, no entanto, que foi publicado formalmente no *Green Paper* referente a imigração, um capítulo dedicado a questão dos refugiados, onde o governo australiano comprometia-se a lidar com equidade e efetividade nestas situações.

⁷⁷ Hall (2003, p.2) elucida que a cultura não pode ser compreendida apenas como um conjunto de coisas, tais como novelas, pinturas e programas televisivos, mas sim como um conjunto de práticas que visam produzir e trocar significados entre os membros de um grupo ou de uma sociedade. A cultura retrata, portanto, ideias, conceitos, sentimentos e emoções, sendo também responsável por (re)criar significados, que dão a muitas pessoas a sensação de pertencimento a uma certa identidade. Deste modo, os membros de uma mesma cultura compartilham conjuntos de conceitos, imagens e ideias que moldam a sua forma de pensar, sentir e agir perante os mais diversos assuntos e, assim, interpretar o mundo de modos muito similares. (Hall, 2003, p.3).

milhares de vietnamitas⁷⁸, cambojanos e laocianos de países comunistas apoiados por militares) e o êxodo causado pelo conflito inter-religioso e sectário entre cristãos e muçulmanos do Líbano⁷⁹ (Jakubowicz, 2016).

As narrativas populares associadas à chegada, povoamento e crescimento dessas duas comunidades na Austrália fomentaram limites discursivos para a interpretação do sucesso e do fracasso do reassentamento das populações pós-refugiadas (Jakubowicz, 2016). Nesse contexto, os indochineses eram associados a histórias de sonhos de fuga, renovação, sucesso e recomeço, enquanto os libaneses muçulmanos (principalmente sunitas) eram retratados como criminosos, terroristas e jihadistas, sendo estigmatizados como uma comunidade imigrante culturalmente problemática e socialmente marginalizada (Jakubowicz, 2016; Humphrey, 2014, p.86). Algumas “raças” eram apresentadas/representadas algumas como não sendo adaptáveis ao *modus operandis* australiano.

Embora a população muçulmana seja culturalmente e geograficamente diversificada, desde o 11 de setembro de 2001 ela passou a ser, em sua totalidade, associada a uma sociedade que traz consigo um risco transnacional⁸⁰, fundamentado em uma violência extremista de viés religioso que é imputado à população como um todo (Humphrey, 2014, p.87). O pânico pós-11 de setembro em relação ao terrorismo, acaba sendo um reflexo da natureza dinâmica e socialmente construída da intolerância (Dunn & Forrest, 2004, p. 426).

Soma-se a isto o fato dos “outros” muçulmanos serem associados domesticamente como imigrantes problemáticos e com baixo desempenho, em virtude de suas tradições,

⁷⁸ Em 2 de abril de 1975 ocorreu um episódio bastante emblemático na Austrália, chamado posteriormente de “*babylift*”. Whitlam, primeiro ministro da época, foi responsável pela evacuação de 283 crianças do Vietnã e seu reassentamento na Austrália em abril de 1975. De acordo com Neumann (2015, p.227) ele objetivava que este gesto altamente simbólico de “resgatar” centenas de crianças pequenas órfãs e levá-las para a Austrália pudesse frustrar as acusações de que seu governo não tinha compaixão.

⁷⁹ Por conta da imigração de grande número de libaneses no início dos anos 1970, a Austrália se tornou um dos destinos preferidos para estas pessoas quando a guerra civil começou. Nos dois anos de 1 de julho de 1975 a 30 de junho de 1977, por exemplo, a Austrália aceitou 10.618 pessoas classificadas como refugiadas, 34.096 pessoas em seu programa de reagrupamento familiar, 49.988 migrantes que eram “elegíveis para ocupação” e 28.273 que eram rotulados como “outros” (Neumann, 2015, p.252). Os libaneses compunham a maior proporção dos “outros”, mais de 20.000, sendo em sua maioria refugiados extremamente pobres advindos da guerra civil do Líbano (Neumann, 2015, p.253)

⁸⁰ O projeto “*Thus Challenging Racism: The Anti-racism Research Project*” mostra, através de uma extensa investigação qualitativa envolvendo 1700 respostas telefônicas à pesquisa nas três principais cidades receptoras de refugiados na Austrália (Melbourne, Sydney e Perth), como a intolerância racial é produzida e conclui que o número de hostilidade contra os muçulmanos, que vale-se do racismo cultural, na Austrália aumentou após os ataques de 11 de Setembro em Nova York e de 12 de Outubro de 2002 em Bali. (Dunn, Forrest & Pe-Pua, p.2, 2009). O termo “racismo anti-muçulmano” enfatiza que o mesmo não é exclusivamente biologicamente determinado, mas sim uma experiência sociopoliticamente produzida, reproduzindo a ideia de que existe uma hierarquia de culturas.

culturas e de sua dificuldade em integrar-se e aprender o idioma, além de demonstrarem estar pouco dispostos a tornarem-se cidadãos neoliberais e adotarem valores compatíveis com o da “sociedade ocidental civilizada”⁸¹. Em suma, são visualizados como inimigos internos hostis e resistentes à mudança, representando, assim, uma ameaça ao modo de vida liberal (Allen, 2004, p.12).

Esse sentido acabou por ser tão difundido que passou a afetar a resposta e a gestão dos requerentes de asilo que tomavam a rota marítima não autorizada para a Austrália, uma vez que são majoritariamente árabes muçulmanos⁸². Durante o período Howard, esses solicitantes de refúgio foram comumente rotulados pelo governo, pela mídia e pela sociedade civil como “criminosos”, “invasores indesejados”, “*boat people*”, “requerentes de asilo desonestos” e “puladores de fila”, em virtude questões étnicas, religiosas e culturais (Parker, 2015), passando a ser considerados como novas ameaças ao estado australiano e ao seu tecido social.

A preocupação do governo de Howard com o controle das fronteiras pode ser um reflexo das ansiedades raciais e espaciais que estão em sua gênese (Ang, 1999), e essa sua obsessão com a proteção de fronteiras destacou seu desejo de avançar para o monoculturalismo, e não para o multiculturalismo (Bolger, 2016, p. 19).

3.3 Entre o mar e a ilha: a crise de Tampa e os campos de detenção *offshore*

A “crise de Tampa” começa em 26 de agosto de 2001, quando o navio cargueiro norueguês MV Tampa, propriedade da companhia de navegação Wilhelmsen, tinha saído da cidade australiana de Fremantle (localizada na região metropolitana de Perth, no estado da Austrália do Oeste) e estava indo a caminho de Singapura (Dimasi, 2015, p.99; Mathew, 2002, p.661). Na metade do caminho o capitão do navio, Arne Rinnan, recebeu um chamado da *Australian Coast Watch* e foi guiado por uma aeronave da alfândega australiana até o Palapa I (Dimasi, 2015, p.100).

Seguindo o seu claro dever de ajudar os que estão em perigo no mar, Rinnan e sua equipe desviaram o seu caminho por questões humanitárias: para socorrer um barco naufragado a cerca de 160 quilômetros a noroeste da Ilha Christmas no Oceano Índico, o

⁸¹ De acordo com Sivanandan (2006, p.2) é essa noção de uma “civilização superior” que marca o “racismo civilizacional” do século XXI e o imperialismo pós-moderno dos países do Ocidente.

⁸² De acordo com Brady (2006, p.45) a Austrália continua valendo-se de uma mentalidade baseada na distinção inerradicável entre a superioridade ocidental e inferioridade oriental, o que é um resquício do seu passado imperial que acaba por marginalizar aqueles que não se encaixam na imaginada comunidade anglo-saxônica branca.

Palapa I, resgatando com sucesso todos os que estavam a bordo (Kenney & Tasikas, 2003, p.146). A decisão do capitão Rinnan de desviar seu curso para recuperar os sobreviventes do *ferry* afundado cumpriu seu dever sob as leis internacionais⁸³, tendo em vista que a obrigação dos comandantes de prestar assistência no mar⁸⁴ é uma das tradições marítimas mais antigas e importantes (Kenney & Tasikas, 2003, p.147).

A tripulação do Tampa conseguiu recuperar todas as 438 pessoas que estavam no Palapa I, dentre estas homens, mulheres e crianças, em grande parte oriundos do Afeganistão, Paquistão, Iraque e Sri Lanka (Taylor, 2005), que haviam sido embarcados por contrabandistas de migrantes, tendo sido quatro destes tripulantes processados posteriormente por contrabando de migrantes (Guilfoyle, 2009, p.199). De acordo com Guilfoyle (2009, p.200) o navio porta-contentores norueguês encontrava-se a 246 milhas náuticas do porto de Merak, na Indonésia, e 75 milhas náuticas do território da Ilha de Christmas, na Austrália (Ver figura 4).

Em linhas gerais, neste caso, o comum e recomendado é levar os socorridos ao porto com capacidade de receber a embarcação mais próximo. Sendo assim, apesar do porto de *Christmas Island* se encontrar mais circunjacente, ele não possuía capacidade para recepcionar a presente embarcação. Ademais, o capitão Rinnan recebeu uma ligação da Indonésia durante o resgate com instruções para levar os socorridos para o porto de Merak. Finalmente, a localização do resgate se deu numa região de *Search and Rescue*⁸⁵ (“SAR”) de responsabilidade da Indonésia, conforme acordo firmado com a Austrália em 1990.

Deste modo, o Tampa tencionava originalmente reconduzir os resgatados à Indonésia antes de reassumir a viagem para o seu próximo porto de escala, Singapura. Pouco depois do resgate, no entanto, um grupo de resgatados que estava a bordo ficou alarmado e agitado com a perspectiva de retornar à Indonésia (Mathew, 2002, p.661).

⁸³ O artigo 10 da Convenção de Busca e Resgate (1989), estabelece que “qualquer comandante está obrigado a prestar assistência a toda pessoa em perigo de se perder no mar, desde que o possa fazer sem perigo grave para o seu navio e pessoas nele embarcadas”. O dever de um comandante prestar assistência no mar é também definido na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS). Desta forma, o comandante de um navio no mar que está em posição de poder prestar assistência, ao receber um sinal de qualquer fonte que as pessoas estão em perigo no mar, é obrigado a avançar com toda a velocidade para sua assistência.

⁸⁴ O primeiro organismo internacional a discutir o princípio da prestação de assistência no mar foi a Convenção de Salvação de Bruxelas em 1885. O dever de prestar assistência também se estende à Convenção de Genebra de 1958 sobre o Alto Mar (“Convenção de 1958”) e a III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (“UNCLOS III”), ou Convenção de Montego Bay de 1982

⁸⁵ A Convenção SAR define “resgate” como uma operação para recuperar pessoas em perigo, prover as necessidades médicas iniciais ou outras, e entregá-las, por fim, a um local de segurança.

Algumas pessoas resgatadas confrontaram o capitão norueguês e ameaçaram tomar medidas drásticas, incluindo a realização de uma greve de fome ou de jogar-se ao mar, se o navio não se dirigisse para “qualquer país ocidental” (Kenney & Tasikas, 2003, p.146).

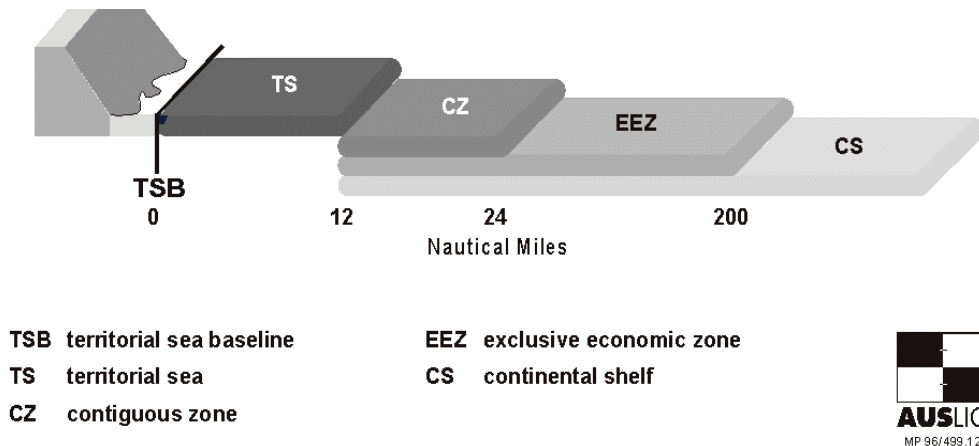
Em virtude do grande número de pessoas a bordo e a necessidade de alimentos e suprimentos médicos, Rinnan sentiu-se compelido a alterar o curso do navio para o porto ocidental mais próximo, no caso para a Ilha Christmas (Kenney & Tasikas, 2003, p.147). As autoridades australianas, no entanto, informaram que se ele tentasse entrar no mar territorial, o seu acesso seria negado (Ver figura 5). Mesmo assim, o comandante pesou o perigo de expor estas pessoas ao oceano aberto, que poderia resultar em uma perda maciça de vidas e resolveu redirecionar o trajeto (Guilfoyle, 2009, p.200).

Figura 4 - Distância entre Christmas Island, Austrália Continental e Indonésia.



Fonte: Parliament of Australia, 2014. Disponível em: <https://www.anbg.gov.au/stamps/christmas-island/index.html> [acedido em 28 de setembro de 2019].

Figura 5 - Zonas Marítimas reconhecidas pelo Direito Internacional.



Fonte: Parliament of Australia, 2001.

O capitão optou por mudar a rota do MV Tampa e seguiu em direção à ilha de Christmas, na Austrália. No dia 27 de agosto, enquanto tentava entrar no porto da Ilha de Christmas, ele foi informado pelo primeiro-ministro australiano, John Howard, que ele não teria autorização para desembarcar a sua carga humana em águas territoriais australianas⁸⁶ (Devetak, 2004; Kenney & Tasikas, 2013, p. 144). A Austrália fechou o *Flying Fish Cove*, alegando duas motivações primordiais: a responsabilidade pelos regatados deveria caber à Indonésia e os indivíduos que estavam dentro da embarcação tinham a intenção de atravessar a fronteira de maneira ilícita, o que era uma concreta violação das condições para ser admitido no país. Ademais, a Austrália alegava que é assegurado pelo direito do mar internacional que os estados costeiros podem exigir a retirada de navios que transportam migrantes irregulares⁸⁷ de suas respectivas águas territoriais.

⁸⁶ Sob a UNCLOS (art. 3), o mar territorial de um estado pode se estender até as 12 milhas náuticas da costa, o equivalente a 22.000 km, tendo os Estados costeiros soberania sobre o seu mar territorial. Esta soberania permite, portanto, à Austrália prescrever e fazer cumprir suas jurisdições, o que inclui suas leis de migração e interceptar e prender navios e indivíduos a bordo, quando necessário o for (Klein, 2014, p.6). O principal obstáculo à jurisdição de fiscalização do Estado dentro das suas águas territoriais é a imunidade concedida aos navios mercantes, prevista pelos artigos 17 a 28 da UNCLOS. O Artigo 27, por exemplo, especifica que um Estado costeiro geralmente “não deveria” exercer jurisdição penal sobre embarcações de bandeira estrangeira que estejam simplesmente passando por águas territoriais (Guilfoyle, 2009, p.12).

⁸⁷ À luz do artigo 33º da UNCLOS, as autoridades australianas alegavam que não eram legalmente obrigadas a esperar até que uma embarcação, que transporta migrantes irregulares, tenha atingido seu mar territorial para poder só depois agir, podendo o país atuar em sua zona contígua, que se estende até 24 milhas náuticas a partir da costa, para prevenir que infrações às leis alfandegárias e de migração se sucedam dentro do seu território ou do seu mar territorial (Klein, 2014, p.7).

A decisão foi mantida mesmo depois do capitão informar às autoridades que quatro pessoas a bordo estavam inconscientes, uma tinha uma perna quebrada e três estavam grávidas, e que as pessoas necessitavam de mantimentos e assistência médica (Mathew, 2002, p.662). O impasse entre o capitão Rinnan o governo australiano acabou por se tornar um drama político e humano. O governo de Howard fez de tudo para impedir que os requerentes de asilo pusessem os pés na Austrália ou entrassem em contato com um médico civil, enfermeiro, funcionário público, jornalista ou advogado (Maddox, 2005, p.168).

A atitude da Austrália de impedir a entrada do Tampa em águas territoriais pode ser colocada em perspectiva, tendo em vista que a Austrália é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)⁸⁸, que em seu Artigo 98⁸⁹ refere-se ao dever de prestar assistência a pessoas e embarcações em perigo:

1 - Todo o Estado deverá exigir do capitão de um navio que arvore a sua bandeira, desde que o possa fazer sem acarretar perigo grave para o navio, para a tripulação ou para os passageiros, que:

a) Preste assistência a qualquer pessoa encontrada no mar em perigo de desaparecer;

b) Se dirija, tão depressa quanto possível, em socorro de pessoas em perigo, desde que esteja informado de que necessitam de assistência e sempre que tenha possibilidade razoável de fazê-lo;

c) Preste, em caso de abalroamento, assistência ao outro navio, à sua tripulação e aos passageiros e, quando possível, comunique ao outro navio o nome do seu próprio navio, o porto de registo e o porto mais próximo em que fará escala.

2 - Todo o Estado costeiro deve promover o estabelecimento, o funcionamento e a manutenção de um adequado e eficaz serviço de busca e salvamento para garantir a segurança marítima e aérea e, quando as circunstâncias o exigirem, cooperar com esse fim com os Estados vizinhos por meio de ajustes regionais de cooperação mútua.

⁸⁸ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que entrou em vigor em 16 de Novembro de 1994, pode ser considerada um marco histórico, tendo em vista que além de definir os conceitos do espaço marítimo, foi responsável por instituir o Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar. A UNCLOS constitui o principal instrumento de direito internacional que rege as atividades marítimas (Coelho, 1998, p.72; Klein, 2014, p.6). Celebrado em 1982 em Montego Bay, na Jamaica, este tratado multilateral delinea e codifica a jurisdição dos Estados com relação ao mar. O tratado faz alusão a uma variedade de atividades em diferentes zonas marítimas (mar interno, zona contígua, mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental) e estipula os princípios basilares da exploração dos recursos naturais do mar, a exemplo dos recursos vivos, do solo e do subsolo (Guilfoyle, 2009, p.10). Entrementes, ele não fornece a resposta para todas as questões que surgem em relação a atividades marítimas particulares, deixando lacunas que podem ser preenchidas por outros acordos e tratados, com o intuito de complementar as regras preexistentes (Klein, 2014, p.6). A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar pode ser consultada em: http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/UNCLOS-TOC.htm

⁸⁹ O artigo 98 foi incorporado à legislação doméstica australiana como Seção 317A do Ato de Navegação do país, promulgada em 1912 (Fox, 2010, p.360). O Capitão de Tampa, aderiu às diretrizes do Artigo 98 e contou com o compromisso da Austrália de tratar a situação em concordância com as regras internacionais de resgate marítimo, codificadas na UNCLOS (Kenney & Tasikas, 2003, p.150).

Ademais, embora o artigo 25 da UNCLOS conceda ao estado costeiro o direito de suspender os direitos de passagem inocente de embarcações estrangeiras no seu mar territorial, para a garantia da segurança nacional, esta suspensão só poderá ocorrer quando não for realizada de forma discriminatória. Entretanto, segundo Guilfoyle (2009, p.202), no caso de Tampa esta ação foi perpetrada de maneira discriminatória, tendo em vista que é difícil correlacionar estas pessoas que foram retiradas do mar como uma ameaça à segurança estatal, sendo, portanto, potencialmente ilícito o fechamento do mar territorial pelas autoridades australianas.

Pode ser compreendido ainda que os esforços australianos para fechar o mar territorial não só violaram o artigo 25 da UNCLOS, como também uma regra elementar do direito internacional baseada em preceitos da humanidade, tendo em vista que um barco apto a transportar apenas quarenta pessoas, que continha excessivos passageiros a mais, era uma embarcação em perigo e possuía o direito de entrar em águas australianas.

No entanto, embora existam tratados internacionais impondo aos navios a obrigação de resgatar pessoas que estejam em situação de perigo no mar, não existe nenhuma obrigação legal clara imposta a qualquer estado para assumir a responsabilidade pelas pessoas que não desejavam regressar ao país em que estavam previamente, no caso a Indonésia (Stoyanova, 2008, p.8). Embora os requerentes de asilo em perigo no alto mar tenham que ser resgatados, não está claro quem deve assumir a responsabilidade por eles após o resgate. As autoridades australianas valeram-se dessa falta de clareza para alegar que a responsabilidade pelos resgatados deveria caber à Noruega (país que possuía a bandeira no navio) e ao país que detinha o porto viável para desembarque mais próximo, que supostamente era a Indonésia (Taylor, 2005).

Depois de mais dois dias ancorados a 14 milhas náuticas da ilha, das negociações diplomáticas permanecerem paralisadas, da situação a bordo da embarcação começar a piorar e de muitas chamadas de socorro feitas ao governo australiano, Rinnan decidiu entrar em águas australianas, desconsiderando a decisão do governo de recusar a entrada do Tampa na ilha de Christmas (Dimasi, 2015, p.103; Kenney & Tasikas, 2003, p.147).

Posteriormente, uma unidade militar de 45 pessoas do SAS⁹⁰ interceptou e cercou a embarcação, exigindo que esta saísse das águas australianas. O comandante, entretanto, recusou-se, considerando ilegal viajar enquanto o Tampa não dispunha de alimentos, equipamentos de segurança e instalações sanitárias necessárias para torná-lo navegável

⁹⁰ Serviço Especial Australiano.

para tantos passageiros, e o SAS logo forneceu assistência médica emergencial a todos que se encontravam a bordo (Guilfoyle, 2009, p.201). As ações do capitão e de sua equipe foram fortemente elogiados pela comunidade internacional (Kenney & Tasikas, 2003, p.147).

Após mais oito dias à deriva, Downer, ministro das Relações Exteriores da Austrália, alcançou um acordo diplomático com a Nova Zelândia e Nauru. O governo australiano resolveu o impasse de Tampa fazendo alguns arranjos negociados: 150 dos requerentes de asilo foram levados para a Nova Zelândia⁹¹, particularmente aqueles em grupos familiares, mulheres e crianças, enquanto os restantes foram conduzidos para Nauru⁹², para terem seus créditos avaliados, o país atuaria, assim, como um centro de processamento de requerentes de asilo, com a Austrália financiando todo o processo (Gelber, 2001; Marr & Wilkinson, 2003). Os requerentes de asilo foram assim transferidos do Tampa para o navio de transporte de tropas australiano (Manoora), que os levou para PNG, e em seguida para seus respectivos destinos: Nova Zelândia e Nauru (Crock, 2003, p. 51; Mathew, 2002, p.662).

O governo australiano utilizou Nauru como um local remoto para a instauração de um “processamento *offshore*” de pessoas que buscam asilo e proteção, onde reassentamentos genuínos são difíceis de ocorrer. Foi uma medida política que contou com o apoio incondicional dos principais partidos políticos australianos⁹³ e que se consolidou ao longo da década. Estas pessoas inocentes ficavam armazenadas na ilha em condições degradantes, de detenção arbitrária e indefinida. Os campos foram propositalmente planejados para serem punitivos, desencorajando as pessoas a procurarem refúgio na Austrália através da via marítima.

⁹¹ O único pedido da Nova Zelândia foi que a Austrália arcasse com os custos de levar os requerentes de asilo para Auckland (Dimasi, 2015, p.106).

⁹² O Estado de Nauru é a menor nação insular do mundo, com apenas 21 quilômetros quadrados, localizado no meio do Pacífico. Embora seja rico em fosfato e já ter sido um dos lugares mais ricos do mundo (chegando a ter em 1968, após a sua independência, o segundo maior PIB *per capita* do mundo) atualmente mantém uma forte relação de dependência econômica com a Austrália. Por essa razão, o país assinou, sem muita resistência, a Declaração e Primeiro Acordo Administrativo com a Austrália, no qual concordava com o estabelecimento de um centro de processamento *offshore* dos *boat people* requerentes de asilo de Tampa, e de 237 outros solicitantes de asilo interceptados pela Marinha Australiana, e também em considerar pedidos australianos para sediar outros grupos de solicitantes de refúgio (Reis, 2012). Os custos para a detenção dos requerentes de asilo entre 2001 e 2007 foram avaliados em US\$1 bilhão (Dimasi, 2015, p.106).

⁹³ O *Australian Labor Party (ALP)* e a aliança *Liberal/National Coalition*, formada pelo *Liberal Party of Australia* e pelo *National Country Party*, são considerados os maiores partidos da Austrália

O Dr. Peter Young, ex-psiquiatra chefe responsável pelo atendimento dos solicitantes de asilo em *Manus Island*⁹⁴ e Nauru, descreveu os campos como “inerentemente tóxicos”, atestando que o departamento de imigração prejudicou deliberadamente os detidos vulneráveis em um processo burocrático que se assemelhava à tortura (Doherty, 2016). O traumatologista e psicólogo Stevenson, que passou quatro décadas trabalhando com vítimas de ataques terroristas e desastres naturais, também declarou que as condições destes campos de detenção foram a pior atrocidade que ele já havia presenciado⁹⁵.

3.4 Analisando até que ponto a Solução foi Pacífica

A interceptação de Tampa em 2001 desencadeou reformas significativas nas leis e processos da Austrália relacionados à migração irregular. A Solução do Pacífico para os requerentes de asilo que chegavam às águas australianas deve ser analisada dentro de um contexto de mudanças mais amplas na política externa do país, que tinha como foco a primazia dos “interesses nacionais” na política contemporânea do Pacífico australiano.

Como parte da resposta do governo australiano aos solicitantes de asilo por via marítima, o Parlamento Federal aprovou, no dia 26 de setembro de 2001, uma série de seis promulgações legislativas, agora conhecidas como “Solução Pacífica”⁹⁶, para evitar que os passageiros resgatados fossem trazidos à terra e, assim, a Lei de Migração Australiana de 1958 (Migration Act) fosse ativada (Fox, 2010, p.365; Crock & Ghezlbash, 2011, p.6). Ademais essa manobra tinha a intenção de limitar o acesso de futuras chegadas de barcos não autorizados (Crock & Ghezlbash, 2011, p. 7).

⁹⁴ O Centro de Processamento Regional de *Manus Island*, na Papua Nova Guiné, foi inaugurado em 2001 como parte da “Solução do Pacífico” do Governo de Howard. O centro foi oficialmente fechado quando Kevin Rudd assumiu o poder em 2008, sendo reaberto em 2012 por Julia Gillard. O relatório da *Asylum Seeker Resource Centre* (ASRC) ajuda a compreender a realidade deste campo de detenção: <https://www.asrc.org.au/wp-content/uploads/2013/04/071217-ASRC-PNG-Visit-November-2017-Report.pdf> [acedido em 25 de Agosto de 2019].

⁹⁵ Logo após esta declaração ter sido dada, o governo australiano aprovou uma lei que prevê uma sentença de dois anos de punição para qualquer funcionário, que estivesse dentro dos campos de detenção, que fizesse qualquer tipo de declaração não autorizada.

⁹⁶ A “Solução Pacífica” consistia na compilação de três leis: a Lei de Proteção de Fronteiras de 2001, que validava as ações tomadas em relação a Tampa e estabelecia novos poderes de proteção de fronteira, incluindo o poder de interdição; a Lei de Emenda à Migração (Excisão da Zona de Migração) de 2001, que removia alguns territórios específicos (incluindo as Ilhas de *Christmas*, *Cocos*, *Ashmore* e *Cartier*) da “zona de migração” australiana, os enquadrando como lugares extirpados *offshore*, para garantir que as pessoas de “entrada no mar” não pudessem solicitar um visto de proteção, cuja outorga é a forma convencional pela qual o país cumpre suas obrigações sob a Convenção de Refugiados; por fim, a Lei de Disposições Consequentes de 2001, que permitia que os oficiais australianos detivessem as pessoas de entrada *offshore* na Austrália, ou que as levassem para um país declarado.

Sob a Solução do Pacífico, os territórios da Ilha de *Christmas*, *Ashmore Reef*, Ilha de *Cartier* e as Ilhas *Cocos* foram extirpados (ver figura 4) do alcance da Lei de Migração (Crock & Ghezlbash, 2011, p.7). Essa ação legislativa negava aos solicitantes de asilo que alcançaram partes remotas da Austrália o direito de requerer asilo em território australiano, além de ordenar que a Marinha Australiana pudesse começar a interceptar e redirecionar essas pessoas para pequenas ilhas do Pacífico⁹⁷, para campos de detenção, onde ocorreria o processamento formal (Ver Figura 6), a chamada Operação *Sovereign Borders* (Fox, 2010, p.358). Também foi criada uma nova categoria para englobar os requerentes de asilo que entravam pela Austrália por vias marítimas e que desembarcassem em um território extirpado sem um visto válido⁹⁸ (Crock & Ghezlbash, 2011, p. 7).

Através deste artifício político e jurídico, todos os “*boat people*” interceptados teriam seus pedidos de asilo processados *offshore* em Nauru ou na Papua Nova Guiné⁹⁹, sendo impedidos de desembarcar em território australiano (Gelber, 2001; Jakubowicz, 2016). O discurso australiano pautava-se no direito inalienável de defesa da sua soberania e do seu monopólio estatal sobre o controle das fronteiras. A Austrália, enquanto nação soberana, julgava-se no direito de determinar como exerceria a sua compaixão e como aumentaria a sua população. Em outras palavras, a política objetivava a criação de bases jurídicas que permitissem que o estado pudesse legalmente enviar os refugiados que chegassem ao continente-ilha de barco a países terceiros, para posterior processamento de asilo, além de objetivar a proteção do território australiano de ameaças externas (Fox, 2010, p.368).

⁹⁷ O artigo publicado por Joanne Wallis e Steffen Dalgaard, intitulado “*Manus Island Regional Processing Centre*”, ajuda a compreender os impactos que os centros de detenção trouxeram para as comunidades locais das ilhas, assim como as consequências políticas a nível nacional e regional.

⁹⁸ A alteração do visto de proteção permanente (PPV), oferecido previamente, para o visto de proteção temporária (TPV), que além de ser discriminatório, reduz a obtenção a direitos e serviços, configuraram um outro exemplo de violação do espírito da Convenção de 1951.

⁹⁹ Em 2017 alguns pesquisadores da Anistia Internacional visitaram os locais de detenção em *Manus Island* e *Port Moresby*, na Papua Nova Guiné, e conversaram com muitos dos requerentes de asilo e refugiados que estavam presentes no local. O material, oriundo do relatório, encontra-se disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/ASA3477812018ENGLISH.pdf> [acedido em 25 de Agosto de 2019].

Figura 6 - Ilhas Extirpadas pela Solução do Pacífico.



Fonte: Statistics and Mapping Section, Parliamentary Library, 2003.

O comportamento eventualmente legal, mas moralmente questionável¹⁰⁰, da Austrália teve como objetivo apresentar uma postura rígida contra os solicitantes de refúgio e mantê-los a uma distância segura (Taylor, 2005). Devetak (2004) explica que o cerne da estratégia¹⁰¹ do governo australiano liberal-conservador consistia em enrijecer perceptivelmente a sua postura com relação aos requerentes de asilo por via marítima para mantê-los em suas regiões de origem, impedindo-os de embarcar para a Austrália sempre que possível, além de tentarem dificultar ao máximo a solicitação e a concessão do *status* de refugiado (Ver figura 7).

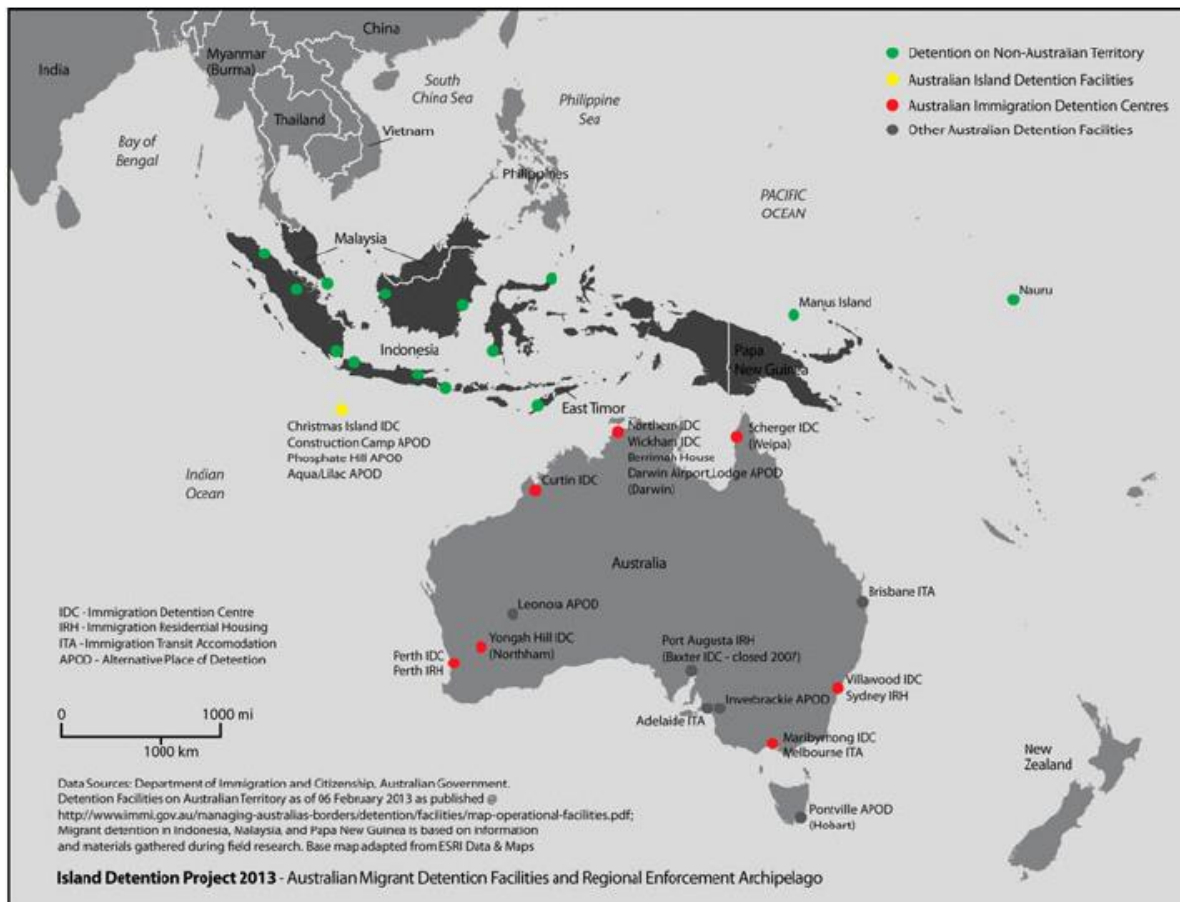
A tática funcionava através do estabelecimento de Paraísos seguros e “campos de refugiados” (ver figura 7), a partir da transformação de Estados insulares pobres e débeis, a exemplo de Papua Nova Guiné (PNG) e da República de Nauru, em um grande centro de detenção no Pacífico¹⁰² (Devetak, 2004).

¹⁰⁰ Newman explica que nos últimos anos, o indivíduo ganhou maior destaque na governança internacional e nos códigos de conduta, e que por isso “a estrutura normativa dentro da qual consideramos nossas obrigações morais em relação a refugiados, deslocados e requerentes de asilo deve ser reavaliada dentro de um contexto de ideias de cunho solidário de um comunidade global e da segurança humana” (Newman, 2003, p.9, tradução nossa).

¹⁰¹ Os estados do ocidente muitas vezes manipulam os movimentos de migração e refugiados, a fim de obter vantagens estratégicas (Hollifield & Wong, p.249).

¹⁰² Calcula-se que a primeira fase da solução do Pacífico tenha custado para a Austrália cerca de AU\$ 1 bilhão (Fraenkel, 2016, p.280).

Figura 7 - Localização dos centros de detenção *offshore* no Pacífico.



Fonte: Fiedler, 2014.

De acordo com a Anistia Internacional (2018, p.5) estes países, por apresentarem altos níveis de violência, índice de corrupção elevada, falta de segurança e saúde precária, não são capazes de oferecer um lugar seguro para os requerentes de asilo e refugiados se estabelecerem. No estabelecimento destes centros de detenção¹⁰³, o governo australiano valeu-se das suas vantagens assimétricas de poder (Fraenkel, 2016, p. 282). Essa é uma estratégia que fornece aos Estados do Ocidente uma terceira via: entre o princípio do *non refoulement* e o da hospitalidade (Devetak, 2004). Enquanto isso o governo e a mídia retratavam para o público local e global que a soberania australiana tinha sofrido agressão e que o país estava apenas agindo em legítima defesa (Taylor, 2005).

¹⁰³ As condições dos centros de detenção, assim como a narrativa australiana de excluir os requerentes de asilo, pode ser muito bem compreendida a partir da tese de doutoramento de Julie Browning (2006), intitulada “*State of Exclusion: Narratives from Australia’s Immigration Detentions Centre, 1999-2003*”. Nesta a autora traz vários depoimentos de refugiados que ficaram no limbo jurídico nestes campos de detenção por anos.

O incidente de Tampa provocou enorme controvérsia na Austrália e uma repercussão negativa no exterior, especialmente nas regiões da Ásia-Pacífico, América do Norte e da Europa, mas como muitos governos ocidentais enfrentam problemas semelhantes, eles acabaram por desistir das críticas (Devetak, 2004). O governo e seus defensores, no entanto, ignoraram as críticas internacionais, reafirmando o direito da Austrália de decidir quem chega ao país e as circunstâncias em que eles vêm, considerando ainda as questões de adaptabilidade e inserção ao modo de vida australiano (Devetak, 2004).

4. O poder das palavras: (re)interpretando uma crise por diferentes lentes

*“This is what we, Australia, have become.
The ignored begging of woman on Nauru being raped.
A girl who served her lips together.
A child refugee who stiched a heart into their hand
and didn't know why”. Behrouz Boochani*

4.1 Entrando pela porta de trás: o que fomenta a rotulação dos requerentes de asilo como “*queue jumpers*”

De acordo com McAdam e Chong (2011, p. 52) a terminologia e as oposições binárias¹⁰⁴ (falsos/genuínos, legais/ilegais, *insiders/outsideers* ou cidadão/não cidadão) são assaz importantes porque ajudam a moldar o entendimento do público geral sobre determinado tema. Deste modo, podemos perceber que, frequentemente os requerentes de asilo são adjetivados como “ilegais”. Ao rotular as pessoas que chegam de barco à Austrália como “ilegais” cria-se a percepção de que elas violaram a lei e que por isto são ilegítimas, indignas de confiança e merecem ser tratadas como criminosas. De acordo com Gale (2005, p.145) este termo que é empregado no intento de construir-se um binário entre os refugiados merecedores e os indignos – aqueles que tem os seus direitos assegurados sob o Pacto Internacional sobre Refugiados e aqueles que “saltam filas” e não são vistos como merecedores de uma resposta humanitária. Estas construções claramente absurdas, possibilitam rótulos como “requerentes de asilo ilegais” e até “refugiados ilegais”, termos estes que frequentemente são utilizados nos relatos da mídia, pelas lideranças políticas e pelo público em geral (Mares, 2003, p.332).

Cartner (2009, p.19) explica que os determinantes de quem se enquadra em qual categoria são, com frequência, extremamente arbitrários e baseados no modo de transporte usado por candidatos a asilo, sendo aqueles que tentam chegar às costas australianas de barco muitas vezes rotulados como “ilegais” ou “*queue jumpers*”, enquanto os que seguem os procedimentos pré-aprovados são percebidos como refugiados legítimos. Entretanto, ao avaliar-se a definição e o enquadramento legal do

¹⁰⁴ A respeito da discussão sobre o pânico moral construído através de oposições binárias, nas questões referentes aos requerentes de asilo pela mídia australiana, recomenda-se a leitura do trabalho de Pickering (2000) intitulado “*Common Sense and Original Deviancy: News Discourses and Asylum Seekers in Australia*”.

termo refugiado dentro da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, estas categorizações podem ser curiosamente anacrônicas.

As pesquisas acerca da temática mostram que muitas pessoas acreditam que os requerentes de asilo que chegam de barco são “ilegais” ou “descumpridores da lei”, sendo percebidos pela opinião pública como “*queue jumpers*” que entram no país pela porta de trás e muitas vezes sem os documentos adequados (McAdam & Chong, p.52). Esta é, no entanto, uma percepção deveras errônea, visto que não consiste um crime requerer refúgio em virtude de perseguição ou outras violações graves dos direitos humanos, mas sim um direito de todos os indivíduos assegurado pelo direito internacional¹⁰⁵.

Costuma-se dizer que a ideia de uma fila vem normalmente atrelada ao tipo ideal weberiano de tomada de decisão burocrática, que opera conforme o seguinte princípio: quem chega primeiro é servido primeiro. Nesse processo, características sociais e econômicas tornam-se, por exemplo, irrelevantes. As filas elucidam um sistema social, caracterizado por padrões organizados de comportamento e por um conjunto de normas e valores comuns que remetem a ideia de “justiça” (Gelber, 2001).

A utilização de metáforas justifica a necessidade de repelir o que é hostil e ameaçador (Mares, 2003, p. 334). Portanto, se uma fila é vista como uma representação de justiça e imparcialidade, isso ajuda a explicar a hostilidade que constantemente é apresentada com relação aos saltadores de fila, uma vez que eles violam o *modus operandi* desta (Gelber, 2001). Na Austrália filas imagináveis servem para distinguir os requerentes de asilo que merecem ser indignos devido a sua desonestidade. O principal uso da analogia da fila no discurso contemporâneo tem sido sugerir que os indivíduos que chegam de barco estão querendo se aproveitar do benefício do seu deslocamento – ao empreenderem uma viagem cara, perigosa e clandestina pelo mar – para poderem alcançar um serviço à frente dos outros que são mais necessitados e que esperaram por mais tempo (Gelber, 2001). Ao dizer que os *boat people* possuem a intenção de saltar filas para “entrar ilegalmente” no país, naturaliza-se um discurso que retira o solicitante de refúgio da condição de vulnerável e vítima, para transpô-lo a posição de transgressor (Parker, 2015).

Percebe-se assim que a extensão da analogia do termo “fila” com a posição de chegada não autorizada dos barcos clandestinos na Austrália transferiu o significado

¹⁰⁵ Ademais o artigo 31 da Convenção dos Refugiados proíbe que os países penalizem os solicitantes de asilo em virtude da sua entrada ou presença “ilegais”, sendo este um reconhecimento dos próprios redatores da impossibilidade de obtenção dos documentos de viagem necessários tendo em vista as suas condições de fugas. Soma-se a isto, o fato de um solicitante de asilo ter sido traficado ou contrabandeado não pode afetar o seu direito de reivindicar asilo, tampouco de receber proteção (McAdam & Chong, p 53).

conhecido do conceito para uma conjuntura bastante inadequada, sendo o uso da palavra no contexto das migrações forçadas bastante mal colocada, fazendo a analogia apresentar-se como ilegítima (Gelber, 2001). Mares (2003) explica que

Essa imagem simples de alguém empurrando seu caminho para a frente de uma linha de outra maneira ordeira tranquiliza a platéia que uma abordagem difícil aos solicitantes de asilo é justificada. Aqueles que abrem caminho para o mundo desenvolvido são vistos como indignos porque não têm a virtude da paciência. O fracasso percebido deles em obedecer às regras da cortesia comum reforça o senso de “alteridade”, aumentando a percepção de que essas pessoas não pertencem a esta sociedade. (Mares, 2003, p.333, tradução nossa).

Essa narrativa propositalmente má utilizada, acabou por construir uma representação errônea do indivíduo que solicita refúgio. O discurso de dissuasão do governo trabalhou para deslegitimar os requerentes de asilo, à medida que assegurava que estes indivíduos nunca seriam considerados refugiados legítimos que mereceriam compaixão e assistência dos australianos, uma vez que eles são, na verdade, “puladores de fila” (Devetak, 2006). A estratégia do governo foi projetada com o propósito de posicionar os requerentes de asilo como “malfeitores” e a Austrália como a vítima inocente que apenas estava agindo em prol de resguardar a sua fronteira. O propósito de inflar sentimentos hostis e medos mal fundamentados da comunidade, consistia em atingir objetivos políticos pessoais (Mares, 2003, p.334).

4.2 Moldando percepções: as chegadas ilegais estão ganhando todas as manchetes¹⁰⁶

Em linhas gerais, o discurso da mídia é “uma forma de interação pública, fabricada e registrada” (O’Keeffe, 2012, p.441). No entanto, Gregolin (1995, pp.19 e 20) explica que é prática rotineira da grande mídia apresentar notícias/enunciados que emanam objetividade, almejando atribuir “imparcialidade” ao texto. Para isso, vale-se de recursos veridictórios como: a utilização da terceira pessoa, de imagens icônicas sensoriais, da coerência textual (isotopia), dos subentendidos e do discurso direto para atribuir verdade e legitimidade ao corpo do texto. Estes sistemas semióticos são responsáveis por transmitir uma “ilusão de realidade” ao enunciatário (Gregolin, 1995, p.19).

Mares (2003, p.320) explica que as pessoas deslocadas quando vistas à distância são constantemente representadas como vítimas desamparadas que são dignas de compaixão e assistência. Entrementes, essa imagem toma uma nova dimensão ao retratar

¹⁰⁶ A frase é atribuída ao jornalista australiano Steve Liebmann em entrevista a John Howard no *Today Show*. O trecho original é “*illegal boat arrivals are getting all the headlines*”.

refugiados e requerentes de asilo que almejam a proteção da Convenção de 1951. Exibindo a perspectiva de um jornalista australiano, o autor descreve que para a mídia:

Os refugiados e requerentes de asilo que exibem esse nível de agência repentinamente abandonam o verniz da inocência e tornam-se uma ameaça à ordem e segurança do Estado receptor. Eles são transformados de objetos passivos de compaixão em atores não confiáveis que provocam uma sensação de medo. Sem absolver jornalistas e editores de responsabilidade pelas insuficiências manifestas na cobertura da mídia sobre questões de refugiados, argumento que isso resulta em parte do que é, na melhor das hipóteses, uma falta de coragem política entre figuras de autoridade nos países desenvolvidos e, na pior, cínica conveniência política (Mares, 2003, p.330, tradução nossa).

Segundo Pinto (2006, pp.91 e 92), apesar de os discursos políticos advirem tipicamente do governo, assembleias legislativas ou de partidos políticos, por exemplo, as democracias contemporâneas caracterizam-se cada vez mais pela formação de outros espaços para a construção desse discurso, surgindo uma espécie de democratização dos espaços, onde o discurso político é enunciado cada vez mais por mais pessoas e em espaços mais atípicos.

O acervo de discursos listados na metodologia corroborou Pinto (2006), e foram encontradas as mais diversas manifestações proferidas tanto por jornalistas como por ouvintes dos programas de rádio que participavam através do telefone.

Essas manifestações foram uma constante no governo Keating (1992 – 1996) e na primeira metade do governo Howard (1996 – 2001), e apresentaram caráter majoritariamente contrário aos refugiados, requerentes de asilo e migrantes em geral, e ao eventual custo gerado por estes ao estado e pagadores de impostos. Os discursos referidos são apresentados na Tabela 3, cuja análise permite observar diversos discursos que se verão comuns também na investigação dos proferidos por Howard. São eles:

- Questionamento se os refugiados de fato o são (1 e 2);
- Sugestão de enviá-los de volta (2, 5, 8 e 18);
- Caracterização pejorativa destes como *boat people* (4, 5, 6, 7, 9, 17 e 18);
- Questionamento das despesas provocadas pelos requerentes de asilo (5, 12 e 17);
- Ênfase no caráter irregular dos migrantes (6, 7, 10, 12, 13, 15 e 16);
- Associação da situação a termos alarmantes, como “invasão”, “enxurrada” e “torrente” (10, 11 e 19);
- Caracterização da situação como um grande problema (6, 9, 10 e 15);

- Sugestão de que a Austrália está sendo muito leniente (13);
- Reinvidicação do fim do problema (14).

Tabela 3 - Trechos do corpo discursivo atribuídos à mídia durante o governo Keating.

	Discurso	Tipo	Data
1	JL: There are 23,000 people in this country waiting for refugee status which can take a long time. The other day some more arrived in the West as you know, claiming to be refugees and even called refugees by some , there is no guarantee that they are in fact that. Why should we continue to allow these people to stay in our country when our country is economically unstable, it needs all the help it can get and we have unemployment running at a dangerous level and we import more people into the place that we can't employ. Now are you going to do something about that?	Pergunta feita pelo apresentador John Laws, em programa da rádio 2UE, de Sydney.	21/01/1992
2	JL: And if they are not refugees, are you going to send them back ?	Pergunta feita pelo apresentador John Laws, em programa da rádio 2UE, de Sydney.	21/01/1992
3	JL: Well maybe it is, but surely your first responsibility and our collective first responsibility is to this country, and you know that politics is all about perception and if we are perceived to be in such a condition that we have almost I million unemployed people, it seems to some extraordinary that we continue to import people from other parts of the world who, too, are likely to become unemployed	Pergunta feita pelo apresentador John Laws, em programa da rádio 2UE, de Sydney.	21/01/1992
4	CALLER: [...] I am wondering about is these boat people that keep coming in on the WA coastline. Why don't you get a boatload party of the Labor Party and send them under cover over to Indonesia and see if they can emigrate over there and see how well they are treated? I am sure they wouldn't be treated like Australian people are treating the boat	Participação por telefone de ouvinte do programa do apresentador Peter Kennedy, da ABC radio.	31/01/1992
5	JL: [...] the illegal immigrants, these boat people , apart from costing us a fortune in searching, if we find out that they are not what they claim to be will you send them home ?	Pergunta feita pelo apresentador John Laws, em programa da rádio 2UE, de Sydney.	04/06/1992

Fonte: Elaboração da autora a partir de trechos retirados do *PM Transcripts*¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Todas as tabelas subsequentes que não apresentarem a fonte indicada, foram elaboradas pela autora.

Tabela 4 - Trechos do corpo discursivo atribuídos à mídia durante o governo Howard.

	Discurso	Tipo	Data
6	LIEBMANN: illegal boat arrivals are getting all the headlines	Comentário do apresentador Steve Liebmann em entrevista televisada no Today Show.	28/06/1999
7	MITCHELL: Okay. Now, the illegal boat people , do you agree this is costing hundreds of millions of dollars ?	Pergunta feita pelo apresentador Neil Mitchell, em programa da rádio 3AW.	19/11/1999
8	MITCHELL: What's wrong with the principle, which is as a lot of people put of course, is that when people arrived illegally they have no right , just put them on a boat or plane immediately and send them	Pergunta feita pelo apresentador Neil Mitchell, em programa da rádio 3AW.	19/11/1999
9	CORDEAUX: There would be a never ending stream of challenges and I guess the one challenge that, if I can judge by the number of people who rang this program yesterday wanting to talk about the boat people and about the refugees and that whole issue, this is a considerable challenge. I mean the calls we got people were genuinely outraged at the thought that these people were going yesterday, to be transported to Woomera, and then the taxpayer was going to have to fund air-conditioning for these renovated units	Comentário feito pelo apresentador Jeremy Cordeaux, em programa da rádio 5DN.	01/12/1999
10	MILLER: Okay well let's move on again to another issue that a lot of Australians are concerned about at the moment and that is the illegal immigrants flood that we're experiencing right now	Comentário feito pelo apresentador John Miller, em programa da rádio 4BC.	01/12/1999
11	MILLER: Well how are we going in stopping this invasion ?	Pergunta feita pelo apresentador John Miller, em programa da rádio 4BC.	01/12/1999
12	ZEMANEK: \$49 million is being spent to control illegal immigrants and a new detention centre is being built. Shouldn't we be stopping illegal immigrants before they get here, instead of building new detention centres?	Pergunta feita pelo apresentador Stan Zemanek, em programa da rádio 2GB.	10/05/2000
13	CALLER: Just a question on immigration actually. Do you think that as Australians we're too lenient with the illegal immigrants ?	Participação por telefone de ouvinte do programa do apresentador John Miller, em programa da rádio 4BC.	13/12/2000
14	CALLER: And as far as these immigration situations going on with the boys from Fiji and Suva and Samoa sneaking in through New Zealand into Australia that should be stopped , I agree with you.	Participação por telefone de ouvinte do programa do apresentador Andrew Carroll, em programa da rádio 4QR.	21/12/2000
15	PRICE: On the issue of defence at home, the big issue last year was illegal immigrants coming to this country and the numbers coming	Comentário feito pelo apresentador Steve Price, em programa da rádio 3AW.	22/01/2001
16	JONES: When, on that business of illegal immigrants , a caller asked what would happen if 100 Aussies arrived illegally in say Japan, Thailand, Singapore or New York and proceeded to create havoc.	Comentário feito pelo apresentador Alan Jones, em programa da rádio 2UE.	14/05/2001
17	CALLER: I'd like to know why the taxpayers have to foot the bill for these boat people coming in , these refugees. Basically they are not refugees in the true sense. They economically produce that anyone that can pay \$17,000 plus to get a boat to come here and when they get their status denied, they start rioting and wrecking the place and the poor old taxpayer has to put up the bill .	Participação por telefone de ouvinte do programa do apresentador Liam Bartlett, em programa da rádio 6WF.	07/06/2001
18	CALLER: Yes. Hello there. Hello to the both of you. You know Australia's been good for so many people. John will you please tell Phil Ruddock to send those boat people back home	Participação por telefone de ouvinte do programa do apresentador Neil Mitchell, em programa da rádio 3AW.	08/06/2001
19	FRAN KELLY: And the torrent of people coming is not slowed	Comentário do apresentadora Fran Kelly em entrevista televisada.	27/08/2001

A resposta da mídia foi visivelmente amplificada poucos meses antes do caso de Tampa, e já eram comuns na Austrália manchetes como a do jornal de Brisbane: “Febre tifóide encontrada em centros de refugiados: 1000 casos de imigrantes ilegais portadores de doenças infecciosas como febre tifóide, tuberculose e hepatite B e C nos últimos 18 meses” (*Courier Mail*, 2001, tradução nossa). A maioria destas pessoas eram originárias do Oriente Médio e chegaram à Austrália via Indonésia, realizando a última etapa da viagem de barco. Editoriais como estes não tinham a intenção de expressar preocupação pelo bem-estar dos detidos, mas sim de transmitir uma mensagem de alerta e perigo, representado pelo estrangeiro que chega sem ser convidado em *Down Under*, além de justificar as políticas rígidas da Austrália de detenção mandatória para todos os não cidadãos¹⁰⁸ que chegam ao país sem documentos de viagem válidos (Mares, 2003, pp.321 e 322).

O jornal *The Australian* começou a retratar o incidente de Tampa a partir do dia 27 de agosto de 2001 com uma matéria extensiva sobre o caso. Embora este jornal possua sempre uma abordagem mais crítica, a primeira reportagem reproduzia uma cobertura fortemente dominada pela influência do governo (Sjobrend, 2004, p.53). A sua primeira página possuía os seguintes dizeres: “*New wave of 1000 illegals*” (Dore & Carson, 2001, p.1). O corpo da matéria assentia que estes imigrantes ilegais inundariam as instalações da Ilha de *Christmas*, o que ajudou a amedrontar a opinião pública. (Conferir Anexo C).

O jornal australiano *The West Australian*, no entanto, apresentou o caso no amanhecer do dia 28 de Agosto de 2001, onde retratava o acontecimento de Tampa com os seguintes dizeres: “*Keep out: boat people not our problem: PM*” (Barton & Cowan, 2001, p.1). Essa frase servia para ilustrar como o Primeiro Ministro Howard reagia à chegada dos requerentes de asilo por via marítima (querendo responsabilizar países como a Noruega e a Indonésia pelo problema) e como a mídia representava e introduzia estas pessoas à opinião pública a partir da utilização de conotações não políticas¹⁰⁹ (Klocker &

¹⁰⁸ Mares (2003, p.338) explica que os direitos daqueles chamados de não cidadãos são bastante restritos, uma vez que podem ficar detidos indefinidamente sem julgamento prévio e quando procuram tribunais em busca de seus direitos para avançar com a reivindicação ao *status* de refugiado, são constantemente acusados de estarem abusando do sistema. Isso ocorre porque estas pessoas acabam por não serem uma parte reconhecida de nenhuma sociedade, não podendo reivindicar o próprio direito à vida (Mares, 2003, p.338).

¹⁰⁹ As vezes imperantes durante a cobertura do *The West Australian* teve um foco excessivo no governo, nas figuras do: Primeiro Ministro Howard, do ministro da Imigração Ruddock, do ministro das Relações Exteriores Downer e do Ministro da Defesa Reith (Sjobrend, 2004, p.46). O *The Australian* teve uma abordagem mais inclusiva e detalhada, ouvindo não apenas as pessoas do governo, como também o porta voz dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, o Departamento de Relações Exteriores da Noruega, professores universitários e o próprio capitão Rinnan (Sjobrend, 2004, p.53).

Dunn, 2003, p.72). Não eram “indivíduos”, não eram “requerentes de asilo” ou “refugiados”, eram pessoas anônimas, redutivamente e impessoalmente sendo representadas como “*boat people*” e “imigrantes ilegais”, tendo a sua essência reduzida ao meio de transporte utilizado para buscar refúgio¹¹⁰. Outrossim, a representação visual transmitida aos leitores do jornal, através de um esboço de mapa, era de que a localização do Tampa estava muito mais próxima da fronteira da Indonésia do que da Austrália continental, corroborando a ideia da manchete supracitada¹¹¹ (Cartner, 2009, p.13).

Nos quatro dias que se sucederam, manchetes hostis aos requerentes de asilo e com narrativas do gênero de invasão como “*Ship Seized*”, “*SAS enforcers orders*” e “*Bid to sink boat people*”¹¹² também estamparam as primeiras páginas do jornal de maior circulação no país (*The West Australian*), em conjunto com imagens relacionadas ao desdobramento das tropas da SAS na Austrália para deter o Tampa, reforçando a imagem de que o país estava sitiado e que a nação estava sob ataque (Cartner, 2009, p.17). Apercebe-se assim que a imprensa é capaz de conceber problemas como sendo de (in)segurança e de construir ameaças e perigos através da linguagem, uma vez que esta nunca é inocente (Sjobrend, 2004, p.13).

Ward (2002, p.22) explica que o incidente de Tampa continuou recebendo atenção da mídia por um longo tempo depois que o Tampa deixou as águas australianas, isso porque a política de imigração e refugiados se tornou uma questão bastante importante nas eleições federais¹¹³ que sucederam o episódio, uma vez que o Partido Liberal colocou calculadamente, depois do 11 de setembro, mais foco em temas como: segurança nacional, controle de fronteiras e terrorismo.

4.3 Crise de Tampa: Nós decidimos quem entra no nosso país

Durante a virada do século, os países mais desenvolvidos se viram diante de diversas ondas de requerentes de asilo a adentrar em suas fronteiras. Pelas mais diversas motivações, os vários estados receptores demonstraram uma ampla gama de respostas à situação, e, buscando entender a resposta (aparentemente dura e destoante do famoso

¹¹⁰ Sjobrend (2004, p.14) explica que essas descrições negativas ao jogarem de maneira populista com sentimentos xenófobos, e não evocarem a empatia do público, acabaram por produzir uma resposta que refletia um retrocesso ao multiculturalismo australiano.

¹¹¹ A autora não tem a intenção de criticar a veracidade da mensagem transmitida, apenas a escolha tendenciosa do tema elegido para ser difundido.

¹¹² Conferir Anexos E para a leitura das propagandas políticas veiculadas e de diversas manchetes de jornais na íntegra.

¹¹³ O livro “*The Centenary Election*” (2002), da *Australian Public Intellectual* (API), ajuda-nos a ter uma ideia do panorama geral da eleição federal australiana do ano de 2001.

multiculturalismo australiano) à Crise de Tampa, este trabalho escolheu alguns discursos proferidos pelo Primeiro Ministro à época do incidente, John Howard, para serem observados sob as lentes da ACD. O intuito é avaliar como determinados temas emergem, como alguns ganham mais continuidade e ênfase e como outros decaem ou são até esquecidos pelo Primeiro Ministro, buscando analisar estas tendências e tecer conclusões adequadas, tendo sempre atenção ao que nos ensina Booth (1979, p.83), uma vez que ao analisar conceitos estratégicos, faz-se primordial entender o ambiente político e social no qual emergiram.

Foram escolhidas as entrevistas concedidas nos dias 30/08/2001¹¹⁴ e 31/08/2001¹¹⁵ e a coletiva de imprensa do dia 03/09/2001¹¹⁶ com o interesse de analisar o que fora proferido durante a Crise de Tampa, e o discurso proferido na campanha federal do Partido Liberal em Sydney, no dia 28/10/2001¹¹⁷, cerca de dois meses após a crise, com a aspiração de se avaliar quais tópicos continuaram em pauta.

Assim, com a intenção de analisar criticamente o discurso nas passagens citadas, são elaboradas as Tabelas 30-35 do Apêndice B, que agrupam diversos trechos em grupos que passam uma mensagem similar que é explicada resumidamente ao lado. Embora haja uma preocupação da autora em se ater aos fatos, nota-se aqui a impossibilidade da produção de um trabalho imparcial. Mises nos ensina que:

Nenhum historiador – nem mesmo o cronista ingênuo ou o repórter de jornal – registra os fatos como acontecem. Ele tem que discriminar, que selecionar alguns eventos que considera dignos de serem registrados, e silenciar sobre outros. Essa escolha implica em si mesma, um julgamento de valor. É necessariamente condicionada pela visão que o historiador tem do mundo e, portanto, não é imparcial e sim o resultado de ideias preconcebidas (Mises, 2010, p.77).

¹¹⁴ A transcrição da entrevista concedida ao *The Today Show* no dia 30 de Agosto de 2001 encontra-se disponível:

<https://pmtranscripts.pmc.gov.au/taxonomy/term/8?page=385&fbclid=IwAR1JU7dA6DTQIJm5RK2gfgnkncOPONqmdt4q5EAtv5gI8389GBHw1jkJSR8> [accedido em 29 de Agosto de 2019].

¹¹⁵ A entrevista conferida na Rádio 3AW, em Melbourne, no dia 31 de Agosto de 2001 encontra-se acessível:

<https://pmtranscripts.pmc.gov.au/taxonomy/term/8?page=385&fbclid=IwAR1JU7dA6DTQIJm5RK2gfgnkncOPONqmdt4q5EAtv5gI8389GBHw1jkJSR8> [accedido em 29 de Agosto de 2019].

¹¹⁶ A transcrição da Coletiva de Imprensa do Primeiro Ministro Howard, em Melbourne no dia 03 de Setembro de 2001, está disponível em: <https://pmtranscripts.pmc.gov.au/taxonomy/term/8?page=385&fbclid=IwAR1JU7dA6DTQIJm5RK2gfgnkncOPONqmdt4q5EAtv5gI8389GBHw1jkJSR8> [accedido em 29 de Agosto de 2019].

¹¹⁷ A transcrição do Discurso de Lançamento da Campanha Federal do Partido Liberal, proferido pelo Primeiro Ministro John Howard em 28 de Outubro de 2001, encontra-se disponível em : <http://web.archive.org/web/20020523100520/http://www.pm.gov.au/news/speeches/2001/speech1311.htm> [accedido em 29 de Agosto de 2019].

De posse das tabelas referidas, procede-se para a composição da Tabela 5 que sumariza a informação contida nelas. Essa nova tabela visa agrupar mensagens repetidas nos diferentes pronunciamentos analisados e é apresentada a seguir.

Tabela 5 - Quadro comparativo com os discursos de Howard pós Crise de Tampa.

Mensagem					
		1	2	3	4
1	A Austrália está cuidando dos requerentes de asilo				
2	A Austrália é um país muito generoso e cuida muito bem dos seus refugiados				
3	A Austrália respeita os direitos dos requerentes de asilo				
4	A Austrália é um país muito generoso, mas "nós vamos decidir quem entra no nosso país"				
5	A Austrália está atuando conforme a lei				
6	Os direitos soberanos da Austrália devem ser respeitados				
7	A situação é especial e atípica e exige leis fortes				
8	A situação é especial e atípica				
9	A situação é especial, mas estamos preparados				
10	A efetividade não é 100% garantida				
11	Refugiados são caros				
12	Mais vigilância significa menos barcos				
13	A Austrália tem total controle da situação				
14	Howard: "Apenas estou fazendo o meu trabalho"				
15	A Indonésia deve assumir responsabilidade				
16	Os requerentes de asilo ilegais tomam o lugar daqueles que já foram avaliados e têm mais mérito.				
17	A Austrália não pode hospedar imigrantes ilegais				
18	Os requerentes de asilo devem ser processados e avaliados adequadamente... Em outro lugar!				
19	A raça ou a origem dos requerentes de asilo é irrelevante				
20	"Surfando na onda" da popularidade				
21	A oposição torna tudo mais difícil				
22	Howard: "Eu estou satisfeito que uma solução foi encontrada"				
23	A segurança nacional é o maior problema enfrentado pela Austrália				
24	Guerra contra o terrorismo				

Foi constatado que os discursos proferidos pelo Primeiro Ministro foram politicamente, socialmente e lexicamente construídos e dramatizados como sendo problemas de segurança. Através da linguagem, os requerentes de asilo são comumente reduzidos a narrativas unidimensionais que permitem a disseminação de uma política de medo, e esta ojeriza acaba por possibilitar que os estados possam retratar a prestação de refúgio como um ato de caridade, em vez de uma obrigação moral, conforme se poder ver

nas Mensagens 1 – 4, em especial na 2, de forma que os requerentes de asilo são considerados culpados até que prove-se o contrário (Bolger, 2016, p. 67).

Tabela 6 - Mensagens que associam a Austrália a sentimentos como o de generosidade.

Mensagem	Discurso
"My starting point for that strong position is that this country is the second most generous in the world after Canada in taking refugees"	2
"Some of that criticism is coming from countries and from people who are far less generous in taking refugees than is Australia "	
"we've had an incredibly generous record and we'll continue to be a generous country "	
"I'm just making the obvious point that it's open to Australia to continue to be generous to pacific island states with aid and assistance and we have been in the past and there's no reason why we can't be even more so in the future"	3
"It's about this nation saying to the world we are a generous open hearted people taking more refugees on a per capita basis than any nation except Canada, we have a proud record of welcoming people from 140 different nations"	4

Realça-se o quanto a construção de rótulos descritivos, tais como, “*boat people*”, “imigrantes ilegais”, “chegadas não autorizadas”, “*queue jumpers*”, “cidadãos ilegais”, dentre outros, começaram a ser (re)construídos e (re)instituídos na Austrália durante a era Howard, para descrever os indivíduos que chegavam no continente-ilha através de barcos (Goodwin-Gill, 2008, p.27). Evidencia-se que o uso reiterado destas representações perpassa uma ideia negativa naturalizada dos requerentes de asilo e seu uso pode ser comprovado em especial nas Mensagens 13 – 15.

Tabela 7 - Mensagens que rotulam requerentes de asilo de forma depreciativa.

Mensagem	Discurso
" They are displacing people who's claims for refugee status are more meritorious than are theirs"	2
"Every person who comes here illegally keeps somebody else out. And that is a humanitarian consideration"	
"You can't have people pushing their way to the front of the queue particularly based on a capacity to buy their passage to this country"	
"I thank again the Government of Papua New Guinea as well as the governments of Nauru and New Zealand for their cooperation in finding a solution which is both consistent with Australia's humanitarian attitude to this very difficult issue as well as our desire to maintain our border integrity by not allowing the processing of the refugees, the people claiming to be refugees , on Australian land territory"	3

Cartner (2009, p.7) explica que para que o procedimento da representação possua eficácia é essencial que o significado que é fixado intertextualmente, o seja feito de forma

cumulativa, fazendo referência a diversas imagens e textos que são disseminados. Tal pode ser notado na repetição de Mensagens ou Mensagens similares durante os pronunciamentos analisados. Convém ainda ponderar que a eficácia da representação está intrinsecamente conectada ao acesso/poder às ferramentas de disseminação, fazendo dos governos e da mídia poderosos condutores de representação¹¹⁸, sendo os procedimentos de exclusão aplicados à minoria de refugiados na Austrália (Cartner, 2009, p.8).

Em termos de Austrália, percebe-se que durante o período estudado tornou-se ainda mais comum a utilização do discurso de defesa da soberania estatal para justificar medidas que visassem restringir a entrada de requerentes de asilo que cruzavam as fronteiras por via marítima. O incidente de Tampa, por exemplo, serviu de estopim para a idealização da chamada “Solução Pacífica”, que ia na contramão da Convenção de 1951, o que refletia uma abordagem soberana por parte do estado, que almejava reter o controle sobre a composição da sua população e transmitir uma mensagem de dissuasão aos requerentes de asilo que pretendiam alcançar a costa australiana. Percebe-se assim que a legislação, em conjunto com a defesa da soberania, foi invocada para impedir a entrada dos “outros”.

Essa lógica de exclusão acaba por gerar situações em que a violência é perpetrada contra um ser humano ou um grupo específico de pessoas. Essa racionalidade representa mais violência, pois o soberano está dentro da lei, protegido e salvaguardado da avaliação e prestação de contas extras. Albert Jay Nock escreve de forma clara que

O estado reivindica e exercita o monopólio do crime. Ele proíbe o homicídio privado mas ele mesmo organiza o assassinio numa escala colossal. Ele pune o roubo privado mas ele próprio deita as suas mãos sem escrúpulos a tudo o que ele quer, seja propriedade dos seus cidadãos seja de estrangeiros. (Nock, 1929, p.143).

Wright (2014, p.36) explica que para que tais ações sejam aceitas pela sociedade é necessário que exista uma retórica que fomente, compartilhe e enraíze esta crença em um dado espaço territorial. É o que ocorre nos casos dos requerentes de asilo, quando os estados afirmam representar e defender os seus cidadãos dentro do território nacional soberano, contra o “outro”, o “alienígena” que ameaça sua democracia, bem-estar e até mesmo sua segurança.

¹¹⁸ O acesso às ferramentas de disseminação por parte do governo australiano é ilustrado pelas diversas propagandas veiculadas pelo mesmo, que são apresentados no Anexo E.

Tabela 8 - Discursos que enaltecem a ideia de fortalecimento das fronteiras nacionais.

Mensagem	Discurso
"it's about the right of Australia to control the flow of people coming to this country"	1
"what we are determined to do is to defend the right of this country to control its borders "	
"there has to be a resolution that respects the right of Australia to control who comes to this country "	
"ultimately my responsibility is to the welfare and the best interests of the Australian people and the national interest clearly requires us to defend the integrity of our borders "	
"The other one [priority] is to protect Australia's borders and to defend our right to decide who comes to this country and in what circumstance "	2
"that demonstrates a point about the assertion of our sovereignty over our territorial sea line or territorial seas"	
"the issue of border control is at stake"	
"it is also about having an uncompromising view about the fundamental right of this country to protect its borders "	4
"But we will decide who comes to this country and the circumstances in which they come"	
"We have had a single irrevocable view on this, and that is that we will defend our borders and we'll decide who comes to this country "	
"We will be compassionate, we will save lives, we will care for people but we will decide and nobody else who comes to this country "	

Ao questionar o que levaria o Primeiro Ministro a disseminar tais discursos ou qual o seu interesse em securitizar a questão das migrações forçadas, nos deparamos com os estudos de Rothbard (2012, p.19), que, ao listar os métodos adotados pelo estado para se eternizar ao longo dos séculos, argumenta que um desses mecanismos foi o de instaurar o medo, apontando inclusive que, nos séculos mais recentes, o estado tem com sucesso fomentado tal medo acerca de outros governos estatais. Ele cita ainda que os governantes sempre alegaram fornecer à população um serviço essencial: a proteção contra saqueadores esporádicos e criminosos. Por fim, Rothbard defende também que o suposto interesse estatal em manter o crime privado a um grau mínimo decorre unicamente da intenção de preservar seu monopólio predatório, zelando assim pela sua própria preservação.

Tabela 9 - Discursos responsáveis por instaurar o medo

Mensagem	Discurso
"you've got to understand that this is a situation that has its own special circumstances but it is also part of a wider pattern "	1
"the facts are that if this country continues to be seen as a soft option around the world as a country of destination this problem is going to magnify "	
"the great bulk of people around the world who have some experience of these things will understand the dilemma which is faced by Australia "	2
" I'm not promising, I'm not guaranteeing that no further boats will get through, I can't do that, that's not possible"	3
" I'm not promising or guaranteeing or holding out the likelihood that it's going to completely eliminate boats coming to this country"	
" We do face unusual difficulties at the present time "	4
"I want to lead this country in these very difficult and dangerous times "	

Já para explicar a preocupação do Primeiro Ministro e dos outros tomadores de decisão em defender veementemente essas ideias nos mais diversos veículos de comunicação, Rothbard nos explica que o estado necessita de algum tipo de aceitação da população; caso contrário, “a minoria formada pelos governantes estatais seria em última instância sobrepujada pela resistência ativa da maioria do público” (Rothbard, 2012, p.15). Deste modo, fica explanado o demonstrado interesse em buscar o apoio popular.

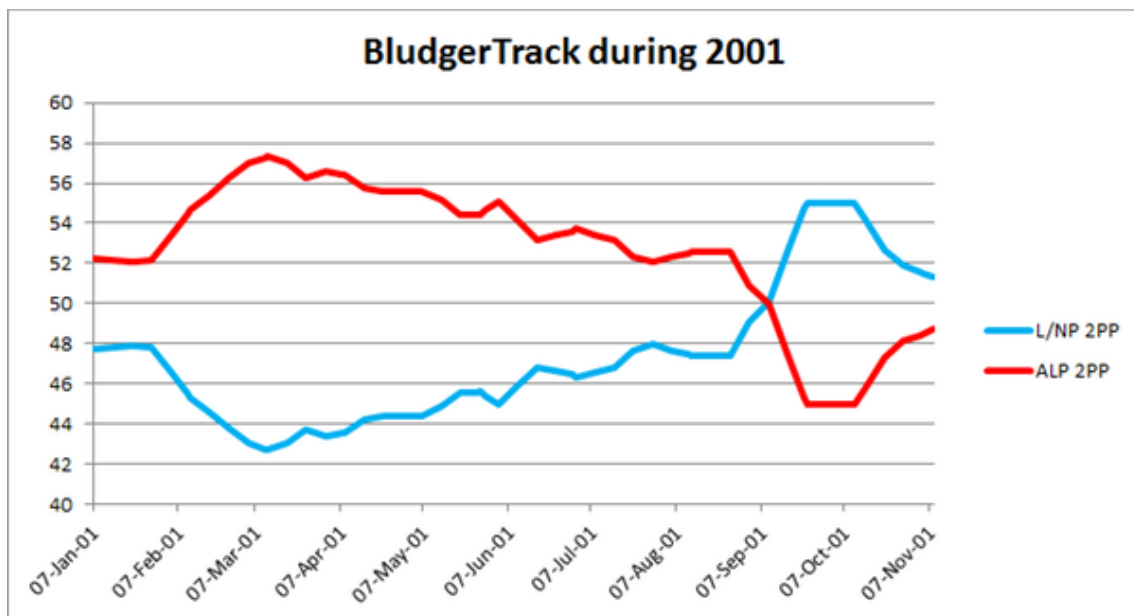
As taxas de aprovação do governo Howard e as intenções de voto em seu partido estavam baixas, inclusive com o Partido Liberal registrando as intenções de voto mais baixas de toda a sua história (30%) em Junho de 2000 (Young, 2000). Mas o cenário mudou drasticamente com a Crise de Tampa, que se provou uma oportunidade para o Primeiro Ministro atacar a oposição e fazer campanha em cima de um tema cada vez mais presente no debate popular, em especial depois do atentado ao World Trade Center, ocorrido apenas alguns dias depois de Howard proibir a entrada em território nacional de 438 pessoas de origem similar às dos terroristas por trás do massacre.

Howard recebeu um apoio massivo da sociedade civil e da mídia na frente doméstica, o que se refletia nas pesquisas de opinião. Sua taxa de aprovação em 2001, subiu para 57%, seu nível mais alto desde que ele assumiu o ofício (Stats, 2015). As pesquisas indicavam ainda que 77% dos australianos concordaram com a decisão do primeiro-ministro de voltar atrás no caso de Tampa (Devetak, 2004; Stats, 2015). Tal resposta da sociedade resultou na vitória do Primeiro Ministro, na que foi então caracterizada como a maior virada em favor de um governo incumbente desde 1966 (ABC, 2017).

Tabela 10 - Demonstração do apoio popular.

Mensagem	Discurso
"You've got, Prime Minister, overwhelming support from the Australian people at this stage" - Mitchell	2
"No." - Answering to "Did you, when you were making decisions at any stage, give consideration to the political benefits involved? "	
"I don't think there's any question you are now probably immensely more popular than you were a week ago" - Mitchell	
" I think you are the most intelligent Prime Minister we've ever had. I support you and keep up the good work , and I pray for you to make the right decision which you are making at the moment. Make them go back and come back the right way like we did." - Linda, a caller	
"I repeat that if the Border Protection Bill had not been blocked by the Labor Party and the Democrats then this issue would be academic"	3

Figura 8 - Gráfico das eleições federais de 2001 na Austrália.



Fonte: Beaumont, 2019.

A vitória de Howard tornou evidente que os requerentes de asilo oriundos de via marítima eram percebidos pela avaliação pública não como refugiados, mas como um grupo criminoso e privilegiado, que possuía dinheiro para pagar contrabandistas pela viagem até o país para obter vantagens sob outros imigrantes através do falso pretexto de serem refugiados. Para boa parte da população, eles eram apenas imigrantes econômicos que queriam saltar filas, ingressar na Austrália pela porta de trás e obter privilégios.

Tal percepção mostrou-se, no entanto, completamente equivocada, visto que boa parte dos requerentes de asilo já havia sido processada e confirmada como refugiados em 2004 (Sydney Morning Herald, 2004), e como indica o relatório do Parlamento Australiano, a maior parte dos envolvidos na Crise de Tampa recebeu, de fato, o *status* de refugiado e foi assentada em território australiano (Parliament of Australia, 2012).

Nota-se que embora o estado-nação necessite do regime internacional para alcançar muitos dos seus objetivos, os membros das organizações internacionais possuem paralelamente uma outra agenda: a da nação¹¹⁹. Levando isso em consideração, Wright (2014, p.35) explica que os estados buscam implementar políticas e legislações que visam proteger a sua nação de ameaças, inclusive dos chamados “invasores” que buscam ocupar o seu espaço, por isso a existência de numerosas promulgações territoriais que são aplicadas por instituições nacionais. Conforme já nos ensinava Bauman (1998, p.235) o nacionalismo moderno, mascarado como patriotismo benigno, é utilizado como uma “rearticulação pós-moderna” para justificar a existência do próprio discurso racista (Bauman, 1998, p.44).

No que se refere à proteção da população contra os “invasores”, um detalhe interessante apontado por Gittins no seu artigo no *The Age*, é que a resposta dura à Crise de Tampa associou a imagem de Howard à de um oponente dos altos níveis de imigração, rendendo-lhe o apoio da classe operária. No entanto, durante o mesmo período, a imigração como um todo aumentou drasticamente na Austrália, inclusive propiciando ao país entre os anos fiscais 2000-2001 e 2001-2002 um crescimento de população maior devido aos migrantes do que ao crescimento natural. Isso se deveu ao considerável apoio do Primeiro Ministro às migrações legais de pessoal qualificado, estratégia esta que lhe ocasionou apoio também dos empregadores australianos (Gittins, 2003). Essas diferentes percepções também tiveram um papel fundamental no resultado da eleição.

Como Buzan (1998, p.23) nos ensina que é possível enxergar a securitização como uma versão extrema da politização, começa a fazer sentido analisar também essa vertente do discurso de Howard. Buzan (1998, pp. 29 – 31) explica ainda que é por meio de um “ato de fala” que um agente securitizador visa definir socialmente a existência de uma ameaça à soberania da unidade, e Duque (2009, p. 478) ressalta que tudo isso se amplifica quando tal agente é um representante do estado em posição de pôr em prática as medidas que ele propaga serem necessárias. Dessa forma, é possível configurar diversos trechos

¹¹⁹ Conforme explica Adamson (2011, p.181) nos tempos modernos, a ideologia do nacionalismo, acabou por conferir legitimidade e trazer coesão à identidade dos estados-nação.

dos discursos analisados como atos de fala securitizadores, em especial os referentes às mensagens 7, 8, 9, 23 e 24, que instigam medo e alertam para um caráter emergencial, legitimando, frequentemente, o uso da força (Duque 2009, p. 478).

Percebe-se assim que durante a era Howard, o equilíbrio entre a agenda nacional de proteção e segurança era frequentemente declarado, sendo a agenda nacional australiana priorizada em relação a temas referentes aos direitos humanos dos requerentes de asilo e refugiados. Embora a Austrália permanecesse alegando ser um estado global humanitário, atencioso e respeitável, os interesses governamentais, travestidos de interesses da “nação” eram primordiais. A Lei de Migração Australiana, é um clássico exemplo da visão estatal da época, onde os requerentes de asilo oriundos do mar representavam uma contínua ameaça à segurança nacional.

4.4 A escalada do discurso na década anterior à Crise de Tampa

Além de analisar o ocorrido durante a Crise de Tampa, o trabalho compara os discursos e atitudes de Howard durante o ocorrido com outros posicionamentos anteriores no seu mandato e no de seu antecessor.

Primeiramente, é notório o orgulho de Howard ao creditar o fim da Política da Austrália Branca, descrita anteriormente, ao seu partido. É evidente a dicotomia traçada pelo Primeiro Ministro ao citar em diversas ocasiões os esforços de antigos membros do seu partido, como Sir Robert Menzies e Harold Holt para acabar com o movimento extremamente racista e discriminatório com raízes emaranhadas com as da origem do partido de seus algozes, o Australian Labor Party. Tal orgulho fica bastante aparente em frases como:

“one of the proudest boasts of the Liberal Party of Australia is that it is the most representative, inclusive of all of the great political movements in our nation. The Liberal Party is the Party that ended the White Australia Policy. The Liberal Party is the Party that welcomed millions of migrants to Australian shores after World War II” (Howard, 1998)

Analogamente, é bastante coerente outra narrativa frequentemente adotada, de evidenciar a Austrália como um país generoso e acolhedor, detalhando a faceta mais multicultural e diversa da Austrália, relatando os vários refugiados e migrantes recebidos no passado recente e sua contribuição para a comunidade (intencionalmente ou não, frequentemente quando membros de seu partido estavam no poder). Essa abordagem, evidenciada na tabela abaixo, é um prólogo do que foi repetido diversas vezes durante a

Crise de Tampa, como se vê na Mensagem 2 da Tabela 5¹²⁰ e nas tabelas do Apêndice B. Já o orgulho pela responsabilidade do seu partido na construção de uma Austrália mais multicultural, explica o repúdio pelas acusações de racismo sofridas, elencadas na Mensagem 19.

Tabela 11 - Exaltação da Generosidade australiana – Parte 1.

Discurso	Data
"We will also continue to do so in seeking to enhance the scope for direct people-to-people links and in reaffirming in the strongest terms our commitment to Australia's racially non-discriminatory immigration policy which has made us a stronger, richer and more diverse nation "	10/10/1996
"I have made our position perfectly clear about the nondiscriminatory character of our immigration policy. I've asserted again and again our total commitment to principles of racial tolerance and the belief that once a person has come to this country, that person, irrespective of his or her ethnic or national origin, is entitled to the same respect as you and I and that we are united together as part of a tolerant Australian community. "	14/10/1996
"I mean, once you come to this country this is an absolute, you know, indivisible, immutable principle once somebody has come to this country, that person is entitled to every respect and every protection and every decency that is available to the rest of us. And any discrimination against that person according to race or whatever is quite unacceptable to me and I think it's unacceptable to the great majority of Australians."	24/10/1996
"Well, if people think we are a racist country they're wrong. I mean, the strongest feelings I have about this whole debate is I'm not going to cop the claim that Australia is a racist, bigoted country it's not. It's one of the most tolerant, open societies in the world and I don't think people do this country any good by feeding a false view about the character of the Australian people. We took more Indo-Chinese refugees per capita than any nation in the world in the late 1970s. We have people from all around the world , we have our own special, unique identity. We are, by any measure, a very tolerant and open society. "	13/11/1996
"It is our tradition which provided one of the world's most generous and compassionate responses to the Indo-Chinese refugee crisis of the late 1970s and 1980s"	18/11/1996
" we are a tolerant, open, harmonious society. We've welcomed people from the four corners of the earth. We took more Indo-Chinese refugees per capita than any other country in the world. We have a meticulously non-discriminatory immigration policy "	09/07/1997

¹²⁰ Todas as eventuais futuras referências a alguma “Mensagem” no decorrer deste capítulo se referem às Mensagens citadas nesta tabela.

Tabela 12 - Exaltação da Generosidade australiana – Parte 2.

Discurso	Data
"I honestly can't imagine Australia of 1998 without the contribution of people from Europe, from the Middle East, from Asia, from the rest of the world. And I want to say to you very, very unambiguously that tolerance and acceptance of people irrespective of their racial or ethnic background is a cornerstone of the Australian nation of a fair go"	09/07/1998
"I think the debt that we owe to the successive waves of migrants who have embraced the Australian way is incalculable. With exception of course to the indigenous people of our country which occupy a very special place in our history, we are all in one form or another immigrants or the children of immigrants "	05/05/1999
"Australia will continue to behave in a humanitarian fashion towards refugees from any part of the world"	08/09/1999
"We take more than our fair share of refugees and we're happy to do so because we're a lucky country. And we've been very generous to a lot of people from different parts of the world this year - Kosovo, East Timor. Back in the '70s we took more Indo-Chinese per head than any country on Earth. We have a very good record when it comes to receiving refugees, and it will continue to be the case"	01/12/1999

Já sua célebre frase que marcou a corrida eleitoral de 2001, repetida em diversas ocasiões e com pequenas alterações – “*we will decide who comes to this country and the circumstances in which they come*”, e ilustrada na Mensagem 4, apresenta reproduções anteriores em diversas ocasiões, sem nunca terem provocado o mesmo efeito da citação durante as eleições de 2001.

Tabela 13 - Demonstração do Interesse Nacional.

Discurso	Data
"the policy of the government, the level of immigration is something that is determined from time to time according to the national need, the national interest . We took the view a couple of months ago that it ought to be lower. What we decide in the future will be conditioned by the national interest and nothing else. "	01/10/1996
"People from all around the world are welcome in this country. But like any other community we will decide how many people come into Australia and settle here permanently and we will decide the criteria that apply to immigrants to Australia. "	19/12/1996
" Any sovereign country has the right to determine how it will dispense its compassion and determine the level, from time to time, of its migration programme "	20/11/1998

Outros diversos discursos recorrentes e as Mensagens que ecoaram de forma semelhante durante a Crise de Tampa, foram:

- Importância da vigilância, controle de fronteiras e respectivo investimento (Mensagem 12);¹²¹

Tabela 14 - Importância da Vigilância.

Discurso	Data
"it is a fundamental responsibility of the national government to ensure that proper surveillance is available and it's a fundamental requirement of the national Government to see that it's responsibilities in relation to immigration control, in relation to things such as weapons and drugs and so forth are met."	10/07/1997
"Today's measures which provide \$124 million over a period of four years do provide a major increase in the capacity of this country to improve the surveillance of its coast line, and importantly, very importantly, today's measures increase Australia's capacity to detect and deter illegal immigrants and immigration before they get to this country and before in some cases they commence their departure from the source country"	27/06/1999

- Críticas à postura da Indonésia (Mensagem 15);

Tabela 15 - Críticas à Indonésia.

Discurso	Data
"I am extremely skeptical now about the capacity/willingness of those in Jakarta to do something"	08/09/1999
"the Indonesian authorities have not been over keen to join in stopping the flow to Australia"	01/12/1999

- Críticas à oposição e às leis de migração que dão uma aparência branda à Austrália (Mensagens 21 e 7);

Tabela 16 – Críticas à oposição.

Discurso	Data
"one of the reasons we're getting a lot of boat people is that we've had some obstruction in the Senate over the last couple of years from the Labor Party in particular in trying to strengthen the law, and because the law hasn't been strengthened the word around the world is that Australia is an easy touch "	01/12/1999
"we can't be seen as an easy touch because that will involve queue jumping and it will involve people who've waited faithfully and played by the rules and worked according to the system, missing out, and people who've been queue jumping getting advantage"	01/12/1999
"Protecting this country against illegal immigration ought to be above partisan politics "	27/06/1999

- Impossibilidade de garantir que não haverá mais chegadas indesejadas (Mensagem 10);

¹²¹ O eterno complexo de invasão australiano é tão forte que esse discurso ecoa até mesmo em uma entrevista do seu antecessor e opositor, Paul Keating, que diz: *"I think we try and have secure borders we don't always succeed In that and we haven't obviously succeeded in this case"*. Transcrição completa disponível em <https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8397>. [acedido em 22/09/2019].

Tabela 17 - Impossibilidade de assegurar de que não haverá chegadas indesejadas.

Discurso	Data
"there's no way that any Prime Minister can guarantee that a boat carrying illegal immigrants will never ever get through"	14/04/1999
" You can't eliminate it , you can't stop people wanting to come to Australia. But you can send a very strong message to them that they can't expect to be allowed to stay here and tie up the legal system"	27/06/1999

- Caracterização pejorativa dos requerentes de asilo, usando rótulos descritivos como “*queue jumpers*”, e contrastando com migrantes que ele classifica como mais merecedores (Mensagens 16 e 17).

Tabela 18 - Rótulos taxativos dos requerentes de asilo – Parte 1.

Discurso	Data
"The problem with giving in and saying, well, you can stay, is that it's very unfair to the people elsewhere in the world who want to come to Australia and are waiting their turn "	20/08/1999
"if you have people queue jumping and then being allowed to stay, you're basically thumbing your nose at those people who played by the game"	01/12/1999
"people who aren't genuine refugees that are simply queue jumping then they're not going to be allowed to stay"	01/12/1999
"we can't be seen as an easy touch because that will involve queue jumping and it will involve people who've waited faithfully and played by the rules and worked according to the system, missing out, and people who've been queue jumping getting advantage"	01/12/1999
"the Australian community that does not want illegal immigration that queue jumps the aspirations of others around the world who want to join their families and who want to come and live in Australia"	05/04/2000
"If we had decided on an adhoc basis to allow all who wanted to stay beyond the safe haven period to stay then we would have been putting them ahead of others who've been patiently waiting in the queue , whose humanitarian claims on a place in our refugee program are as great if not greater than some of the Kosovars"	19/04/2000
"what we don't like about illegal immigration is that people who engage in it try and jump the queue and thereby disadvantage the genuine refugees who we are only too happy to have and who are selected in accordance with internationally accepted criteria"	22/01/2001

Tabela 19 - Rótulos taxativos dos requerentes de asilo – Parte 2.

Discurso	Data
"of course you need detention centres, of course you have to deal with people who are jumping the queue "	12/04/2001
"I understand the anger of the community about queue jumpers and illegal immigrants and I want them to know that we will maintain detention centres"	12/04/2001
"we cannot run our country on the basis that people who come here illegally in defiance of the laws and queue jumping on others who patiently wait their turn"	08/06/2001
"we've always taken refugees and we always will. But what they are doing is queue jumping "	17/08/2001
"what we object to is that people go outside the United Nation's High Commission for Refugees and they bypass an internationally credible which is fair to all potential refugees and jump the queue "	30/08/2001

A revisão do corpo discussivo fomentou a elaboração da Tabela 20, que aponta as várias palavras que Howard associou à “(*illegal*) *immigration*”. A autora acredita que tais associações, bem como as indicadas nas Tabelas 18-19 anteriormente são calculadas, e uma evidência disso seria um comentário do próprio Primeiro Ministro em uma entrevista no ano de 1999, que se mostra uma pessoa fria e calculista nessa e em outras ocasiões – “*I choose my words carefully and deliberately because I don’t want to give rise to speculation about this or that outcome*”¹²².

¹²² A transcrição completa da entrevista no programa de Howard Sattler na rádio 6PR encontra-se disponível em <https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11122>. [acedido em 22 de Setembro 2019].

Tabela 20 – Associações feitas à (*illegal*) *immigration*.

Discurso	Data
"Mr Ruddock and I have called this news conference to announce the Government's decision to provide a major boost to the capacity of Australia to fight the growing challenge of illegal immigration "	27/06/1999
"I should point out at the beginning that so far the response to the increased threat of illegal immigration to this country has been highly successful"	27/06/1999
"Today's measures which are very significant are designed to preempt what we see to be an increased attempt by people from various parts of the world to engage in people smuggling into Australia"	27/06/1999
" Protecting this country against illegal immigration ought to be above partisan politics"	27/06/1999
"we want to send a very strong message to the rest of the world that we are not only strengthening ourselves against illegal immigration but if we can get that legislation through the parliament that would send a very loud message to the rest of the world that the idea that we are a very soft touch is no longer valid and it is very important that we get that legislation through, very important indeed"	27/06/1999
" one of the reasons we're getting a lot of boat people is that we've had some obstruction in the Senate over the last couple of years from the Labor Party in particular in trying to strengthen the law , and because the law hasn't been strengthened the word around the world is that Australia is an easy touch "	01/12/1999
"We are doing our level best to avoid the need to pay all that money on illegal immigrants "	02/02/2000
" I don't want illegal immigrants coming to this country"	02/02/2000
" People don't like illegal immigrants landing here without an invitation"	14/02/2000
" illegal immigration does present a very big challenge to our country"	05/04/2000
" the Australian community that does not want illegal immigration that queue jumps the aspirations of others around the world who want to join their families and who want to come and live in Australia"	05/04/2000
" We don't like the fact that a lot of illegal immigrants are coming into this country"	10/05/2000

Primeiramente, as repetidas referências a “imigrantes ilegais” indicam uma tentativa de desqualificar os requerentes de asilo, dando a estes uma conotação similar à de migrantes econômicos que não aderiram ao devido processo legal. Como já foi visto anteriormente, essa imagem é completamente equivocada, visto que as maiorias dos requerentes de asilo que foram detidos durante a Solução Pacífica, por exemplo, acabaram por ser oficialmente classificados como refugiados e foram assentados na Austrália. (Phillips, 2012).

Além disso, essas associações premeditadas tentam popularizar e normalizar uma opinião tão preconceituosa quanto pessoal, visto que Howard frequentemente faz essas afirmações sem apresentar argumentos ou evidências.

Também foram encontradas referências (que motivaram o posterior estudo) a questões em que Howard demonstra certo apreço por requerentes de asilo e outras minorias durante a primeira metade do seu governo, nomeadamente a ocupação do Timor-Leste pela Indonésia, a guerra do Kosovo e o referendo australiano de 1999.

Enquanto Keating não mudou a política de anos da Austrália de reconhecer a ocupação do Timor-Leste como legítima em prol da manutenção de boas relações diplomáticas com um grande parceiro econômico, manteve cooperação militar com a Indonésia (Guardian, 1999) e foi acusado de não ter feito o suficiente para combater as violações de direitos humanos perpetradas contra os timorenses (Pilger, 1994, p.8), o governo Howard colocou as relações com a Indonésia em xeque ao enviar uma carta para o governo do país afirmando que a Austrália estava mudando sua política e solicitando a oportunidade dos timorenses de votarem acerca de sua independência durante a próxima década¹²³.

A carta, que não foi bem vista pelo presidente Habibie, provocou um desgaste nas relações entre os países que ainda pode ser percebido, mas também atingiu seu efeito, e, em 1999, é realizado um referendo onde 78.5% da população declara apoio a independência (Parliament of Australia).

Durante este período, houve a formação de várias milícias contrárias à independência, que violentaram e praticaram abuso contra vários timorenses, em especial assim que a Indonésia retirou suas forças militares do país. O governo Howard responde então com auxílio humanitário financeiro e com o envio de 5500 militares, incluindo o comandante da missão, o Major-general Peter Cosgrove, sendo então o país que mais contribuiu para a missão¹²⁴ (AWM, 2017). Howard declara ainda que fará tudo que é necessário fazer em situações desse tipo.

¹²³ Para maior aprofundamento sobre o tema, sugere-se a leitura do capítulo dois do Relatório Interino do Timor Leste, fornecido pelo site oficial do Parlamento Australiano. O conteúdo encontra-se disponível em: https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Committees/Senate/Foreign_Affairs_Defence_and_Trade/Completed_inquiries/1999-02/timor/report/c02 [acedido em 23 de Setembro de 2019].

¹²⁴ Recomenda-se a leitura do texto “*Australians and Peacekeeping*” do *Australian War Memory*: <https://www.awm.gov.au/articles/peacekeeping> [acedido em 23 de Setembro de 2019].

Tabela 21 - Demonstrações de apoio e auxílio à situação no Timor Leste.

Discurso	Data
"Well, we will do everything that ought to be done in these circumstances. Of course we're going to be humanitarian." - Answering to: "If it gets worse there are a couple of thousand refugees there at the UN compound, will we accept them in the same way that we did the Kosovars?"	07/09/1999
"Australia will continue to behave in a humanitarian fashion towards refugees from any part of the world"	08/09/1999
"we think, given the refugee problem, that some humanitarian aid is a necessary part of the Australian response "	10/09/1999
"We've given \$3 million of aid to the United Nations and other relief agencies, and that is being used specifically to help people in West Timor , the very refugees of which you've spoken. We will clearly be giving more aid "	16/09/1999

Embora tenha recebido diferentes opiniões de diferentes setores da sociedade, apesar da distância, Howard traz 4000 refugiados do Kosovo em uma nova modalidade de visto recentemente criada especificamente para essa situação, o Safe Haven Visa. As críticas recebidas pelo novo tipo de visto eram fruto da sua condição inicial, de que os seus detentores deveriam voltar para o Kosovo em 3 meses ou quando a ACNU declarasse a situação como segura. O Primeiro Ministro não cedeu às pressões dos críticos, e, tão logo foi expirada a validade do Safe Haven Visa, a esmagadora maioria dos kosovares foi repatriada.

Tabela 22 - Comentários sobre o Safe Haven Visa e o seu término.

Discurso	Data
"The experiment that Australia represents, if I can call it that, of bringing together, in a quite unprecedented way people from the four corners of the earth and doing it consistently over a period of time and continuing to do it, both in a humanitarian way as well as we prepare to receive the first of the 4,000 refugees from Yugoslavia that will be received within our midst, that it really has been a quite remarkable experiment."	05/05/1999
"If we had decided on an adhoc basis to allow all who wanted to stay beyond the safe haven period to stay then we would have been putting them ahead of others who've been patiently waiting in the queue, whose humanitarian claims on a place in our refugee program are as great if not greater than some of the Kosovars"	19/04/2000

Em 1999, Howard relutantemente procede para a entrega de uma das promessas de sua primeira eleição, que é a realização de um referendo para decidir se a Austrália

deveria se tornar uma república. Por motivos que fogem ao escopo desse trabalho¹²⁵, 54.87% população optou pela manutenção da monarquia, votando de acordo com a vontade frequentemente expressa do Primeiro Ministro, um monarquista confesso¹²⁶.

No entanto, Howard participa da elaboração de um texto que reconhece as contribuições dos aborígenes e migrantes, além de pregar valores como a união, liberdade e tolerância, e consegue adicionar uma segunda pergunta ao referendo, propondo a inserção do texto como preâmbulo na Constituição. Embora 60.66% da população finalmente tenha acabado votando contra a inserção do preâmbulo¹²⁷, Howard fez campanha nas semanas anteriores ao referendo, abertamente em defesa de uma Austrália mais tolerante.

Tabela 23 – Apoio ao preâmbulo.

Discurso	Data
JOURNALIST: What were the influences on you as one of the prime authors of the preamble ? PRIME MINISTER: Well, my own feeling about this country. The history; the contribution of the original Australians; the contribution of immigration;	23/03/1999
"Why I say "Yes" to the preamble "	27/10/1999
"I think it would be enormously beneficial if we could go into the next century with a united affirmation of some of the fundamental values of the Australian community including in particular the recognition in a positive, noble, gracious way for the first time of the role of the Aboriginal and Torres Strait Islander people. But not only that. Also the contribution made by our diggers, the contribution made by immigrants , the importance of the environment, the value of the rule of law, the equality of men and women, and the common spirit that binds us together in times of adversity, called by another name in other contexts"	03/11/1999

Embora a criação de campos de detenção *offshore* tenha sido chocante para o mundo e constante motivo de debate, é interessante notar que a política australiana de detenção obrigatória para imigrantes ilegais foi iniciada precisamente durante o governo de Keating, e que um dos discursos de seu Ministro da Imigração, Gerry Hand, assume um tom bem familiar ao adotado pelo próximo Primeiro Ministro australiano, como se vê na Tabela 24.

¹²⁵ De forma resumida, muitos atribuem a derrota da proposta ao tipo de república proposto, já que muitos dos republicanos preferiram votar a favor da monarquia do que a favor de uma república que os desagradava.

¹²⁶ Curiosidade ou não, John Howard é detentor da Ordem da Austrália e um dos 22 detentores da Ordem de Mérito, honrarias outorgadas pela Vossa Majestade, a Rainha Elizabeth II.

¹²⁷ A proposta de preâmbulo encontra-se na íntegra no Anexo D.

Tabela 24 - Mensagens do governo Keating com tom similar ao governo Howard.

Discurso	Data
"The Government is determined that a clear signal be sent that migration to Australia may not be achieved by simply arriving in this country and expecting to be allowed into the community" - Minister for Immigration, Gerry Hand,	05/05/1992
"we want to send a very strong message to the rest of the world that we are not only strengthening ourselves against illegal immigration but if we can get that legislation through the parliament that would send a very loud message to the rest of the world that the idea that we are a very soft touch is no longer valid and it is very important that we get that legislation through, very important indeed"	27/06/1999
"You can't eliminate it, you can't stop people wanting to come to Australia. But you can send a very strong message to them that they can't expect to be allowed to stay here and tie up the legal system"	27/06/1999
"I say the best signal that we can send to would-be illegal immigrants is don't come in the first place"	19/06/2001

Vale ressaltar que diversos centros de detenção de imigrantes foram abertos desde o início dos anos 90, tanto na Austrália como nos mais diversos lugares do globo¹²⁸, inclusive o problemático Centro de Detenção de Woomera, já da era Howard. Assim, conclui-se que embora chocante, a Solução Pacífica não pode ser classificada como inesperada, visto que a criação de centros de detenção era cada vez mais comum, e não exclusiva do governo Howard.

Uma mensagem importante não emitida diretamente por Howard nos discursos analisados durante a Crise de Tampa, foi a sua própria explicação do motivo pelo qual ele tomou as já conhecidas medidas. Curiosamente, a resposta a essa pergunta talvez seja a mesma que ele veiculou diversas vezes nos anos anteriores ao evento, que é a de que a imigração deve servir aos interesses da Austrália.

¹²⁸ Uma análise detalhada dos centros de detenção do gênero pelo mundo pode ser encontrada em <https://www.globaldetentionproject.org/>. [acedido em 23 de Setembro de 2019].

Tabela 25 - A imigração serve aos interesses da Austrália.

Discurso	Data
"the policy of the government, the level of immigration is something that is determined from time to time according to the national need, the national interest . We took the view a couple of months ago that it ought to be lower. What we decide in the future will be conditioned by the national interest and nothing else. "	01/10/1996
"I do believe, as I have done, that the Prime Minister of this country should reaffirm the principles on which our immigration policy is built and those principles are first and foremost immigration policy is meant to serve the interest of Australia , not to serve the interest of a particular ideology"	24/10/1996
"You've always got to adjust the immigration program according to the economic and social needs of the nation . And you've always got to ask yourself what is in the best interests of Australia. "	22/05/1997
"We take the view that the level of immigration should be adjusted according to economic circumstances "	04/08/1999

Em última análise, acaba por ser manifesta a constante preocupação de John Howard em legislar e dar base legal às decisões que ele tomou, inclusive em alguns casos de forma visivelmente emergencial, tangenciando assim o que definimos anteriormente como securitização. Esse comportamento, evidenciado com a criação do *Safe Haven Visa* para os Kosovares e com a extirpação dos territórios insulares australianos e criação dos centros de detenção *offshore*, pode remontar às origens da pessoa por trás do político, tendo em vista que Howard se formou em direito pela Universidade de Sydney e trabalhou em alguns escritórios de advocacia australianos antes de enveredar pelo caminho político.

No entanto, ao consultarmos alguns escritos de Bastiat, aprendemos que o uso da força só é eticamente justificado no caso de legítima defesa, e, ao entender a lei como “a organização coletiva do direito individual de legítima defesa” (Bastiat, 2010, p.11), chegamos à conclusão de que a lei só pode fazer uso da força para legítima defesa, sendo portanto um conceito negativo e tirando toda a justificação (pelo menos do ponto de vista ético) de se criarem leis objetivando a validação de atos posteriores.

Se a lei é um conceito negativo e não seria justificado seu uso arbitrário, qual seria o interesse de Howard em legislar previamente suas ações? Podemos responder esse questionamento recorrendo mais uma vez a Bastiat:

Fazer imperar a justiça está tão inerente à natureza da lei, que lei e justiça formam um todo no espírito das massas. Temos todos forte inclinação a considerar o que é legal como legítimo, a tal ponto que são muitos os que falsamente consideram como certo que toda a justiça emana da lei. Basta que a lei ordene e consagre a espoliação para que esta pareça justa e sagrada diante de muitas consciências. A escravidão, a restrição, o monopólio acham defensores não somente entre os que deles tiram proveito como entre os que sofrem as suas consequências (Bastiat, 2010, p.16).

Fica assim justificado o interesse do PM Howard em fundamentar suas ações através de dispositivos legais, evidenciando a intenção de legitimar suas atitudes perante as massas, isto é, seus eleitores. E, tendo em conta o resultado da corrida eleitoral de 2001 já anteriormente debatida, pode-se dizer que Howard foi, de fato, bem-sucedido.

Finalmente, outra tendência repetida pelo Primeiro Ministro no corpo discursivo prévio às entrevistas anteriormente analisadas foi a securitização dos temas que o mesmo julgava dignos, sempre com ênfase em questões migratórias.

Tabela 26 - Evidências da securitização por meio do discurso.

Discurso	Data
"Protecting this country against illegal immigration ought to be above partisan politics "	27/06/1999
"we want to send a very strong message to the rest of the world that we are not only strengthening ourselves against illegal immigration but if we can get that legislation through the parliament that would send a very loud message to the rest of the world that the idea that we are a very soft touch is no longer valid and it is very important that we get that legislation through, very important indeed "	27/06/1999
"what we've done with this Norwegian vessel is against the background of the particular circumstances "	27/08/2001

Nota-se nos discursos, em especial no primeiro, que Howard não tem escrúpulos ao pôr determinados assuntos literalmente acima da política. Tal atitude casa com o enunciado por Duque (2009, p.480), que nos diz que “a securitização coloca as questões acima da política normal” e por Buzan (1998, p. 23) que define segurança como “a iniciativa que leva a política além das regras do jogo e identifica a questão como uma forma especial de política ou acima da política”.

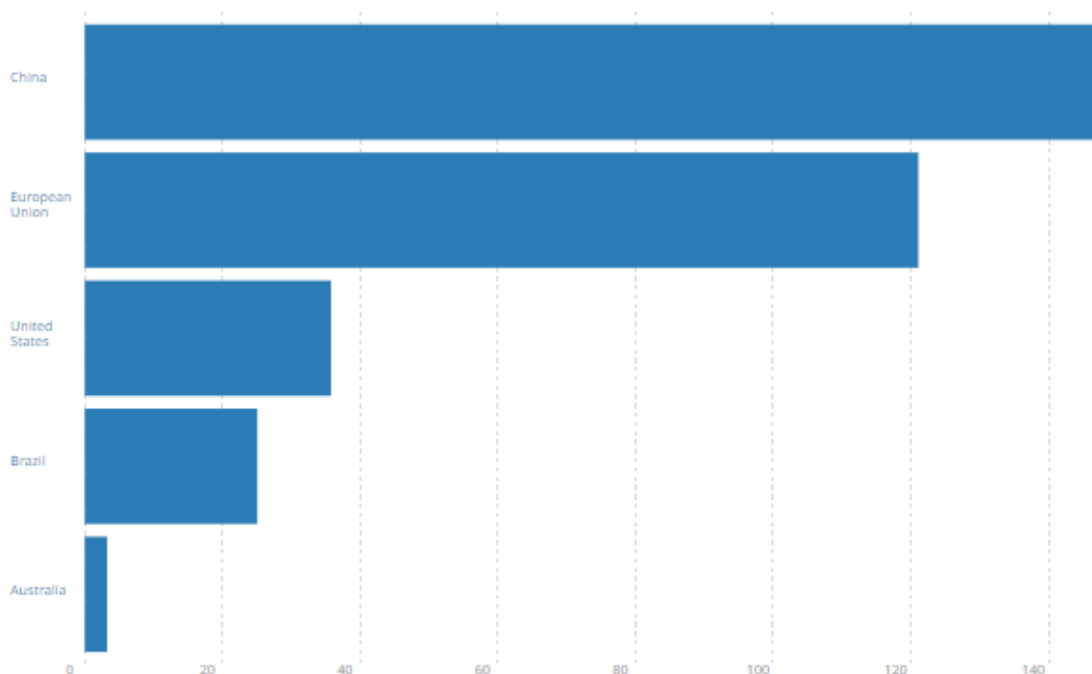
4.5 Uma réplica à resposta australiana: uma pirâmide imponente, mas sem base.

Dada a enfática resposta à Crise de Tampa por parte do PM Howard e o quão bem ela ecoou em meio à população, visto que a crise adquiriu papel fundamental na reeleição do Primeiro Ministro, torna-se relevante analisar a compatibilidade da reação australiana ao episódio tendo em conta suas próprias questões demográficas, uma vez que Adamson (2011, p.167) nos ensina que a gestão dos fluxos migratórios internacionais constitui uma área na qual os formuladores de políticas estão tendo que ponderar os custos e benefícios de suas políticas migratórias, tendo em vista as suas implicações para a segurança

internacional, assim como para outras áreas políticas, como bem-estar social e crescimento econômico.

A Austrália, que apresentou uma densidade populacional de 3,249 pessoas por km² em 2018 segundo o Banco Mundial, apresenta um dos menores valores para tal dado entre todos os países do globo. Tal situação, em combinação com décadas de baixas taxas de fertilidade e uma longa expectativa de vida (O’Loughlin, 2017, p.3), acaba por ocasionar o problema do envelhecimento expressivo e acelerado de sua pequena população. Problema este que já se mostrava evidente na era Howard¹²⁹.

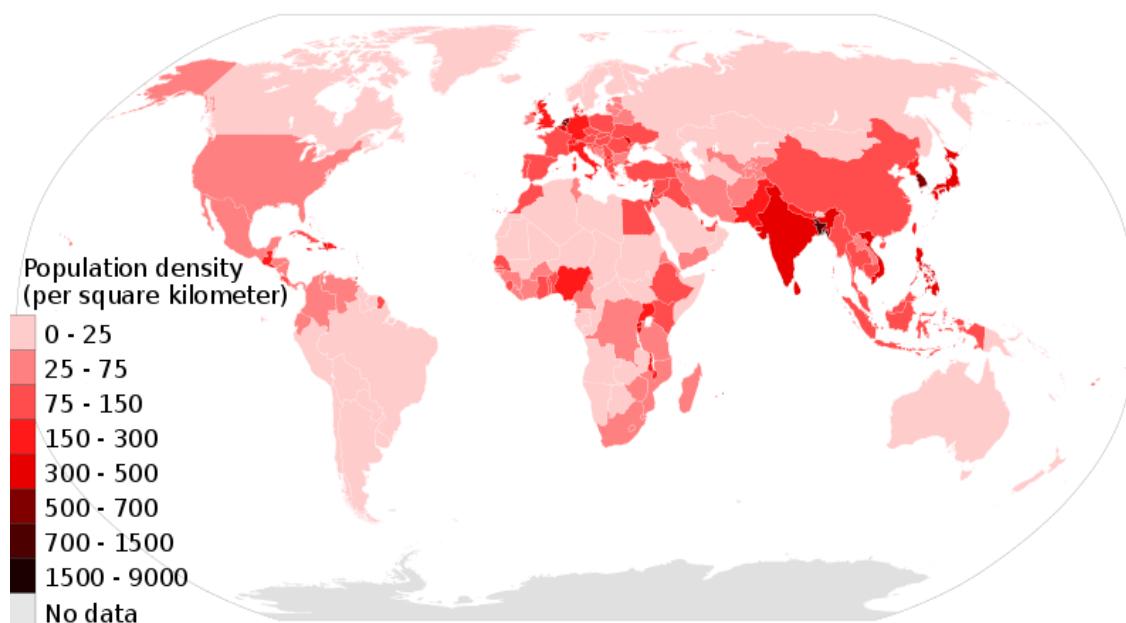
Figura 9 - Comparativo da densidade populacional australiana com outros países de áreas semelhantes e com a União Europeia.



Fonte: Banco Mundial, 2019.

¹²⁹ Durante os anos 90, o *Honest Act 1998* tornou compulsória a elaboração de um Relatório Intergeracional (IGR) a cada 5 anos, que deveria retratar as mudanças demográficas do país e as suas implicações financeiras, a partir de projeções populacionais, suposições sobre os níveis futuros de fertilidade, mortalidade e migração (McDonald, 2017, p.52).

Figura 10 - Mapa de densidade populacional.



Fonte: Welch & Lamensi, 2018.

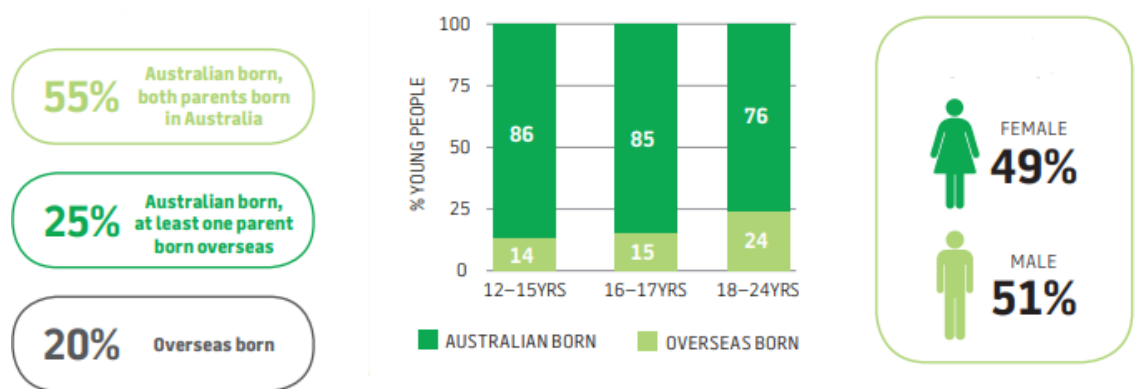
Segundo relatório da ABS (2018), espera-se que a população da Austrália continue a envelhecer. A idade mediana¹³⁰ que em 2017 era de 37.2 anos é esperada para aumentar para entre 39.5 e 43 anos em 2066. Além disso, no mesmo período, a população de 65 anos ou mais deve aumentar de 15% para 21% - 23%, e a de 85 anos ou mais de 2% para 3,6% - 4,4% (ABS, 2018).

Em resposta à problemática exposta, o relatório *Bright Futures*¹³¹ (VicHealth, 2017), mostra que os refugiados e migrantes já constituem uma elevada proporção da população jovem australiana, isto é, os trabalhadores de hoje e do amanhã. Além disso, o relatório indica que esse grupo de jovens nascidos no exterior não apresenta, ao contrário da preocupação de muitos, uma concentração elevada de homens, conforme se vê na figura a seguir.

¹³⁰ Idade a qual separa a população em dois grupos numericamente iguais, isto é, idade em relação a qual metade da população é mais nova e a outra metade é mais velha.

¹³¹ O relatório *Bright Futures*, elaborado em 2017, realizou consultoria com diversos especialistas para detalhar riscos e oportunidades para os jovens refugiados e migrantes em áreas como educação, mercado de trabalho, diversidade cultural e participação digital.

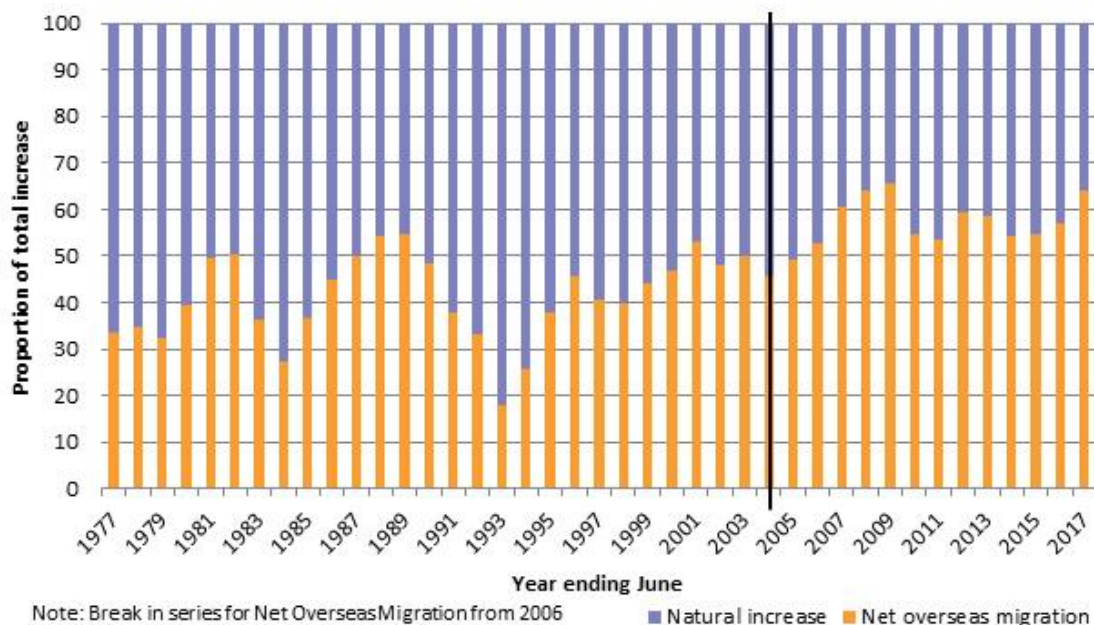
Figura 11 -Estatísticas referentes ao perfil de migrantes e refugiados jovens (até 24 anos) nascidos no exterior.



Fonte: VicHealth, 2017.

Essa importância da parcela de pessoas originalmente reassentadas como refugiadas ou migrantes é também expressa historicamente, como se pode ver na responsabilidade dessas pessoas no crescimento anual da população australiana desde 1977 (Figura 12). Vale notar ainda, que embora o crescimento natural da população esteja, a priori, fora do controle do governo, o mesmo não pode ser dito acerca do crescimento devido à refugiados e migrantes, ditado principalmente por políticas governamentais (Parliament of Australia, 2018).

Figura 12 - Responsabilidade das migrações no crescimento da população australiana.



Fonte: Simon-Davies, 2018.

Não obstante, os benefícios do assentamento de refugiados não são plenamente compreendidos pela população em geral, uma vez que esta valoriza posições ideológicas pré-concebidas (o medo da invasão pelo mar e o constructo de que os refugiados retiram os lugares dos imigrantes qualificados, por exemplo), os vultosos custos para o recebimento destes, além da linguagem depreciativa e tendenciosa que tantas vezes é utilizada para descrevê-los (Ver Tabela 4). Ademais, a contribuição que os refugiados agregam à Austrália, na maioria das vezes é descrita “em noções voláteis, como o aprimoramento do multiculturalismo e da diversidade cultural, e essa intangibilidade torna difícil demonstrar e articular as virtudes do seu assentamento” (Parson, 2013, p.1, tradução nossa).

Embora os argumentos legais e morais, que corroboram com a recepção dos refugiados, evoquem questões como lei, justiça, ética e valores humanitários, eles não são capazes de combater efetivamente sentimentos como a xenofobia ou a desinformação (Parson, 2013, p.2). Ocasionalmente, os políticos e a mídia vinculam a imagem dos requerentes de asilo muçulmanos que se valem de rotas marítimas a terroristas, gerando um clima misto de inimizade e alienação (Kabir, 2006, p.194).

Mesmo que os muçulmanos já habitem a Austrália há mais de 140 anos, apresentando uma maior expressividade numérica a partir de 1973 com a introdução de políticas multiculturais australianas, desde o 11 de setembro e da declarada “Guerra ao Terror”, esta comunidade torna-se um alvo de discriminação e preconceito ainda maior pela comunidade australiana, em virtude de sua cor, raça, etnia e religião, sendo percebidos por muitos enquanto inimigos violentos e terroristas¹³² (Kabir, 2006, p.193). Entretanto, conforme evidencia a *Pew Research Center*, a população muçulmana representa 2,2% do povo australiano¹³³, com potencial para projetar-se até 2050 como a segunda maior religião australiana (Islã), considerando um aumento demográfico da sua população em 1,4 milhões no decorrer dos anos. Tal velocidade de crescimento desta comunidade a transforma em um ativo precioso para a envelhecida população australiana.

¹³² A pesquisa do *International Centre for Muslim and non-Muslim Understanding*, da Universidade de *South Australia*, publicada em 2015, explica as percepções dos australianos sobre os muçulmanos, em particular os níveis de islamofobia (emoções negativas, discriminatórias e hostis em relação ao islamismo e aos muçulmanos), sentimentos de distância social e preocupação com o terrorismo na Austrália.

¹³³ Como os muçulmanos têm a maior taxa de fertilidade e a idade média mais jovem, a população muçulmana deve aumentar de 1,6 bilhão ou 23% da população mundial para 2,76 bilhões ou 30% de todas as pessoas em 2050. Ademais, os muçulmanos tendem a ser mais jovens que a população australiana como um todo, o que significa que uma grande proporção de muçulmanos está na faixa etária economicamente ativa. As mulheres muçulmanas também tendem a ter mais bebês do que a mulher australiana comum. (Hassan, 2015, pp.11-14)

No entanto, o que se nutre no imaginário dos cidadãos australianos é um medo da expansão da comunidade muçulmana no país. Vários estudos observaram que o *status* de migrante e a associação a grupos religiosos e culturais minoritários são fundamentais para entender as experiências desvantajosas que esta crescente subpopulação cultural experimenta na Austrália.

Todavia, evidências econômicas e demográficas conseguem desempenhar o papel de refutar tais ideologias enraizadas no preconceito. As comunidades de refugiados, assim como as dos migrantes, podem ajudar na reestruturação da força de trabalho, aumentar a oferta de mão de obra, acrescer a oferta e demanda, abrir novos mercados, reduzir a inflação de salários, fornecer economias de escala, permitir níveis mais altos de especialização, preencher nichos de empregos vazios, além de promover a mobilidade, flexibilidade, produtividade e inovação¹³⁴ (McDonald, 2017, p.55). Para mais, estimulam o mercado de trabalho no envelhecimento populacional e suas experiências pessoais podem ajudar a desenhar políticas, programas e serviços que ajudam a criar uma sociedade mais inclusiva e multicultural (VicHealth, 2017).

A contribuição dos refugiados na economia local também é explicitada em Hoppe (2014, p.173) que explica que contrariamente à crença de muitos críticos das políticas multiculturalistas, o argumento clássico em prol da migração livre demonstra que caso a população esteja abaixo do seu tamanho ótimo (o que se verifica claramente no caso australiano¹³⁵), um influxo de migrantes diminui apenas a taxa de salário nominal. No entanto, a produção se beneficiará de um aumento acima do proporcionalmente esperado, acarretando um aumento dos salários reais. Por outro lado, as restrições à migração acabam por ocasionar uma fuga de capitais para o exterior, acarretando, nesse caso, em uma redução de salários reais e dos padrões de vida (Hoppe, 2014, p.173).

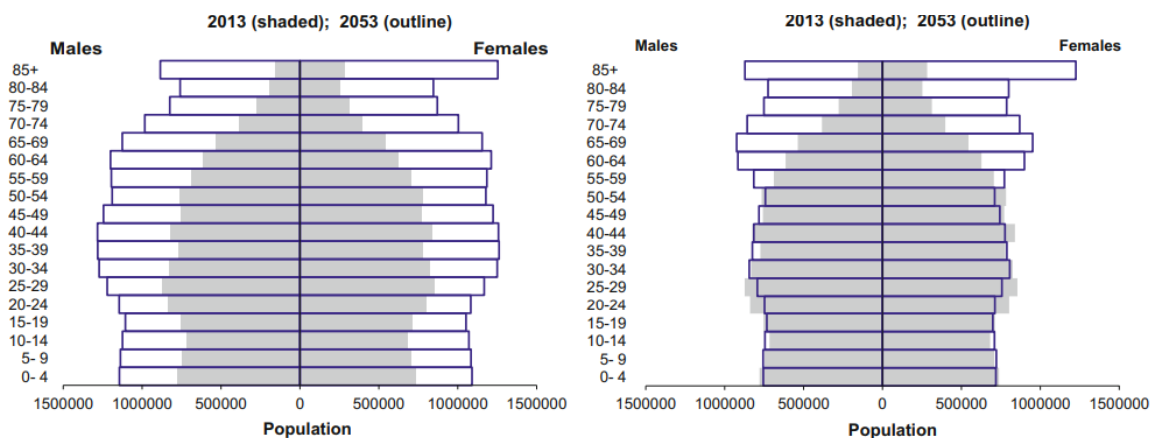
Dessa forma, as restrições migratórias, que são classificadas por Rothbard (2009, p.1093) como uma das formas que o estado encontra de conceder monopólios ou quase-monopólios de forma discreta, além de frequentemente se basearem em uma agenda xenófoba e preconceituosa, não servem nem aos interesses demográficos e nem aos

¹³⁴ De acordo com Parson (2013, p.4), a rotulação dos refugiados como ônus para a sociedade, deriva da crença de que essa contribuição é diminuída pelos benefícios sociais que estes recebem.

¹³⁵ Recorrendo a Hayek (2013), é possível perceber que o sistema de preços é a forma na qual o conhecimento é transmitido pela sociedade: da mesma maneira que baixos preços indicam um excesso de oferta ou uma reduzida demanda, preços elevados podem significar um excesso de demanda ou uma baixa oferta. Assim, visto que a Austrália apresenta um dos maiores salários mínimos, médios e reais nos rankings da OECD, podemos interpretar esse fato como um sinal de que o país é subpovoado, devido ao evidente sinal de que há uma demanda por mão de obra.

interesses econômicos australianos, o que acaba por caracterizar a resposta à Crise de Tampa como incongruente com situação do país. As ondas migratórias sempre foram essenciais para fornecer uma valiosa diversidade cultural à Austrália, ao passo que impulsionava o crescimento da população como um todo (O’Loughlin, 2017, p.4) e medidas que vão na contramão do multiculturalismo podem ser compreendidas como problemáticas. Um resumo desta discussão é ilustrado na figura abaixo, que apresenta a evolução (2013 – 2053) da atual pirâmide etária australianiana para o caso em que o país mantenha seus índices de imigração e para caso o país abolisse a imigração como um todo, respectivamente (O’Loughlin. & Kendig, 2017), evidenciando a importância de refugiados e migrantes no combate ao envelhecimento populacional.

Figura 13 - Evolução da pirâmide etária australianiana com migrantes e sem migrantes, respectivamente.



Fonte: O’Loughlin, K. & Kendig, H., 2017.

5. Considerações Finais

“I’m no prophet. My job is making windows where there were once walls”. Michel Foucault

O trabalho teve como objetivo elucidar como o governo de Howard transformou a questão das migrações internacionais forçadas, a partir do episódio do Tampa, em um problema de segurança nacional¹³⁶. Essa securitização do tema foi sendo construída paulatinamente, culminando com a elaboração da Solução do Pacífico, que concedia ao governo a autorização de deter e punir os requerentes de asilo que chegassem de barco, a quem a mídia e a comunidade australiana chamavam taxativamente de “*queue jumpers*” e “*boat people*”. Através de um discurso nacionalista e populista, o governo travava uma guerra pessoal contra estas pessoas indesejadas, que tinha como pano de fundo o cenário das eleições que se aproximavam. Esses não cidadãos passavam a ser desviados para centros de processamento *offshore* nas Ilhas do Pacífico, onde ficavam retidos até o pedido de asilo ser devidamente analisado. Todo este processo foi extremamente oneroso para a Austrália.

Fez-se notório que os padrões de securitização, domesticação e hipergovernança adotados pela Austrália na gestão dos requerentes de asilo, durante a coalizão Howard, estão embutidos em uma teia de práticas internacionais emergentes existentes nos países do Norte, que compartilham entre si objetos de segurança transnacionalizados, especialmente muçulmanos e refugiados. De acordo com Humphrey (2014, p.94) existe uma fronteira transnacional imaginária entre os países do Norte e do Sul, e a securitização das migrações acaba por representar uma estratégia¹³⁷ pela qual os estados do Norte são capazes de gerenciar os fluxos populacionais do Sul e simultaneamente policiar internamente o impacto da migração em suas próprias sociedades (Humphrey, 2014, p.94).

Percebe-se que durante a coalizão Howard, a securitização dos requerentes de asilo foi motivada por questões ideológicas e raciais. Os indivíduos muçulmanos¹³⁸

¹³⁶ Ver Tabelas 9 e 26.

¹³⁷ A estratégia consiste em uma forma de negociação e “às vezes envolve palavras; às vezes não. Como a negociação é mais do que qualquer coisa uma relação psicológica, é inevitavelmente propensa aos problemas da percepção etnocêntrica” (Booth, 1979, p.85, tradução nossa).

¹³⁸ A securitização “embora implementada nacionalmente, é o produto da harmonização transnacional de políticas e leis em torno do contraterrorismo, da imigração e da integração para administrar muçulmanos e

tornaram-se, assim, o principal foco para as medidas de vigilância, policiamento direcionado e para a criação de leis emergenciais antiterroristas¹³⁹, cujo objetivo político era propiciar um estado de exceção, que refletia concomitantemente o *status* de alerta terrorista e acarretava medo aos cidadãos australianos. A face interna do antiterrorismo na Austrália deu-se a partir de instrumentos legislativos e de intervenções políticas que sustentavam a “radicalização”, sendo esta responsável por produzir e legitimar intervenções autoritárias cada vez mais severas (Smith, 2018, p.93). Esta faceta antiterrorista e contra “*boat people*” foi determinante para reconstruir a imagem de Howard diante da opinião pública, uma vez que suas medidas contavam com o apoio massivo da população, que passava a associar cada vez mais, desde o emblemático 11 de setembro, estes requerentes de asilo com grupos terroristas.

O trabalho tornou perceptível que quando existe resistência em relação à entrada de um grupo particular de pessoas, busca-se no racionalismo ferramentas teóricas para justificar, promover e manter a harmonia e coesão social, que muitas vezes estão entrelaçadas ao racismo e nacionalismo, muito embora estes entrem em constante contradição com a retórica e as responsabilidades humanistas dos países democráticos¹⁴⁰. Para além disso, foi colocado em evidência o falacioso ato de legislar em benefício próprio, alertando para o fato que a lei é um conceito negativo e que a mesma não necessariamente é um sinônimo de justiça¹⁴¹, tipificando tal ato apenas como uma tentativa de legitimar suas ações perante seus eleitores.

No caso específico de Tampa, torna-se evidente através da análise dos discursos do Primeiro Ministro, que a Austrália introduziu políticas centradas no estado, priorizando a ideia de coesão nacional e medidas securitárias, em detrimento dos princípios do direito internacional e dos direitos humanos, porque visava uma agenda política própria, que incluía a pauta da reeleição.

O trabalho procurou mostrar ainda que a mídia foi fundamental para fortalecer esta imagem distorcida dos requerentes de asilo oriundos do mar, valendo-se de uma

o Islã como uma categoria de risco transnacional nos estados ocidentais” (Humphrey, 2014, p.87). O livro “*God under Howard*”, do escritor Maddox (2005), é uma excelente leitura para o aprofundamento do tema.

¹³⁹ De acordo com Humphrey (2014, p.87) depois do dia 11 de Setembro, o parlamento australiano introduziu, entre os anos de 2001 e 2007, 44 novas leis antiterroristas. Tais legislações acabam por corroborar com a existência de detenções sem julgamento prévio, desconsiderando o direito basilar da presunção da inocência, e criminalizam um certo grupo de pessoas em virtude de questões políticas, religiosas e ideológicas.

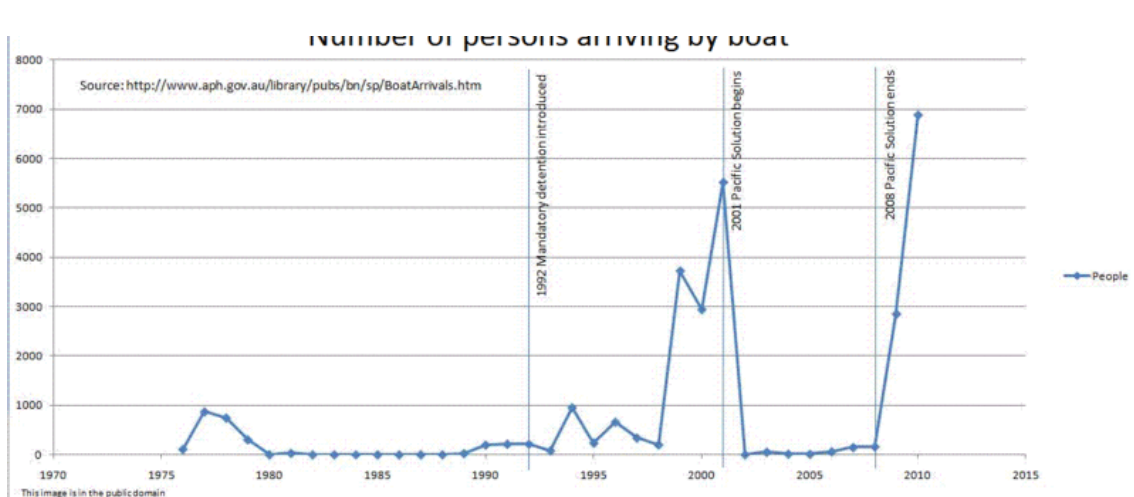
¹⁴⁰ Segal (1967, p.15) explica, através de uma abordagem crítica da globalização, que embora o discurso dos países “desenvolvidos” seja em prol da generosidade, democracia e direitos humanos, o que ocorre na prática é uma exploração do “mundo em desenvolvimento”, pelos estados globalizados ocidentais.

¹⁴¹ Conforme lecionado por Bastiat (2010) previamente.

retórica míope que constantemente associava a imagem destas pessoas a termos que sugeriam a sua ilegalidade, a imoralidade dos seus atos e que descaracterizava os seus rostos e as suas histórias pessoais ao rotulá-los como “*boat people*”. Tal influência da mídia comprovou-se absorvida e assimilada por boa parte da população, como evidenciou a Tabela 4.

Deste modo, nota-se que a “Solução Pacífica” foi proposta e desenhada para defender os interesses políticos da agenda nacionalista e racionalista de Howard, que objetivava emitir uma forte mensagem de dissuasão aos esperançosos requerentes de asilo não autorizados, que optavam por uma rota marítima. As mudanças legislativas, que contaram com a excisão de determinadas terras do território australiano foram feitas para impedir que a Ilha de *Christmas* e os outros territórios insulares nas suas redondezas, continuassem a ser destino para os requerentes de asilo oriundos da Indonésia, uma vez que este fluxo mostrava-se cada vez mais frequente com o passar dos anos. O parlamento australiano autorizou que estas partes do território estivessem fora da “zona de migração”, para impedir que as chegadas não autorizadas acessassem o regime de proteção de refugiados australiano. O meio de chegada na Austrália, pós caso de Tampa, dicotomizou o tipo de visto concedido pelo governo, passando a atrelá-lo às suas condições de entrada.

Figura 14 - Decréscimo das chegadas por barco durante a Solução Pacífica.



Fonte: Parliament of Australia, 2016.

Notou-se, portanto, que desde a Lei de Restrição à Imigração de 1901 até a Lei de Proteção de Fronteiras de 2001, o governo australiano foi construindo e nutrindo no imaginário dos seus nacionais a ideia de que os requerentes de asilo representam uma ameaça existencial à coesão nacional, muito embora a Austrália tentasse assumir uma postura cada vez mais multicultural. Vislumbrou-se assim a utilização constante de

discursos hostis, preconceituosos e que muitas vezes desumanizavam os solicitantes de asilo, que eram compartilhados socialmente e representavam uma grande parcela da comunidade australiana e seus governantes¹⁴².

Caso o governo e a mídia tivessem (re)tratado os requerentes de asilo com preocupações de cunho humanitárias, ao invés de enquadrá-los como uma ameaça ao *status quo*, um conjunto diferente de opções teriam emergido. Estes não seriam percebidos pela comunidade australiana como ameaças e não-cidadãos, mas sim como pessoas em sofrimento que almejavam hospitalidade e um tratamento mais digno. Caso isso tivesse ocorrido, a soberania e a segurança, assim como a reputação australiana nunca teriam sido constrangidas, e o mais importante: o sofrimento de muitos requerentes de asilo detidos em campos de detenção nas ilhas do Pacífico teria sido evitado.

Por fim, concluímos através de uma análise metódica dos discursos, que a sua resposta *ad hoc* à crise não pode ser vista como inesperada, uma vez que a linguagem utilizada para referir-se aos requerentes de asilo sempre valeu-se de muitos estereótipos e preconceitos, e que o ex-primeiro ministro já valia-se da associação intrínseca estabelecida pelo binômio lei-justiça, para justificar muitas de suas decisões políticas. Ademais, entende-se que esta resposta não foi apenas incoerente por descumprir os compromissos internacionais assumidos pelo país e a sua postura cada vez mais multicultural, mas também por ir na contramão de alguns problemas que começavam a tomar novas proporções na sociedade como um todo, visto que ficou demonstrada a importância demográfica e econômica dos refugiados para a Austrália.

¹⁴² Conferir as Tabelas 4, 18, 19 e 20.

6. Referências Bibliográficas

- ABC News (2017, 12 de outubro). “John Winston Howard: A Timeline”. *ABC News*. Disponível em: https://www.abc.net.au/news/2007-11-24/john-winston-howard-a-timeline/734318?fbclid=IwAR2bch-PRpleGvA1C6UX4eVaLDZujelRhg6TH_KGp-uSKmR93bGWX4pSFtE [acedido em 25 de setembro de 2019].
- ABS (2018). Population Projections, Australia. Disponível em: <https://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/mf/3222.0> [acedido em 27 de setembro de 2019].
- Adamson, F. (2011). Crossing Borders: International Migration and National Security. *International Security* 31(1), 165–199.
- Allen, C. (2004). Justifying Islamophobia: A post-9/11 consideration of the European Union and British contexts. *American Journal of Islamic Social Science* 1(3), 1–24.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Anderson, J. (2016). Implicit and explicit attitudes towards asylum seekers in Australia: Demographic and Ideological Correlates. *Australian Psychologist*, 1–11.
- Ang, I. & Startton, J. (1994). Multiculturalism in Crisis: The New Politics of Race and National Identity in Australia. *Topia* 2(1), 22–4
- Andreas, P. (2003). Redrawing the Line: Borders and Security in the Twenty-1st Century. *International Security* 28(2), 78–111.
- Anistia Internacional (2018). *Punishment not Protection: Australia’s Treatment of Refugees and Asylum Seekers in Papua New Guinea*. Londres: Anistia Internacional, 1–32.
- Augoustinos, M. & Reynolds, K. (2001). *Understanding Prejudice, Racism and Social Conflict*. London: Sage Publications.
- Australia Government (2018). *PM Transcripts from the Prime Minister of Australia*. Disponível em: <http://pmtranscripts.pmc.gov.au> [acedido em 29 de setembro de 2019].
- Balzacq, T. (2005). The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. *European Journal of International Relations*, 11(2), 171–201.
- Bastiat, F. (2010). *A Lei*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Beaumont, A. (2019, 22 de fevereiro). “2001 polls in review: September 11 influenced election outcome far more than Tampa incident”. *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/2001-polls-in-review-september->

[11-influenced-election-outcome-far-more-than-tampa-incident-112139](#)

[acedido em 25 de Setembro de 2019].

- Betts, A. (2009). *Forced Migration and Global Politics*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Bilgin, P. (2011). The politics of studying securitization? The Copenhagen School in Turkey. *Security Dialogue* 42(4-5), 399–412.
- Blackledge, A. (2012). “Discourse and power”. In Gee, J. & Handford, M. (Eds.), *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 616–627). New York: Routledge.
- Bleich, E. (2011). What is Islamophobia, and how much is there? Theorizing and measuring an emerging comparative concept. *American Behavioural Scientist*, 55 (1), 1581–1600.
- Bolger, D. (2016). *Race Politics: Australian Government Responses to Asylum Seekers and Refugees from White Australia to Tampa*. (Tese de doutoramento). Western Sydney University, Australia.
- Booth, K. (1991). Security and emancipation. *Review of International Studies*, 17(4), 313–326.
- Booth, K. (1979). *Strategy and ethnocentrism*. New York: Holmes & Meier Publisher, pp. 80–94.
- Boucher, L. (2009). “Trans/national history and disciplinary amnesia: historicising White Australia at two fins de siècles”. In Carey, J. and McLisky, C. (Eds.), *Creating White Australia* (pp.44-64). Sydney: Sydney University Press.
- Brandão, H. (2012). Analisando o discurso. *Museu da Língua Portuguesa*, 1–28.
- Bretell, C. (2015). “Theorizing Migration in Anthropology: The Cultural, Social, and Phenomenological Dimensions of Movement”. In Bretell, C. & Hollifield, J. (Eds.), *Migration Theory* (pp. 148–174). New York: Routledge.
- Browning, J. (2006). *States of Exclusion: Narratives from Australia’s Immigration Detention Centres, 1999-2003*. (Tese de doutoramento). Sydney: University of Technology Sydney.
- Buzan, B. & Wæver, O. (2003). *Regions and powers; the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B. (2003). “Regional Security Complex Theory in the Post-Cold War World”. In Fredrik Söderbaum, F. and Shaw, T. (Eds.), *Theories of New Regionalism* (pp. 141–159). New York: Palgrave Macmillan.
- Buzan, B., Wæver, O. & Wilde, J. (1998). *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Irene Pub.
- Camargo, J. F. (2011). *Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003*. 1ª ed. Curitiba: Juruá.
- Cartner, J. (2009). *Representing the refugee: Rhetoric, discourse and the public agenda*. (Tese de doutoramento). University of Notre Dame, Australia.

- Castles, S. (1996). "The racisms of globalisations". In Vasta, E. & Castles, S. (Eds.), *The Teeth Are Smiling: The Persistence of Racism in Multicultural Australia* (pp.17-45). St Leonards: NSW, Allen & Unwin.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Clifford, J (1997). *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cox, R. (1981). Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium* 10(1), 126–55.
- Croft, S. (2006). Images and Imaginings of Security. *International Relations*, 20(4), 387–391.
- Dantas, A. & Leite, A. (2015). A Análise do discurso como abordagem metodológica nas Relações Internacionais: a Influência do Discurso na Segurança Humana na Política Externa Japonesa. *Contexto Internacional*, 10(2), 163–180.
- Dauvergne, C. (2008). *Making people illegal: what globalization means for migration and law*. New York: Cambridge University Press, 2–18.
- Delgado, R. & Stefancic, J. (2001). *Critical Race Theory*. New York: New York University Press.
- Devetak, R. (2004). In Fear of Refugees: The Politics of Border Protection in Australia. *International Journal of Human Rights*, 8(1), 101–109.
- Dimasi, M. (2015). *Australia's Asylum Seeker Policy and Christmas Island*. Melbourne: Swinburne University of Technology, 98–123.
- Doherty, B. (2016, Agosto 9). "A short history of Nauru, Australia's dumping ground for refugees". *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/10/a-short-history-of-nauru-australias-dumping-ground-for-refugees> [acedido em 9 de Setembro de 2019].
- Dowty, A. & Loescher, G. (1996) Refugee Flows as Grounds for International Action. *International Security*, 21(1), 43–71.
- Dudgeon, P. & Wright M. (2010). "The social, cultural and historical context of Aboriginal and Torres Strait Islander Australians". In Australian Institute of Health and Welfare (Eds.), *Working Together: Aboriginal and Torres Strait islander mental health and wellbeing principles and practice* (pp. 25–42). Canberra: A.C.T.
- Dunn, K., Forrest, J. & Pe-Pua, R. (2009). Cities of race hatred? The spheres of racism and anti-racism in contemporary Australian cities. *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal* 1(1), 1–14
- Dunn, K. & Forrest, J. (2004). *Constructing racism in Australia*. Australian Journal of Social Issues 39(4), 409–430.
- Duque, M. (2009). O papel de síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*. 31(3), 459–501.

- Espírito Santo, P. (2011). A mensagem nas eleições presidenciais portuguesas: os cartazes e slogans entre 1976 e 2006. *Observatorio Journal*, 5(2),161–195.
- Fairclough, N. (2012). “Critical Discourse Analysis”. In Gee, J. & Handford, M. (Eds.). *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 9–20). New York: Routledge.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Fairclough, N. (1996). *Language and Power*. London: Longman.
- Fierke, K. (2017). Critical Theory, Security and Emancipation. *International Studies Association Compendium Project*, 1–22.
- Fonseca, P. & Ferreira, M. (2016). Paulo Portas e a legitimação discursiva das políticas de austeridade em Portugal. *Análise Social*, 221, 887–919
- Fonseca, P. & Ferreira, M. (2015). Through “seas never before sailed”: Portuguese government discursive legitimation strategies in a context of financial crisis”. *Discourse & Society*, 26(6), 682–711.
- Fox, P (2010). International Asylum and Boat People: The Tampa Affair and Australia's “Pacific Solution”. *Maryland Journal of International Law*, 25(1), 355–373.
- Fozdar, F. & Banki, S. (2017). Settling refugees in Australia: achievements and challenges. *International Journal of Migration and Border Studies*. 3(1), 43–66.
- Foucault, M. (2013). *A Ordem do Discurso*. 23ª ed. São Paulo: Loyola. pp. 5–74.
- Fraenkel, J. (2016). Australia’s Detention Centres on Manus Island and Nauru. *Journal of Pacific History*, 51(3), 278–285.
- Frizzera, G. (2013). Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança – uma abordagem construtivista. *Conjuntura Global*, 2(2), 59–63.
- Fukuyama, F. (2004). *Elementos ausentes en la estatalidad*. In. La Construcción del Estado: hacía un nuevo orden mundial en el siglo XXI (pp. 15–32). Barcelona: Ediciones B. Grupo Zeta.
- Gale, P. (2005). *The Politics Of Fear: Lighting The Wik*. New South Wales: Pearson Education, pp. 1-182.
- Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gelber, K. (2001). A Fair Queue? Australian Public Discourse on Refugees and Immigration. *Journal of Australian Studies*, 19-26.
- Gilroy, P. (1993). *The Black Atlantic, Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.
- Gittins, R. (2003, Agosto 20). “Honest John’s migrant twostep”. *The Age*. Disponível em: https://www.theage.com.au/business/the-economy/honest-johns-migrant-twostep-20030820-gdw7wr.html?fbclid=IwAR3P_3E54n_Ir0ChfjViuRa1RMGpEelME4AuqvVBq0AJNBtcnL-fGCbNwgU [acedido em 9 de Setembro de 2019].

- Gomes, A. (2011). Análise de Discurso e Relações Internacionais. *Revista Política Hoje*, 20(2), 642-675.
- Goodwin-Gill, G. (2008). *Forced Migration, Human Rights and Security*. Oxford: Hart Publishing, pp. 1-18.
- Goodwin-Gill, G. (2003). Refugees and responsibility in the twenty first century: more lessons learned from the South Pacific. *Pacific Rim Law & Policy Journal Association*, 12(1), 23-47.
- Gregolin, M. (1995). A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. *Alfa São Paulo*, 39(1), 13–21.
- Hage, G. (1998). *White Nation: Fantasies of White Supremacy in a Multicultural Society*. Sydney: Pluto Press.
- Hall, S. (2003). *Representation*. London: Sage Publications, pp. 13-78.
- Hassan, R.; Martin, B. (2015). *Islamophobia, social distance and fear of terrorism in Australia*. (tese de doutoramento). University of South Australia, Australia. Disponível em: https://www.unisa.edu.au/siteassets/episerver-6-files/global/eass/mnm/publications/islamophobia_report.pdf [acedido em 1 de Setembro de 2019].
- Hassan, R. (2015). *Australian Muslims: A demographic, social and economic profile of muslims in australia 2015*. Adelaide: International Centre for Muslim and non-Muslim Understanding.
- Hayek, F. (2013). O Uso do Conhecimento na Sociedade. *Instituto Ludwig von Mises Brasil*, 1-10.
- Hollifield, J. & Wong, T. (2015). “The Politics of International Migration: How Can We Bring The State Back In?”. In Brettell, C. & Hollifield, J. (Eds.), *Migration Theory: Talking Across Disciplines* (pp.227–289). New York: Routledge.
- Hoppe, H. (2014). *Democracia: O Deus que falhou*. São Paulo: Instituto Mises Brasil.
- Humphrey, M. (2014). Securitization of Migration: an Australian case study of global trends. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, 15(6), 83–98.
- Jackson, R. (2007). *Regime Security*. In: A. Collins (Ed.), *Contemporary Security Studies* (pp.146–163). Oxford: Oxford University Press.
- Jakubowicz, A. (2016). Once Upon a Time in... ethnocratic Australia: migration, refugees, diversity and contested discourses of inclusion and exclusion. *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, 8(3), 144–167.
- Johnston, V. (2009). Australian asylum policies: have they violated the right to health of asylum seekers?. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 33(1), 40–46.
- Kabir, N. (2006). Muslims in a ‘White Australia’: Colour or Religion? *Immigrants & Minorities*, 24(2), 193-223.

- Kabir, N. (2007). Muslims in Australia: The Double Edge of Terrorism. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33(8), 1277-1297.
- Kazharski, K. & Tabosa, C. (2018). “New patterns of securitization in Central and Eastern Europe”. In Turcsányi, R. and Vorotnyuk, M. (Eds.), *Theorizing Security in the Eastern European in the Eastern Neighbourhood: issues and approaches* (pp. 60–82). Vistka: Stratpol.
- Kindborg, J. (2014). *Australia’s securitization of boat refugees: a critical discourse analysis of the Australian Migration Act*. Human Rights Studies (dissertação de mestrado). Lund University, Australia, pp. 1–33.
- Klein, N. (2014). Australia’s Push Back the Boats Policy under International Law: Legality and Accountability for Maritime Interceptions of Irregular Migrants. *Melbourne Journal of International Law*, 15(1), 1–29.
- Klocker, N.; Dunn, K. (2003). Who is driving the asylum debate? Newspaper and government representations of asylum seekers. *Media International Australia incorporating Culture and Policy*, 109(1), 71–92
- Krasner, S. (1999). *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton University Press.
- Macintyre, S. (2009). *A concise history of Australia*. Sydney: Cambridge University Press, pp. 1–15.
- Maddox, M. (2005). *God under Howard: the rise of the religious right in Australian politics*. Adelaide: Griffin Press, pp. 166–295.
- Mares, P. (2003). “Media Images of refugees and asylum Seekers”. In Newman, E. and van Selm, J. (Eds.). *Refugees and forced displacement: International security, human vulnerability, and the state* (pp.330–348). Tokyo: United Nations University.
- Mathews, K. (2018). *The Securitization of Asylum in Australia: delineating endogenous and exogenous causes*. (tese de doutoramento). The University of Western Australia, Australia.
- Mathiesen, K. (2015, 19 de março). “Even God can’t help you here: Nauru refugee describe a life devoid of hope”. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/mar/19/even-god-cant-help-you-here-nauru-refugees-describe-a-life-devoid-of-hope> [acedido em 2 de Junho de 2019].
- McAdam, J.; Chong, F. (2014). *Refugee: Why Seeking Asylum is Legal and Australia’s Policies are Not*. Sydney: University of New South Wales, pp. 1–186.
- McDonald, P. (2017). “Population Ageing: A Demographic Perspective”. In O’Loughlin, K. & Kendig, H. (Eds.). *Ageing in Australia: Challenges and Opportunities* (pp. 47–61). New York: Springer Science+Business Media LLC.
- McGowan, M. (2019, 30 de maio). “Where does the Coalition’s re-election leave refugees on Manus and Nauru”. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2019/may/31/where-does-the->

- [coalitions-re-election-leave-refugees-on-manus-and-nauru](#) [acedido em 1 de Junho de 2019].
- Mendes, P. (2012). A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século. O desafio do construtivismo. *Relações Internacionais*. 36 (1), 105–118. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400008 [acedido em 2 de julho de 2019].
- Metcalf, L. (2013). The impact of “White Australia” on the development of Australian national identity in the period between 1880 and 1914. *History Initiates* 1(1), pp. 2–9. Disponível em: https://www.mq.edu.au/about_us/faculties_and_departments/faculty_of_arts/mhpir/current_students/history_initiates/history_initiates_journals/vol_i_no_i_march_2013/ [acedido em 14 de Setembro de 2019].
- Morais, A. & Neves, I. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 75–104.
- Musumeci, M. (2011). Linguística e Relações Internacionais: muito além do ato de linguagem securitizador. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralin*, pp. 3261–3272.
- Nayeri, D. (2017, 8 de abril). “The Ungrateful refugee: we have no debt to repay”. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/apr/04/dina-nayeri-ungrateful-refugee> [acedido em 2 de Junho de 2019].
- Newman, E. (2003). “Refugees, Security, and Vulnerability”. In Newman, E. and van Selm, J. (Eds.). *Refugees and forced displacement: International security, human vulnerability, and the state* (pp. 3–30). Tokyo: United Nations University.
- Nicolacopoulos, T. & Vassilacopoulos, G. (2004). “Racism, foreigner communities and the ontopathology of white Australian subjectivity”, in A Moreton Robinson (2004). Sydney: Aboriginal Studies Press.
- Nock, A. (1929). *On Doing the Right Thing, and Other Essays*. New York: Harper and Bros.
- O’Doherty, K. & Lecouteur, A. (2007). “Asylum seekers”, “boat people” and “illegal immigrants”: Social categorisation in the media. *Australian Journal of Psychology*, 59(1), 1–12.
- O’Dowd, M. (2011). Australian Identity, History and Belonging: The Influence of White Australian Identity on Racism and the Non-acceptance of the History of Colonisation of Indigenous Australians. *International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*, 10(6), 29–44.
- O’Keeffe, A. (2012). “Media and discourse analysis” in Gee, J. & Handford, M. (2012). *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. New York: Routledge, pp. 441–454.

- O'Loughlin, K., Kendig, H. & Browning, C. (2017). "Challenges and Opportunities for an Ageing Australia" in O'Loughlin, K. & Kendig, H. (2017). *Ageing in Australia: Challenges and Opportunities*. New York: Springer Science+Business Media LLC, pp. 1–12.
- Onuf, N. (2002). "Words of Our Making: The Strange Career of Constructivism in International Relations". In Donald, J. (Ed.). *Visions of International Relations: Accessing an Academic Field* (pp. 119–141). Columbia: University of South Carolina Press.
- Ozdowski, S. (2016). Australia: Immigration and Multiculturalism. *Krakowskie Studia Międzynarodowe*, 4 (1), 175-248.
- Pacífico, A. (2008). *O capital social dos refugiados: bagagem cultural versus políticas públicas* (tese de doutoramento). PUC-SP, Brasil.
- Parker, S. (2015). Unwanted invaders: The representation of refugees and asylum seekers in the UK and Australian print media. *Myth and Nation*, 23(1), 1-21.
- Pêcheux, M. (1997). O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Pontes.
- Phillips, J. (2012). *The "Pacific Solution" revisited: a statistical guide to the asylum seeker caseloads on Nauru and Manus Island*. Parliament of Australia: Department of the Parliamentary Library. Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/BN/2012-2013/PacificSolution [acedido em 7 de Setembro de 2019].
- Phillips, J. & Spinks, H. (2012). *Immigration detention in Australia*. Parliament of Australia: Department of the Parliamentary Library. Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/BN/2012-2013/Detention#_ftn28 [acedido em 25 de Setembro de 2019].
- Pêcheux, M. (1990) "Apresentação da AAD". In: Gadet, F. & Hak, H. (Eds), Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux). Campinas: Pontes.
- Pilger, J. (1994). Blood On The Hands of the Mates. *New Statesman & Society*, 293 (7), p. 8.
- Pinto, C. (2006). Elementos para uma análise de discurso político. *BarBarói*, 24(1), 78–109.
- Radermacher, H. & Feldman, S. (2017). "Cultural Diversity, Health and Ageing" in O'Loughlin, K. & Kendig, H. (2017). *Ageing in Australia: Challenges and Opportunities*. New York: Springer Science+Business Media LLC, pp. 83–102.
- Ramanathan, R. & Hoon, T. (2016). Application of Critical Discourse Analysis in Media Discourse Studies. *The Southeast Asian Journal of English Language Studies*, 21(2), 57–68.
- Reis, S. (2013). *O Smart Power da Austrália nas Ilhas do Pacífico: 2000-2012*. (dissertação de Mestrado em Estratégia). ISCSP-UTL, Portugal.

- Ross, M. (2012, 23 de junho). “Calling Australia home: refugees share their stories”. *ABC News*. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2012-06-22/refugee-week-profiles/4036618> [acedido em 1 de Junho de 2019].
- Rothbard, M. (2012). *A Anatomia do Estado*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Rothbard, M. (2009). *Man, Economy, and State with Power and Market*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, Scholar’s Edition.
- Saraiva, M. (2017). A securitização da crise dos refugiados na Europa. Implicações para o complexo de regimes sobre migrações internacionais. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, 13(1), 43–60.
- Sawrikar, P.& Katz, I. (2010). “Only white people can be racist?” What does Power have to with prejudice?. *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, 2(1), 80–98.
- Schmeidl, S. (2003). “The early warning of forced migration: State or human security?”. In Newman, E. and van Selm, J. (Eds.), *Refugees and forced displacement: International security, human vulnerability, and the state*. Tokyo: United Nations University, pp. 130–155.
- Segal, R. (1967). *The race war: the world-wide conflict of races*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Silva, E. & Gonçalves, C. (2017). *Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações*. Cad. EBAPE.BR, 15(1), 1–20.
- Simon-Davies (2018). Population and migration statistics in Australia: statistics and mapping section. *Parliamentary Library Research Paper Series of Australia 2018-2019*. Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp/rp1819/Quick_Guides/PopulationStatistics [acedido em 28 de setembro de 2019].
- Sivanandan, A. (2006). *Race, terror and civil society*. *Race & Class*, 47(3), 1–8.
- Silva, E. & Menezes, E. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação*. Florianópolis: UFSC.
- Sjobrend, L. (2004) *The Reporting of the Tampa Incident in Australian and Norwegian Newspapers* (Tese de doutoramento). Edith Cowan University, Australia.
- Smith, C. (2018). Race and the logic of radicalisation under neoliberalism. *Journal of Sociology*, 54(1), 92–107.
- Stats, K. (2015). We Will Decide: Refugee and Asylum Policy During the Howard Era Before Tampa. *Australian Studies*, 7, 1–25.
- Suhrke, A. (2003). “Human Security and the protection of refugees”. In Newman, E. and van Selm, J. (Eds.), *Refugees and forced displacement: International security, human vulnerability, and the state* (pp. 93–108). Tokyo: United Nations University.

- Terrenas, J. (2015). *Beyond War and Peace: an inquiry into the possibilities and political significance of collaboration among critical security theories*. (Dissertação de mestrado em Estudos de Segurança Internacional). Aberystwyth University, UK.
- The Sydney Morning Herald. (2004, 24 de maio). “Most Nauru refugees to be resettled”. *The Sydney Morning Herald*. Disponível em: https://www.smh.com.au/politics/federal/most-nauru-refugees-to-be-resettled-20040524-gdizd0.html?fbclid=IwAR3oYi8-2GegOHPf88xBWzdK0pnVy5lMdo_HTHIL2n54UgkRjs5ImM5C48Q [acedido em 8 de Agosto de 2019].
- Tickner, A. & Wæver, O. (2009). *Global Scholarship in International Relations: Worlding Beyond the West*. London: Routledge, 328–341.
- Tilio, R. (2010). Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. *e-escrita*, 6(2), 86-102.
- Van Selm, J. (2003). “Refugee Protection Policies and Security Issues”. pp. 66-92. In Newman, E. and van Selm, J. (Eds.), *Refugees and forced displacement: International security, human vulnerability, and the state* (pp. 330–348). Tokyo: United Nations University.
- Vasefi, S. (2019, 31 de maio). “A new cage: come to Australia from Nauru has failed to free refugee women”. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/may/31/a-new-cage-coming-to-australia-from-nauru-has-failed-to-free-refugee-women> [acedido em 1 de Junho de 2019].
- VicHealth, Data61, CSIRO & MYAN (2017). *Bright Futures: Spotlight on the wellbeing of young people from refugee and migrant backgrounds*. Melbourne: Victorian Health Promotion Foundation.
- von Mises, L. (2010). *Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Vulliamy, E. & Barnett, A. (1999, 19 de setembro). “US trained butchers of Timor”. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/1999/sep/19/indonesia.easttimor1> [acedido em 26 de Setembro de 2019].
- Walt, S. (1998). International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, 110 (1), 29–46.
- Ward, I. (2002). The Tampa, wedge politics and political journalism. *Australian Journalism Review*, 24 (1), 21–39.
- Watson, S. (2009). *The securitization of humanitarian migration: digging moats and sinking boats*. New York: Routledge.
- Wright, B. (2014). *Asylum Seekers and Australian Politics, 1996-2007* (tese de doutoramento). University of Adelaide, Australia.
- Yongtao, L. (2010). Discourse, Meanings and IR Studies: Taking the Rhetoric of “Axis of Evil” As a Case. *Confines*, 85–107.

Young, G. (2000, 26 de setembro). “Howard Behing in Polls and Issues for 2001 campaign” Disponível em: <https://www.smh.com.au/politics/federal/most-nauru-refugees-to-be-resettled-20040524-gdizd0.html> [acesso em 26 de Setembro de 2019].

Zehfuss, M. (2002). *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality (Cambridge Studies in International Relations)*. Cambridge: Cambridge University Press.

7. Apêndice

Apêndice A – Tabelas refletindo as chegadas não autorizadas e os custos de manutenção dos centros de detenção *offshore*.

Tabela 27 - Custos para a manutenção dos centros de detenção entre 2001-2006.

Centros de Detenção Offshore	Custo				
	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006
Nauru	48,5	45	33,5	34,4	23,7
PNG (Manus)	29,4	20,6	6,2	1,8	2,2

Fonte: Elaboração da autora com base no relatório da Oxfam Australia¹⁴³, 2007.

Tabela 28 - Fluxo dos Requerentes de Asilo entre 1997-2007.

Fluxo de requerentes de asilo (via marítima)	
Ano	Número de chegadas
1997-1998	157
1998-1999	926
1999-2000	4175
2000-2001	4137
2001-2002	3649
2002-2003	0
2003-2004	82
2004-2005	0
2005-2006	50
2006-2007	94

Fonte: Elaboração da autora com base no relatório da Oxfam Australia, 2007.

¹⁴³ O relatório chama-se “A Price too high: the cost of Australia’s approach to asylum seekers” dos autores Kazimierz Bem, Nina Field, Nic Maclellan, Sarah Meyer, Tony Morris.

Apêndice B – Tabelas contendo Análise Crítica do Discurso de diversos pronunciamentos do Primeiro Ministro John Howard.

A fim de se compreender como a aceitação dos requerentes de asilo e refugiados na Austrália mudou com o incidente do MV Tampa, são analisados os seguintes discursos:

Discurso 1 – Entrevista concedida pelo Primeiro Ministro John Howard a Tracy Grimshaw no *The Today Show* no dia 30/08/2001.

Discurso 2 – Entrevista concedida pelo Primeiro Ministro John Howard a Neil Mitchell na *Radio 3AW*, Melbourne, no dia 31/08/2001.

Discurso 3 – Coletiva de imprensa concedida pelo Primeiro Ministro John Howard em Melbourne no dia 03/09/2001.

Discurso 4 – Discurso proferido pelo Primeiro Ministro John Howard na campanha federal do Partido Liberal em Sydney no dia 28/10/2001.

Tabela 29 - Discurso 1.

Mensagem	Exemplos Discursivos	Interpretação e Explicação do Discurso
A Austrália está cuidando dos requerentes de asilo	"we've had an Australian Defence Force doctor examine the medical condition of these people"	Tranquilização da parcela da população que demonstra mais empatia pelos requerentes de asilo, assegurando que o governo está fazendo o possível por eles.
	"those claims, certainly in relation to health, have been proved to be wrong"	
	"The Australian Defence Force doctor disputed those claims. He told his Commanding Officer, who in turn told me, that there were no cases on board the vessel requiring medical evacuation"	
	"He said none of those require medical evacuation. He's also said there is enough medicines and medical supplies on the vessel to look after the people"	
A Austrália está atuando conforme a lei	"So the very basis that was telegraphed around the world for what the Captain did, in other words, the health emergency, was demonstrated by the inspection of an Australian Army doctor not to be correct"	Garantia de que todo o procedimento legal e jurídico estar a ser respeitado, como forma de legitimar as atitudes tomadas.
	"everything we've done to date has been perfectly legal and we naturally will continue to act in accordance with the law"	
	"everything we've done has been, on our advice, quite legal and everything we do in the future will be quite legal"	
Os direitos soberanos da Austrália devem ser respeitados	"The legal position is that a ship is not entitled to remain in Australian territorial waters without our permission"	Argumentar de que é apenas razoável que se respeitem os direitos da Austrália, já que ela está a agir sempre dentro da lei.
	"I understand his position but the world has got to understand Australia's position"	
	"it's about the right of Australia to control the flow of people coming to this country"	
	"what we are determined to do is to defend the right of this country to control its borders"	
Howard: "Apenas estou fazendo o meu trabalho"	"there has to be a resolution that respects the right of Australia to control who comes to this country"	Mostrar que está apenas a exercer sua função como representante australiano e a tomar responsabilidade.
	"I'm not just speaking for myself, I mean, I am speaking for a government"	
	"ultimately my responsibility is to the welfare and the best interests of the Australian people and the national interest clearly requires us to defend the integrity of our borders"	
A Austrália tem total controle da situação	"I feel sorry for the Captain but I've got a responsibility to the Australian people and I've got to deal with the facts"	Uso de frases breves e contundentes para demonstrar confiança e segurança nas ações tomadas.
	"No, I'm not - (Answering 'you are not going to buckle today and allow these people in, is that what you're saying?')"	
	"we are resolved to maintain our course"	
	"the SAS effectively are controlling the ship"	
A Indonésia deve assumir responsabilidade	"we have taken a view that we're not going to permit this vessel to land in Australia and the people on that vessel to be landed in Australia"	Coloca parcela da culpa na Indonésia e enfatiza que a Austrália está fazendo a sua parte.
	"what we would like to happen with Indonesia is for her to discuss with us a medium to long-term solution to the whole problem of the boat people"	
	"we are pressing the Indonesians as much as we can because it's not just the Tampa, although there are special circumstances surrounding the Tampa"	
A situação é especial e atípica e exige leis fortes	"we have been trying for months to enlist the cooperation of Indonesia in relation to the exiting of people and the use of Indonesia as a transit point but thus far they have been unwilling to cooperate"	Tentar convencer os receptores acerca da complexidade da situação a fim de justificar as ações tomadas e a forma como elas foram postas em prática.
	"Well, Tracy, it's not as easy as that. I mean, really, if there were an immediate resolution simply to be obtained by picking up a phone then I would have done it 48 hours ago but life isn't as simple as that"	
	"you've got to understand that this is a situation that has its own special circumstances but it is also part of a wider pattern"	
	"the facts are that if this country continues to be seen as a soft option around the world as a country of destination this problem is going to magnify"	
	"this country is seen because of the relative weakness of its laws and we've been trying to get stronger laws through the Parliament now for quite a while, it is seen as an easier destination than many other countries"	
	"There is a longer term problem of this rising number of people who believe it is easy to come to Australia and certainly once you get here it's much easier to stay than in many other countries"	

Tabela 30 - Discurso 2 – Parte 1.

Mensagem	Exemplos Discursivos	Interpretação e Explicação do Discurso
A Austrália é um país muito generoso e cuida muito bem dos seus refugiados	<p>"My starting point for that strong position is that this country is the second most generous in the world after Canada in taking refugees"</p> <p>"I totally reject some of the international criticism that we are inhumane"</p> <p>"Some of that criticism is coming from countries and from people who are far less generous in taking refugees than is Australia"</p> <p>"On a per capita basis Australia takes more refugees than any country other than Canada. And we will continue to do that"</p> <p>"Australians have looked into their hearts far more genuinely than many other countries"</p> <p>"And I repeat, apart from Canada we take more refugees per capita than any country in the world"</p> <p>"So I say to our critics, we are humane, we are a country that has looked into our hearts"</p> <p>"We have a long tradition of taking refugees and that tradition will be maintained"</p> <p>"the second most generous burden sharing contribution in the world is made by Australia"</p> <p>"they feel that this country's generosity has been taken advantage of"</p> <p>"I think any country that accuses Australia of lacking warmth or accuses Australia of inhumanity over this issue is being wrong and unfair and hypocritical"</p> <p>"we're the second most generous country in the world"</p> <p>"we've had an incredibly generous record and we'll continue to be a generous country"</p>	Mensagem reconfortadora tanto para os simpatizantes quanto para os antagonistas das medidas adotadas, que tem como principal objetivo assegurar que não existe fundamento para julgar a Austrália como país desumano.
A Austrália está cuidando dos requerentes de asilo	<p>"We have provided a number of comforts and additional things, food, water, a good supply of medicines"</p> <p>"we're doing everything we can to make their conditions as bearable as possible"</p> <p>"we have obviously relieved their position a lot"</p>	Tranquilização da parcela da população que demonstra mais empatia pelos requerentes de asilo, assegurando que o governo está fazendo o possível por eles.
Os direitos soberanos da Austrália devem ser respeitados	<p>"they don't have any right to be in Australia"</p> <p>"that's generally accepted that they don't have any legal right to be in Australia"</p> <p>"The other one [priority] is to protect Australia's borders and to defend our right to decide who comes to this country and in what circumstance"</p> <p>"that demonstrates a point about the assertion of our sovereignty over our territorial sea line or territorial seas"</p> <p>"the issue of border control is at stake"</p> <p>"what we are doing with this not only is to deal with a practical situation but also through it to send firmly, politely but firmly to the world and those involved in this"</p> <p>"we are not a country of easy destination and we will within the law and in a humane way take steps to protect our borders"</p>	Argumentar de que é apenas razoável que se respeitem os direitos da Austrália, já que ela está a agir sempre dentro da lei.
Os requerentes de asilo ilegais tomam o lugar daqueles que já foram avaliados e têm mais mérito.	<p>"They are displacing people who's claims for refugee status are more meritorious than are theirs"</p> <p>"it is not fair either to all of those other people who want to come here and whose claims are judged by the United National High Commission for Refugees as being more meritorious"</p> <p>"Every person who comes here illegally keeps somebody else out. And that is a humanitarian consideration"</p> <p>"Some of the conditions in which refugees with more meritorious claims are living in refugee camps around the world are pitiful"</p> <p>"we are a warm hearted humane country but we want to make sure our warm hearts and our humanity are both extended to the most meritorious refugee cases in the world"</p> <p>"we want to take those most necessitous refugee cases and we are prepared to shoulder our burden"</p> <p>"You can't have people pushing their way to the front of the queue particularly based on a capacity to buy their passage to this country"</p>	Começa a inserir a ideia de que os requerentes de asilo que chegam pela via marítima sem processamento prévio são na verdade furadores de fila e que estes tentam roubar o lugar de requerentes de asilo mais merecedores do status de refugiado.

Tabela 31 - Discurso 2 – Parte 2.

Mensagem	Exemplos Discursivos	Interpretação e Explicação do Discurso
A raça ou a origem dos requerentes de asilo é irrelevante	"we will always take a share of refugees, wherever they come from and irrespective of their race" "there is no element of racism because we take people from every where in the world" "If they have a case and up to the limit of our quota, I don't mind where they come from, I don't mind what their religion is, or if they have no religion" "anybody who's using this issue to attack people of Middle Eastern origin and so forth, I repudiate that utterly" "It would be the same irrespective of where these people came from"	Negação completa e até mesmo demonstração de repúdio pelas classificações de suas atitudes como racistas ou discriminatórias.
A Indonésia deve assumir responsabilidade	"Indonesia doesn't want to have them back" "it's fairly easy for people to move through certain countries and that is the problem" "they came through Indonesia" "it's very easy for people to leave those countries and go to countries like Malaysia and Indonesia"	Coloca parcela da culpa na Indonésia e enfatiza que a Austrália está fazendo a sua parte.
Howard: "Apenas estou fazendo o meu trabalho"	"I have a responsibility to the Australian nation to protect our national interest and our national interest is not served by the view being accepted around the world that people can come here willy-nilly" "I'm not going to abandon the responsibility I have to the national interest"	Mostrar que está apenas a exercer sua função como representante australiano e a tomar responsabilidade.
A Austrália tem total controle da situação	"No I won't" - Answering to "will John Howard back down?" "we do have to take a position in relation to these people that says we're just not going to go on accepting a situation where for practical purposes Australia is seen as a country of easy destination even if you do not have a genuine refugee claim" "Our position is that they should not be allowed to land in Australia" "Yes." - Answering to "Does the instruction for the Tampa to leave Australian waters still stand?" "that country can't be Australia"	Uso de frases breves e contundentes para demonstrar confiança e segurança nas ações tomadas.
A Austrália não pode hospedar imigrantes ilegais	"I believe that it is in Australia's national interest that we draw a line on what is increasingly becoming an uncontrollable number of illegal arrivals in this country" "we are not willing unconditionally to take people who arrive here illegally" "we are not willing to go along with a situation where we continue to have to accept increasing numbers of illegal immigrants"	Os requerentes de asilo são classificados como ilegais e seu número é descrito como incontrolável e crescente, em uma tentativa de assustar a população australiana.
Os requerentes de asilo devem ser processados e avaliados adequadamente... Em outro lugar!	"the key thing is that they have to be processed, they have to be assessed, they have to have their claims for refugee and asylum status assessed" "we cannot have a situation where people can opt to come to this country without going through some kind of refugee assessment" "what is needed is an arrangement for the people to be taken somewhere and processed and having their refugee status determined" "people have got to have their claims to come to this country assessed on merit"	Constantes afirmações de que refugiados precisam ser avaliados, com o intuito de fixar o fato que os requerentes de asilo em questão não o foram.
"Surfando na onda" da popularidade	"You've got, Prime Minister, overwhelming support from the Australian people at this stage" - Mitchell "No." - Answering to "Did you, when you were making decisions at any stage, give consideration to the political benefits involved?" "I don't think there's any question you are now probably immensely more popular than you were a week ago" - Mitchell "I think you are the most intelligent Prime Minister we've ever had. I support you and keep up the good work, and I pray for you to make the right decision which you are making at the moment. Make them go back and come back the right way like we did." - Linda, a caller	Embora o Primeiro Ministro negue que suas atitudes tenham motivações políticas, fica claro o apoio de boa parte da população, conforme notado pelo próprio entrevistador.
A situação é especial e atípica	"these things are never resolved tomorrow. They always take a while" "it is clear to me that it will not be resolved immediately" "the great bulk of people around the world who have some experience of these things will understand the dilemma which is faced by Australia"	Tentar convencer os receptores acerca da complexidade da situação a fim de justificar as ações tomadas e a forma como elas foram postas em prática.

Tabela 32 - Discurso 3 – Parte 1.

Mensagem	Exemplos Discursivos	Interpretação e Explicação do Discurso
A Austrália é um país muito generoso e cuida muito bem dos seus refugiados	"I'm just making the obvious point that it's open to Australia to continue to be generous to pacific island states with aid and assistance and we have been in the past and there's no reason why we can't be even more so in the future"	Mensagem reconfortadora tanto para os simpatizantes quanto para os antagonistas das medidas adotadas, que tem como principal objetivo assegurar que não existe fundamento para julgar a Austrália como país desumano.
	"I have to say again that Australia takes more refugees per capita than any country in the world except Canada"	
	"And some of the criticism that has been made of Australia by other countries, some of it has been quite ludicrous given the long and very meritorious humanitarian record this country has and we've taken enormous number of refugees per capita, far more than a country like Norway"	
	"What really matters is how many people you take and we take more per capita than other country except Canada, far more than Norway does"	
A Austrália está cuidando dos requerentes de asilo	"Conditions on the Manoora are much better than conditions on the Tampa"	Tranquilização da parcela da população que demonstra mais empatia pelos requerentes de asilo, assegurando que o governo está fazendo o possível por eles.
	"We have sought to find a fair and decent humanitarian way of dealing with this problem"	
A Austrália respeita os direitos dos requerentes de asilo	"We obviously will want the operation there superintended by the IOM and potentially other international organisations so that the assessment process is carried out according to the international modalities which is the appropriate thing because it's not on Australian Territory" "Last night I had a discussion on the telephone with the Secretary General of the United Nations, Kofi Annan. I outlined to him the arrangement that had been concluded with the Government of Papua New Guinea. He expressed satisfaction with that arrangement and I would expect amongst other things that officials of the International Organisation for Migration, the IOM, will go on board the Manoora and travel to Papua New Guinea with the people who have been taken off the Tampa"	Enfatiza a presença dos órgãos internacionais no processo, a fim de legitimar as atitudes e assegurar o respeito às leis relevantes.
Austrália está atuando conforme a lei	"It continues to be our position and it will be maintained as vigorously as the legal circumstances allow"	Garantia de que todo o procedimento legal e jurídico estar a ser respeitado, como forma de legitimar as atitudes tomadas.
	"There is no legal obligation on Australia to bring these people onto Australian territory or to have their status claimed under the Migration Act in any way dealt with in Australia"	
	"we are opposed to it, we are vigorously opposed to it, we will continue to vigorously oppose it as vigorously as the legal circumstances allow"	
	"we remain very strongly of the view that there is no legal basis for it"	
	"No they're in international waters, they're not in Australian waters, they're in international waters between the Indonesian archipelago and Australia"	
Refugiados custam caro	"it will obviously cost some money, Michael, but so would receiving the people into Australia. An estimated \$50,000 a head, that's \$22 million for 460 people. But I'm not raising the issue of cost, you are, I don't regard that as the prime consideration, it's important but it's not the only issue and it's certainly not the prime issue"	Demonstra ter estudado bem a questão e estar ciente dos custos, dando um ar de autoridade a si próprio.
	"I can say to you that taking them in is not costless, it's very expensive running detention centres, it's very expensive processing them so you've got to weigh that against the cost of them being looked after even for a number of months in Nauru"	
Mais vigilância significa menos barcos	"We believe that the increased surveillance, increased presence will have a greater deterrent effect"	Justica os eventuais gastos extras com vigilância com o esperado efeito desencorajador.
	"our position in relation to the increased surveillance is that it will, we hope act as an additional deterrent"	

Tabela 33 - Discurso 3 – Parte 2.

Mensagem	Exemplos Discursivos	Interpretação e Explicação do Discurso
Howard: "Eu estou satisfeito que uma solução foi encontrada"	<p>"I welcome the fact that progress is at last being made in providing what I hope will be a proper solution to this very difficult issue"</p> <p>"I thank again the Government of Papua New Guinea as well as the governments of Nauru and New Zealand for their cooperation in finding a solution which is both consistent with Australia's humanitarian attitude to this very difficult issue as well as our desire to maintain our border integrity by not allowing the processing of the refugees, the people claiming to be refugees, on Australian land territory"</p> <p>"Oh look the question of whether individual pacific island states might in the future receive assistance from Australia is a matter we're always prepared to be open minded about. And that includes Nauru obviously"</p> <p>"We could well be involved, obviously, if we are wanted we will help in every way we can because we're keen to see the thing done expeditiously and fairly and appropriately"</p>	Expressa agradecimento e promete gratificação às partes que contribuíram no processo, de forma a reiterar a complexidade atribuída à situação e demonstrar a generosidade pregada. Ainda ilustra como a Austrália é prestativa sempre que as situações estão dentro dos conformes legais.
A oposição tornou tudo mais difícil	<p>"we don't think the claim made in the Federal Court has a proper legal basis"</p> <p>"I repeat that if the Border Protection Bill had not been blocked by the Labor Party and the Democrats then this issue would be academic"</p>	Ataca os adversários políticos, coloca a culpa da demora da resolução nestes e ao mesmo tempo toma a questão como bandeira de seu partido.
A efetividade não é 100% garantida	<p>"I'm not promising, I'm not guaranteeing that no further boats will get through, I can't do that, that's not possible"</p> <p>"I'm not promising or guaranteeing or holding out the likelihood that it's going to completely eliminate boats coming to this country"</p>	Se salvaguarda para de um eventual fracasso no projeto, ao mesmo tempo que passa a mensagem que está fazendo o máximo ao seu alcance.
A Indonésia deve assumir responsabilidade	<p>"The long term solution is of course agreement with other countries to stop the flow at source and that requires political will from Indonesia and we'll continue to urge that on Indonesia, we'll continue to help, we'll continue to offer but it takes both parties to get that agreement"</p>	Coloca parcela da culpa na Indonésia e enfatiza que a Austrália está fazendo a sua parte.

Tabela 34 - Discurso 4.

Mensagem	Exemplos Discursivos	Interpretação e Explicação do Discurso
A segurança nacional é o maior problema enfrentado pela Austrália	<p>"this campaign and all the individual things that are being said in it, are being fought against the background of two overriding issues. They are the issue of national security and the issue of economic management"</p> <p>"In the important area of defence alone, our defence white paper has made the greatest ever additional provision for the future defence needs of Australia of any government in more than a quarter of a century"</p> <p>"And not only didn't we cut any money out of defence we in fact increased defence expenditure"</p> <p>"the increasing vulnerability that people feel in relation to possible personal injury or theft of property and the sense that Australia is not quite as safe as it was to live in a generation ago, although it is still infinitely better and safer than any other country in the world, I think that is a prevalent view within the Australian community"</p>	<p>Embora defenda que os dois maiores problemas enfrentados pelo país são a economia e a segurança nacional, logo em seguida é ressaltado com tom de orgulho o quanto os custos em defesa foram aumentados, dando assim uma importância maior à segurança do que à economia.</p>
Guerra contra o terrorismo	<p>"the commitment to the war against terrorism which is as much our war and our fight and our struggle as it is for the people of the United States"</p> <p>"it's got to be borne in mind that international crime and terrorist groups have no regard to state or national borders"</p> <p>"if I am re-elected I intend to call a special summit of state and territory leaders to develop a new national framework to focus on international crime and terrorism"</p> <p>"We are as you all know in a new and dangerous part of the world's history"</p> <p>"The tragic events of the 11th of September have changed our lives, they have caused us to take pause and think about the values we hold in common with the American people and free people around the world"</p> <p>"That was an attack on Australia as much as it was an attack on the United States"</p> <p>"It not only claimed the lives of Australians but it assaulted the very values that we hold dear and that we take for granted"</p> <p>"So therefore a military response and wise diplomacy and a steady hand on the helm are needed to guide Australia through those very difficult circumstances"</p> <p>"National security is therefore about a proper response to terrorism"</p> <p>"our law enforcement agencies must be able to act quickly and powerfully when responding to organised crime and terrorism"</p>	<p>É enfatizada a solidariedade pela situação enfrentado pelos EUA e prometido total apoio ao país. Também é passado um certo medo com relação ao que estar por vir e garantida uma resposta potente ao terrorismo.</p>
A Austrália é um país muito generoso, mas "nós vamos decidir quem entra no nosso país"	<p>"it is also about having an uncompromising view about the fundamental right of this country to protect its borders"</p> <p>"It's about this nation saying to the world we are a generous open hearted people taking more refugees on a per capita basis than any nation except Canada, we have a proud record of welcoming people from 140 different nations"</p> <p>"But we will decide who comes to this country and the circumstances in which they come"</p> <p>"We have had a single irrevocable view on this, and that is that we will defend our borders and we'll decide who comes to this country"</p> <p>"we'll do that within the framework of the decency for which Australians have always been renowned"</p> <p>"We will be compassionate, we will save lives, we will care for people but we will decide and nobody else who comes to this country"</p>	<p>Além de se enfatizar a generosidade do povo australiano, é passada repetidas vezes a mensagem de que a Austrália tem direito total sobre suas fronteiras e sobre quem pode ou não entrar em seu território. Tal discurso não só legitima como defende a resposta ao incidente do MV Tampa e as medidas da Solução Pacífica.</p>
A situação é especial, mas estamos preparados	<p>"We do face unusual difficulties at the present time"</p> <p>"I want to lead this country in these very difficult and dangerous times"</p>	<p>Apesar de instigar medo, se auto apresenta como um líder apto e preparado para o que vem a seguir.</p>

Apêndice C

Os mais diversos discursos utilizados na composição do corpo discursivo estudado encontram-se listados abaixo, a fim de possibilitar ao leitor o acesso aos discursos referentes caso haja interesse. Os discursos estão indicados pelo trecho utilizado na elaboração deste trabalho, pela hiperligação que possibilita o seu acesso e pela sua data original. São apresentados primeiramente todos os discursos da era Howard pré-Tampa, seguidos pelos discursos atribuídos à mídia durante o mesmo período e finalmente os discursos analisados durante a era Keating.

Tabela 35 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 1.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"the policy of the government, the level of immigration is something that is determined from time to time according to the national need, the national interest. We took the view a couple of months ago that it ought to be lower. What we decide in the future will be conditioned by the national interest and nothing else"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10120	01/10/1996
"We will also continue to do so in seeking to enhance the scope for direct people-to-people links and in reaffirming in the strongest terms our commitment to Australia's racially non-discriminatory immigration policy which has made us a stronger, richer and more diverse nation"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10125	10/10/1996
"I have made our position perfectly clear about the nondiscriminatory character of our immigration policy. I've asserted again and again our total commitment to principles of racial tolerance and the belief that once a person has come to this country, that person, irrespective of his or her ethnic or national origin, is entitled to the same respect as you and I and that we are united together as part of a tolerant Australian community"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10130	14/10/1996
"I do believe, as I have done, that the Prime Minister of this country should reaffirm the principles on which our immigration policy is built and those principles are first and foremost immigration policy is meant to serve the interest of Australia, not to serve the interest of a particular ideology"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10149	24/10/1996
"I mean, once you come to this country this is an absolute, you know, indivisible, immutable principle once somebody has come to this country, that person is entitled to every respect and every protection and every decency that is available to the rest of us. And any discrimination against that person according to race or whatever is quite unacceptable to me and I think it's unacceptable to the great majority of Australians"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10149	24/10/1996
"Well, if people think we are a racist country they're wrong. I mean, the strongest feelings I have about this whole debate is I'm not going to cop the claim that Australia is a racist, bigoted country it's not. It's one of the most tolerant, open societies in the world and I don't think people do this country any good by feeding a false view about the character of the Australian people. We took more Indo-Chinese refugees per capita than any nation in the world in the late 1970s. We have people from all around the world, we have our own special, unique identity. We are, by any measure, a very tolerant and open society"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10168	13/11/1996

Tabela 36 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 2.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"It is our tradition which provided one of the world's most generous and compassionate responses to the Indo-Chinese refugee crisis of the late 1970s and 1980s"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10171	18/11/1996
"People from all around the world are welcome in this country. But like any other community we will decide how many people come into Australia and settle here permanently and we will decide the criteria that apply to immigrants to Australia"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10201	19/12/1996
"We are immensely proud of the contribution that Australians of Asian descent, whether of Chinese or Indian, or from any other part of Asia, we are immensely proud of the contribution that those Australians are making to the future of our country"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10284	27/03/1997
"Australia's willingness to take in people from all over the world, including Asia, has been richly repaid by the contribution these immigrants and refugees have subsequently made to Australia"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10335	08/05/1997
"the pursuit of our economic interests in the region cannot be divorced from acceptance by the countries of our region that we are worthwhile and valuable partners. That means making a commitment a national commitment to developing closer ties with our region. It means welcoming visitors and investment from Asian nations. It means valuing our migrant communities and in particular it means saluting the massive and enduring contribution made to the culture and the future of Australia by those hundreds of thousands of Australians of Asian descent who have contributed so much to the development of the modern Australia. It is impossible, ladies and gentlemen, to imagine a prosperous and successful Australia which is not deeply engaged with Asia. Those who propose putting up the shutters could not be more wrong"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10335	08/05/1997
"You've always got to adjust the immigration program according to the economic and social needs of the nation. And you've always got to ask yourself what is in the best interests of Australia"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10356	22/05/1997
"we are a tolerant, open, harmonious society. We've welcomed people from the four corners of the earth. We took more Indo-Chinese refugees per capita than any other country in the world. We have a meticulously non-discriminatory immigration policy"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10416	09/07/1997
"it is a fundamental responsibility of the national government to ensure that proper surveillance is available and it's a fundamental requirement of the national Government to see that it's responsibilities in relation to immigration control, in relation to things such as weapons and drugs and so forth are met"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10419	10/07/1997
"our own society has been enriched through the immigration into this country of hundreds of thousands of people from the Asia-Pacific region"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10934	23/05/1998
"when you say a country is being flooded with people of a particular racial background that is calculated to put a focus on those people unfairly"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10638	12/06/1998
"if you are going to have migrants, skilled migration should make up a larger proportion or a bigger proportion than family reunion"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10715	02/07/1998

Tabela 37 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 3.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"I want to say that whatever debate might now rage about the level of immigration in Australia, there can be no argument that immigration has made an invaluable and incalculable, an enormous contribution to the development of the modern, thriving, self respecting country that we have"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10978	09/07/1998
"I honestly can't imagine Australia of 1998 without the contribution of people from Europe, from the Middle East, from Asia, from the rest of the world. And I want to say to you very, very unambiguously that tolerance and acceptance of people irrespective of their racial or ethnic background is a cornerstone of the Australian nation of a fair go"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10978	09/07/1998
"the idea that you should have a policy that said if you can't speak English you are not allowed is foolish, and it is self-denying and it is self-defeating"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10978	09/07/1998
"one of the proudest boasts of the Liberal Party of Australia is that it is the most representative, inclusive of all of the great political movements in our nation. The Liberal Party is the Party that ended the White Australia Policy. The Liberal Party is the Party that welcomed millions of migrants to Australian shores after World War II"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10978	09/07/1998
"The level of immigration and the composition of the migrant intake to Australia will always be a matter of legitimate debate"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10936	24/07/1998
"we shifted the emphasis away from family reunion in favour of skilled migration. You can't have both. You can't simultaneously maintain the previous level of family reunion and shift it in favour of skilled migration. We are in favour of skilled migration, very strongly in favour and we altered it"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10771	03/08/1998
"This country of course has been built on migration. Those who were born overseas and have chosen Australia as their land are as much part of the Australian community as those of us who were born here. And that is irrespective of your country of origin or your racial background. This country is as much yours as it is mine"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10902	15/08/1998
"This is an occasion to remind us that in the last 50 years we've had five-and-a-half million people who have immigrated to this country from 150 different nations around the world. There isn't an example anywhere in the world of the successful absorption and integration into the broader Australian community of such a diverse group of people"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10933	22/10/1998
"Particularly since World War II, migration has made an enormous contribution to Australia's economy, Australia's society and Australia's culture. There is not an example anywhere else in the world of the successful absorption of such a diverse group of new citizens"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10927	20/11/1998
"Any sovereign country has the right to determine how it will dispense its compassion and determine the level, from time to time, of its migration programme"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10927	20/11/1998
"It is important that the immigration programme be managed in an open and publicly accountable manner and that migrants are selected on an objective case by case assessment of applications against clear legal criteria"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10927	20/11/1998

Tabela 38 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 4.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"In every generation immigrants have brought great enrichment to our nation's life"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11272	23/03/1999
"Some people said: if you're going to talk about immigrants why don't you talk about the people who were born in Australia. I mean it's a mission impossible to satisfy everybody"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11107	23/03/1999
JOURNALIST: "What were the influences on you as one of the prime authors of the preamble?" PRIME MINISTER: "Well, my own feeling about this country. The history; the contribution of the original Australians; the contribution of immigration;"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11109	23/03/1999
"there's no way that any Prime Minister can guarantee that a boat carrying illegal immigrants will never ever get through"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11033	14/04/1999
"The experiment that Australia represents, if I can call it that, of bringing together, in a quite unprecedented way people from the four corners of the earth and doing it consistently over a period of time and continuing to do it, both in a humanitarian way as well as we prepare to receive the first of the 4,000 refugees from Yugoslavia that will be received within our midst, that it really has been a quite remarkable experiment"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11435	05/05/1999
"I think the debt that we owe to the successive waves of migrants who have embraced the Australian way is incalculable. With exception of course to the indigenous people of our country which occupy a very special place in our history, we are all in one form or another immigrants or the children of immigrants"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11435	05/05/1999
"Mr Ruddock and I have called this news conference to announce the Government's decision to provide a major boost to the capacity of Australia to fight the growing challenge of illegal immigration"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999
"I should point out at the beginning that so far the response to the increased threat of illegal immigration to this country has been highly successful"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999
"Today's measures which are very significant are designed to preempt what we see to be an increased attempt by people from various parts of the world to engage in people smuggling into Australia"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999
"Today's measures which provide \$124 million over a period of four years do provide a major increase in the capacity of this country to improve the surveillance of its coast line, and importantly, very importantly, today's measures increase Australia's capacity to detect and deter illegal immigrants and immigration before they get to this country and before in some cases they commence their departure from the source country"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999

Tabela 39 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 5.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"Protecting this country against illegal immigration ought to be above partisan politics"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999
"we want to send a very strong message to the rest of the world that we are not only strengthening ourselves against illegal immigration but if we can get that legislation through the parliament that would send a very loud message to the rest of the world that the idea that we are a very soft touch is no longer valid and it is very important that we get that legislation through, very important indeed"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999
"You can't eliminate it, you can't stop people wanting to come to Australia. But you can send a very strong message to them that they can't expect to be allowed to stay here and tie up the legal system"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11137	27/06/1999
"We take the view that the level of immigration should be adjusted according to economic circumstances"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11426	04/08/1999
"I don't know anything about it and until I've got some advice on it I'm not going to comment"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11087	20/08/1999
"The problem with giving in and saying, well, you can stay, is that it's very unfair to the people elsewhere in the world who want to come to Australia and are waiting their turn"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11087	20/08/1999
"I choose my words carefully and deliberately because I don't want to give rise to speculation about this or that outcome"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11122	25/08/1999
"Well, we will do everything that ought to be done in these circumstances. Of course we're going to be humanitarian." - Answering to: "If it gets worse there are a couple of thousand refugees there at the UN compound, will we accept them in the same way that we did the Kosovars?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11208	07/09/1999
"Australia will continue to behave in a humanitarian fashion towards refugees from any part of the world"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-30437	08/09/1999
"I am extremely skeptical now about the capacity/willingness of those in Jakarta to do something"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-30437	08/09/1999
"we think, given the refugee problem, that some humanitarian aid is a necessary part of the Australian response"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10996	10/09/1999
"We've given \$3 million of aid to the United Nations and other relief agencies, and that is being used specifically to help people in West Timor, the very refugees of which you've spoken. We will clearly be giving more aid"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-30439	16/09/1999
"Why I say 'Yes' to the preamble"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11282	27/10/1999
"I think it would be enormously beneficial if we could go into the next century with a united affirmation of some of the fundamental values of the Australian community including in particular the recognition in a positive, noble, gracious way for the first time of the role of the Aboriginal and Torres Strait Islander people. But not only that. Also the contribution made by our diggers, the contribution made by immigrants, the importance of the environment, the value of the rule of law, the equality of men and women, and the common spirit that binds us together in times of adversity, called by another name in other contexts"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11163	03/11/1999

Tabela 40 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 6.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"I have every sympathy for people who feel so desperate, so afraid, and so out of alternatives they risk their lives, to travel often in almost un-seaworthy vessels, to another country. And I do try and understand the trauma"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"I have a lot of sympathy for people who feel as desperate as these poor men and women and children must feel, but equally Australia is a very compassionate country"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"We take more than our fair share of refugees and we're happy to do so because we're a lucky country. And we've been very generous to a lot of people from different parts of the world this year - Kosovo, East Timor. Back in the '70s we took more Indo-Chinese per head than any country on Earth. We have a very good record when it comes to receiving refugees, and it will continue to be the case"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"one of the reasons we're getting a lot of boat people is that we've had some obstruction in the Senate over the last couple of years from the Labor Party in particular in trying to strengthen the law, and because the law hasn't been strengthened the word around the world is that Australia is an easy touch"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"if you have people queue jumping and then being allowed to stay, you're basically thumbing your nose at those people who played by the game"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"people who aren't genuine refugees that are simply queue jumping then they're not going to be allowed to stay"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"the Indonesian authorities have not been over keen to join in stopping the flow to Australia"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
"we can't be seen as an easy touch because that will involve queue jumping and it will involve people who've waited faithfully and played by the rules and worked according to the system, missing out, and people who've been queue jumping getting advantage"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10982	01/12/1999
"people can't just turn up in this country, get a foot hold, and then because of the complexity of our laws expect to remain here indefinitely"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10982	01/12/1999
"what we object to is that people go outside the United Nation's High Commission for Refugees and they bypass an internationally credible which is fair to all potential refugees and jump the queue"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12036	30/08/2001
"We are doing our level best to avoid the need to pay all that money on illegal immigrants"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11483	02/02/2000
"I don't want illegal immigrants coming to this country"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11483	02/02/2000
"People don't like illegal immigrants landing here without an invitation"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11470	14/02/2000
"illegal immigration does present a very big challenge to our country"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11717	05/04/2000
"the Australian community that does not want illegal immigration that queue jumps the aspirations of others around the world who want to join their families and who want to come and live in Australia"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11717	05/04/2000
"We don't like the fact that a lot of illegal immigrants are coming into this country"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-22805	10/05/2000

Tabela 41 - Referências utilizadas nos Discursos de Howard - Parte 7.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
"I don't think we're too lenient. It's a hard issue this. We have tough but fair rules in relation to illegal immigration"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-22960	13/12/2000
"what we don't like about illegal immigration is that people who engage in it try and jump the queue and thereby disadvantage the genuine refugees who we are only too happy to have and who are selected in accordance with internationally accepted criteria"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11935	22/01/2001
"you cannot come here as an illegal immigrant, without permission and then expect to be treated as an ordinary member of our society"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12083	07/02/2001
"of course you need detention centres, of course you have to deal with people who are jumping the queue"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11784	12/04/2001
"I understand the anger of the community about queue jumpers and illegal immigrants and I want them to know that we will maintain detention centres"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11784	12/04/2001
"If we had decided on an adhoc basis to allow all who wanted to stay beyond the safe haven period to stay then we would have been putting them ahead of others who've been patiently waiting in the queue, whose humanitarian claims on a place in our refugee program are as great if not greater than some of the Kosovars"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11477	19/04/2000
"we cannot run our country on the basis that people who come here illegally in defiance of the laws and queue jumping on others who patiently wait their turn"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12098	08/06/2001
"I say the best signal that we can send to would-be illegal immigrants is don't come in the first place"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11877	19/06/2001
"we spend too much money in dealing with illegal immigration and if we didn't have to spend it on that we could spend more money on the orderly resettlement of genuine refugees"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12021	03/08/2001
"we've always taken refugees and we always will. But what they are doing is queue jumping"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11853	17/08/2001
"what we've done with this Norwegian vessel is against the background of the particular circumstances"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11990	27/08/2001
"this is one of the most difficult issues that this country has faced in recent years. On the one hand, we are a humane people, and others know that and they sometimes as I said today, try and intimidate us with our own decency. On the other hand, we cannot surrender our right as a sovereign country our right to control our borders and we cannot have a situation where people can come to this country when they choose"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11997	28/08/2001

Tabela 42 - Referências utilizadas nos Discursos retirados da Grande Mídia.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
JOURNALIST: "Prime Minister, on the issue of aging. Do you agree with suggestions coming from the Labor Party today that Australia's immigration intake should be increased to pay for an aging population?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11072	19/02/1999
LIEBMANN: "illegal boat arrivals are getting all the headlines"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11143	28/06/1999
MITCHELL: "Okay. Now, the illegal boat people, do you agree this is costing hundreds of millions of dollars?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11075	19/11/1999
MITCHELL: "What's wrong with the principle, which is as a lot of people put of course, is that when people arrived illegally they have no right, just put them on a boat or plane immediately and send them back"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11075	19/11/1999
CORDEAUX: "There would be a never ending stream of challenges and I guess the one challenge that, if I can judge by the number of people who rang this program yesterday wanting to talk about the boat people and about the refugees and that whole issue, this is a considerable challenge. I mean the calls we got people were genuinely outraged at the thought that these people were going yesterday, to be transported to Woomera, and then the taxpayer was going to have to fund air-conditioning for these renovated units"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10981	01/12/1999
MILLER: "Okay well let's move on again to another issue that a lot of Australians are concerned about at the moment and that is the illegal immigrants flood that we're experiencing right now"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10982	01/12/1999
MILLER: "Well how are we going in stopping this invasion?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-10982	01/12/1999
ZEMANEK: "\$49 million is being spent to control illegal immigrants and a new detention centre is being built. Shouldn't we be stopping illegal immigrants before they get here, instead of building new detention centres?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11459	10/05/2000
CALLER: "And as far as these immigration situations going on with the boys from Fiji and Suva and Samoa sneaking in through New Zealand into Australia that should be stopped, I agree with you"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-22949	21/12/2000
PRICE: "On the issue of defence at home, the big issue last year was illegal immigrants coming to this country and the numbers coming"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11935	22/01/2001
JONES: "When, on that business of illegal immigrants, a caller asked what would happen if 100 Aussies arrived illegally in say Japan, Thailand, Singapore or New York and proceeded to create havoc"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12168	14/05/2001
CALLER: "I'd like to know why the taxpayers have to foot the bill for these boat people coming in, these refugees. Basically they are not refugees in the true sense. They economically produce that anyone that can pay \$17,000 plus to get a boat to come here and when they get their status denied, they start rioting and wrecking the place and the poor old taxpayer has to put up the bill"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12091	07/06/2001
CALLER: "Yes. Hello there. Hello to the both of you. You know Australia's been good for so many people. John will you please tell Phil Ruddock to send those boat people back home"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-12098	08/06/2001
FRAN KELLY: "And the torrent of people coming is not slowed"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-11990	27/08/2001
CALLER: "Just a question on immigration actually. Do you think that as Australians we're too lenient with the illegal immigrants?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-22960	18/12/2000

Tabela 43 - Referências utilizadas nos Discursos de Keating.

Trecho utilizado	Discurso completo	Data
JL: "And if they are not refugees, are you going to send them back?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8388	21/01/1992
JL: "There are 23,000 people in this country waiting for refugee status which can take a long time. The other day some more arrived in the West as you know, claiming to be refugees and even called refugees by some, there is no guarantee that they are in fact that. Why should we continue to allow these people to stay in our country when our country is economically unstable, it needs all the help it can get and we have unemployment running at a dangerous level and we import more people into the place that we can't employ. Now are you going to do something about that?"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8388	21/01/1992
JL: "Well maybe it is, but surely your first responsibility and our collective first responsibility is to this country, and you know that politics is all about perception and if we are perceived to be in such a condition that we have almost I million unemployed people, it seems to some extraordinary that we continue to import people from other parts of the world who, too, are likely to become unemployed"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8388	21/01/1992
CALLER: "[...] I am wondering about is these boat people that keep coming in on the WA coastline. Why don't you get a boatload party of the Labor Party and send them under cover over to Indonesia and see if they can emigrate over there and see how well they are treated? I am sure they wouldn't be treated like Australian people are treating the boat people coming in over here"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8397	31/01/1992
"I think we try and have secure borders we don't always succeed In that and we haven't obviously succeeded in this case"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8397	31/01/1992
"The Government is determined that a clear signal be sent that migration to Australia may not be achieved by simply arriving in this country and expecting to be allowed into the community" - Minister for Immigration, Gerry Hand	https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/BN/2012-2013/Detention#_ftn28	05/05/1992
JL: "Ok well we are about to run out of time and I know you have got a lot to do with your day jut to rap it up, the illegal immigrants, these boat people, apart from costing us a fortune in searching, if we find out that they are not what they claim to be will you send them home?" PM: "Well I don't want to pre-judge that."	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8535	04/06/1992
"We think that in reducing the level in recent years to around 80,000 we have taken account of economic circumstances and we've appropriately taken account"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8629	25/08/1992
"All the people in detention here have chosen to exercise their rights for further appeals under our court system. They have all been given the offer of being able to return to their countries and apply for permanent residence. They have not taken it up"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-9173	04/04/1994
"the best way of deaffling with a refugee problem, Ray, is to get people to actually go back to their houses, and their villages"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-9290	25/07/1994
"I will visit Townsville on Saturday 20 August 1994 to farewell the main contingent of Australian peacekeeping forces who will be leaving that day for Rwanda"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-9318	17/08/1994
"As a nation, Australia has responded to the crisis in Rwanda: the people of Australia have given more than \$ 12 million in public appeals and the Government of Australia has given \$ 10 million in humanitarian aid"	https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-9325	20/08/1994

8. Anexos

Anexo A – Tabelas contendo a contextualização sobre as Teorias e Grandes Debates e nas Relações Internacionais

Figura 15 - Um mundo, várias teorias.

COMPETING PARADIGMS	REALISM	LIBERALISM	CONSTRUCTIVISM
Main Theoretical Proposition	Self-interested states compete constantly for power or security	Concern for power overridden by economic, political considerations (desire for prosperity, commitment to liberal values.)	State behavior shaped by elite beliefs, collective norms, and social identities
Main Units of Analysis	States	States	Individuals (especially elites)
Main Instruments	Economic and especially military power	Varies (international institutions, economic exchange, promotion of democracy)	Ideas and discourse
Modern Theorists	Hans Morganthau, Kenneth Waltz	Michael Doyle, Robert Keohane	Alexander Wendt, John Ruggie
Representative Modern Works	Waltz, <i>Theory of International Politics</i> ; Mearsheimer, "Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War" (<i>International Security</i> , 1990)	Keohane, <i>After Hegemony</i> ; Fukuyama, "The End of History?" (<i>National Interest</i> , 1989)	Wendt, "Anarchy Is What States Make of It" (<i>International Organization</i> , 1992); Koslowski & Kratochwil, "Understanding Changes in International Politics" (<i>International Organization</i> , 1994)
Post-Cold War Prediction	Resurgence of overt great power competition	Increased cooperation as liberal values, free markets, and international institutions spread	Agnostic because it cannot predict the content of ideas
Main Limitation	Does not account for international change	Tends to ignore the role of power	Better at describing the past than anticipating the future

Fonte: Walt (1998, p. 38).

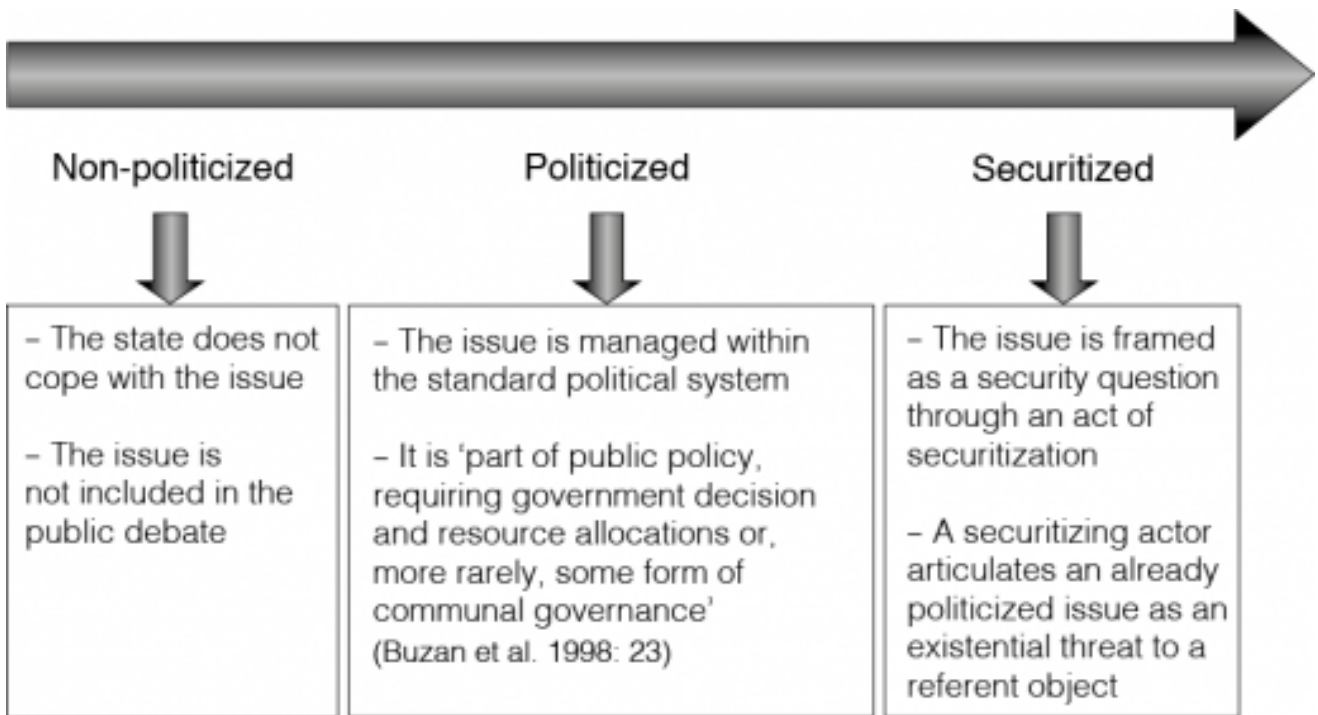
Figura 16 - Grandes Debates nas Relações Internacionais.

Tempo	1920-1930-	1950-1960-	1980-	1990-
Definição	<i>Primeiro debate</i>	<i>Segundo debate</i>	<i>Terceiro debate</i>	<i>Quarto debate</i>
Paradigmas	Idealismo vs. realismo	Behaviorismo científico vs. tradicionalismo	Positivistas vs. pós-positivistas (neorrealismo vs. neoliberalismo)	Construtivismo vs. racionalismo vs. reflexivismo
Comunicação	Unilateral	Bilateral	Bilateral	Multilateral
Foco	Instituições vs. interesses	Ciência vs. história	Epistemologia: positivista vs. pós-positivismo/ /teorias críticas	Ontologia: características sociais vs. materiais
Inovação	Sistema de estados vs. sociedade de estados	Explicação behaviorista	Explicação vs. compreensão	Explicação e/ou compreensão causal vs. explicação e/ou compreensão constitutiva

Fonte: Mendes (2012, p.107 apud Wiener, 2006).

Anexo B – Fluxograma do espectro da Securitização

Figura 17 - Espectro da Securitização.



Fonte: Emmers (2011, p.138).

Boat children overboard

Howard hard line becomes poll focus

by Henderson
Rogee Goodwin
Jeremy Roberts
Colleen Ryan

A BOLT ALOAD of asylum seekers throwing children overboard 150 nautical miles from Australian territory as the navy fired over their heads because of the election campaign yesterday.

John Howard deplored the leadership's failure and used behind the Coalition's handling of the crisis.

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

Inside

After the navy intercepted the latest boatload, Immigration Minister Philip Ruddock could offer no guarantee of what would happen to them, because the Government has done precious little to secure regional co-operation to tackle the problem and, instead, sought to export it.

It is understood delivery personnel boarded and took most of the second boat 200km offshore, then waiting about 200km.

In a sign of increasing desperation, the people-carrying crew checked the boat's steering before adults started jumping overboard and children were thrown into the water.

All those on board were equipped with blankets, the Government said.

A spokeswoman for Mr Ruddock said last night the navy had boarded the boat inside Australian waters.

The boarding party sailed it back to the contiguous zone between international and Australian waters and then disembarked, she said. "They did not even come close to a rescue, let alone a rescue."

The Government's failure to originate obligations to Christmas Island has prevented them from being closed.

A ship was ordered off the island while the Union of Christian Island Workers negotiated with the Government over a list of demands, including that the campaign be held only in the island's role book.



Chilling setback: Mr Howard launches Climate Vibe's bid to take the seat of Hughes, above, right. The Right RMS Adelaide.

Policy roll-out begins

by Henderson
Rogee Goodwin
Jeremy Roberts
Colleen Ryan

COALITION governments for decades with children could be offered an Australian election program.

John Howard has signalled a shift in the Coalition's stance on the issue, saying that the Government's stance is to be "open to all who want to work with us."

The Government's failure to originate obligations to Christmas Island has prevented them from being closed.

A ship was ordered off the island while the Union of Christian Island Workers negotiated with the Government over a list of demands, including that the campaign be held only in the island's role book.

"COALITION," Mr Howard said, "is a coalition of all who want to work with us." He said the Government's stance is to be "open to all who want to work with us."

The Government's failure to originate obligations to Christmas Island has prevented them from being closed.

A ship was ordered off the island while the Union of Christian Island Workers negotiated with the Government over a list of demands, including that the campaign be held only in the island's role book.

A ship was ordered off the island while the Union of Christian Island Workers negotiated with the Government over a list of demands, including that the campaign be held only in the island's role book.

Leaders mark out territory

by Henderson
Rogee Goodwin
Jeremy Roberts
Colleen Ryan

THE election campaign has begun with John Howard promising the language of international law and Kim Beazley seeking to concentrate on the issue of the children's table.

In a 10-minute Liberal Party broadcast, Phillip Aspinall's interview with the Prime Minister emphasized the Government's stance on the issue.

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

Leaders mark out territory

THE election campaign has begun with John Howard promising the language of international law and Kim Beazley seeking to concentrate on the issue of the children's table.

In a 10-minute Liberal Party broadcast, Phillip Aspinall's interview with the Prime Minister emphasized the Government's stance on the issue.

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

"Our only mission, quite frankly," the Prime Minister said, "is to get the government's chief duties to the people."

Figura 21 - "UN demands deal from a desperate Howard: Let the refugees land".

THE WEEKEND AUSTRALIAN NEWSPAPER OF THE YEAR

WORK AND FAMILY: THE CRUNCH
BABY STRIKE
A week-long investigation begins today

FINAL TALK
ANTHONY MUNDINE'S GIANT EGO
KARE LENNON
THE PINSTRIPED SAMARITAN

UPSTART WARREN
AT THE GAME
Part 3 of the collectable series
A CENTURY IN REVERSE

TELSTRA'S CHALLENGE WHY JAZZ THINKS YOUR SHIRTS WILL GIVE YOU MONEY

SNAPSHOT

UN demands deal from a desperate Howard

Let the refugees land

One last chance of vindication



Inside

- Howard faces angry parents in the desert
Nash looks empty
- Greg Malsbenden, Page 11
- Manhattan's people
2001
- Page 14
- McLarty's long wait
for his father
- Page 1
- McLarty's mother
— Page 12
- McLarty
— Page 12
- McLarty's wife
— Page 12

INSIDE STORY
PM weighs his anger in stormy seas

Howard

Weather

Today: Partly cloudy, 18-24°C
Tomorrow: Partly cloudy, 18-24°C
Wednesday: Partly cloudy, 18-24°C
Thursday: Partly cloudy, 18-24°C
Friday: Partly cloudy, 18-24°C

Final word

Howard

Finance

ASX 200: 4,100.00
Dow Jones: 10,000.00
S&P 500: 1,000.00
Nikkei: 15,000.00
Euro: 1.50
Dollar: 1.00

FRONTSIDE

1 NEW BEST SELLER

You could turn small savings into a small fortune with a National Choice Package

Small savings can add up to a big fortune. National Choice Package offers a range of investment options to help you grow your wealth. Choose from a variety of funds, including equity, fixed income, and international. National Choice Package is a leading provider of investment services, offering a range of products to suit your needs. Contact us today to learn more.

National Choice Package

Fonte: *The Weekend Australia*, 2001.

Figura 22 – “Politics behind Tampa crisis, says Indonesia”.

+
The Sydney Morning Herald

Politics behind Tampa crisis, says Indonesia

**Lindsay Murdoch
and Andrew Clennell**

Australia's high-level ministerial delegation to Indonesia ran into flak after landing yesterday, with Indonesia's Foreign Minister, Mr Hassan Wirayuda, saying he suspected the Howard Government had politicised the Tampa crisis.

In a surprise move, the Indonesian Government also indicated it would give legal representation to the four Indonesian crewmen charged with trying to bring 433 asylum seekers illegally into the country.

"There are indications that the issue of illegal migrants has been made a political commodity in Australia," Mr Wirayuda said.

While the talks are unlikely to result in people smuggling being stopped at its source, the Australian contingent was buoyed by news that President Megawati Sukarnoputri might take part in talks.

Sources in Indonesia said Ms Megawati - who snubbed the Prime Minister by refusing to take his calls during the Tampa crisis - hoped to make an appearance if her schedule allowed.

It would be highly unusual for Indonesia's president not to meet such senior ministers from a neighbouring country.

Mr Wirayuda said his government was ready to meet the Minister for Foreign Affairs, Mr Downer, the Minister for Defence, Mr Reith, and the Minister for Immigration, Mr Ruddock, to discuss ways to improve the fight against people smuggling.

Referring to the Australian delegation, he said: "I think it is just standard [procedure] in politics."

The Vice-President, Hamzah Haz, has agreed to meet the ministers tomorrow.

Mr Wirayuda said he had been told the Indonesian crew of the fishing vessel that never made it to Australian shores "would be transferred to Western Australia for trial".

They would be provided with lawyers and translators hired in either Australia or Indonesia.

Mr Wirayuda said he had asked Indonesian diplomats in Australia to "gain all the necessary information about what has really happened there".

A spokesman for Mr Ruddock said crews charged in the past had usually relied on legal aid.

The Tampa docked in

Singapore about 10 o'clock last night Sydney time and crew members told the *Herald* their dealings with the SAS had been friendly. They added they were sad the incident had soured the previously good relationship between Australia and Norway.

Meanwhile, the Federal Treasurer, Mr Costello, put boat people firmly on the agenda as an election issue.

Asked if he was confident about the Government maintaining its popularity until the election, he said "defending Australia's territorial integrity" was one of five issues (the others being related to the economy) that were "important to people".

He refused to put a figure on what the Tampa crisis cost Australia but said what had happened would act as a deterrent and save the country in the long run.

Federal Court documents revealed last week that the Tampa military operation was costing \$3 million a day.

A spokesman for Mr Reith said the military operation had ended on Monday, after seven days, when the asylum seekers were put on the HMAS *Manoora*, so the total cost to that point was \$21 million.

Fonte: The Sydney Morning Herald, 2001.

Anexo D

O preâmbulo que Howard esperava incluir na Constituição australiana através do referendo de 1999 e do qual ele foi co-autor segue abaixo¹⁴⁴:

Preamble

With hope in God, the Commonwealth of Australia is constituted as a democracy with a federal system of government to serve the common good.

We the Australian people commit ourselves to this Constitution:

proud that our national unity has been forged by Australians from many ancestries;

never forgetting the sacrifices of all who defended our country and our liberty in time of war;

upholding freedom, tolerance, individual dignity and the rule of law;

honouring Aborigines and Torres Strait Islanders, the nation's first people, for their deep kinship with their lands and for their ancient and continuing cultures which enrich the life of our country;

recognising the nation-building contribution of generations of immigrants;

mindful of our responsibility to protect our unique natural environment;

supportive of achievement as well as equality of opportunity for all;

and valuing independence as dearly as the national spirit which binds us together in both adversity and success.

¹⁴⁴ O Preâmbulo proposto encontra-se disponível em sua íntegra no seguinte *site*: <https://www.legislation.gov.au/Details/C2004B00537> [acedido em 28 de setembro de 2019].

Anexo E – Propagandas Governamentais de dissuasão durante a era Howard.

Figura 23 - Propaganda do Governo australiano.



Fonte: Australian Government, 2001.

Figura 24 - Propaganda do Governo australiano contra boat people.



Fonte: Australian Government, 2001.

